

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TV DIGITAL: INFORMAÇÃO  
E CONHECIMENTO**

Deisy Fernanda Feitosa

**EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TV DIGITAL:  
O USO DA PLATAFORMA A3TV**

Bauru-SP  
2010

Deisy Fernanda Feitosa

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TV DIGITAL:  
O USO DA PLATAFORMA A3TV

Trabalho de conclusão de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em TV Digital: Informação e Conhecimento, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, para obtenção do título de mestre em TV Digital, sob a orientação da professora Dra. Elisa Tomoe Moriya Schlünzen e coorientação da Profa. Dra. Cosette Espíndola de Castro.

Bauru-SP  
2010

Deisy Fernanda Feitosa

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E TV DIGITAL:  
O USO DA PLATAFORMA A3TV

Área de Concentração: Comunicação, Informação e Educação em Televisão Digital  
Linha de Pesquisa: Educação Assistida por Televisão Digital

Banca Examinadora:

---

Profa. Dra. Elisa Tomoe Moriya Schlünzen  
Presidente/ Orientadora  
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

---

Prof. Dr. João Alves dos Reis Júnior  
Fundação Roberto Marinho

---

Profa. Dra. Maria Cristina Gobbi  
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Resultado: \_\_\_\_\_

Bauru, \_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2010

Ao meu querido e inesquecível pai Fernando Francisco Feitosa (*in memoriam*).

À minha doce e sorridente mãe, Maria Arimatéa Fernandes Feitosa.

Aos meus tesouros em forma de irmãs: Denise, Débora e Deilyene.

À tia Aninha Maria Coutinho, meu tesouro em forma de poema.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao criador, meu Deus, que tantas obras concretiza em minha vida.

À minha estimada orientadora Elisa Schlünzen, por enxergar as minhas potencialidades e me ensinar a observar o mundo da educação inclusiva com um olhar esperançoso.

À minha coorientadora Cosette Castro, por me ensinar como pesquisadora a olhar adiante.

Ao meu querido pai Fernando Feitosa (*in memorian*), pela mais bela herança que me deixou: a sede do saber.

À minha amada e simpática mãe, uma presença constante através dos quilômetros de cabos de telefone, pelas veias imaginárias do coração e materialmente, quando o tempo permite.

Às lindas irmãs: Denise, Débora e Deilyene Feitosa, pelo amor, força e amizade.

Aos queridos avós, Francisco Arlindo, Francisca de Jesus, Maria Cesária e Luis Fernandes (*in memorian*), que sempre apoiaram a minha decisão de estudar e vencer na vida.

Aos tios: Ana Maria Coutinho, Genival, Marcos Antônio, Francimeire, Francinete, Francimar, Francimildo e François, presenças constantes, me apoiando na caminhada da vida.

À amiga querida Lucimar Moura, que me ensinou o valor da amizade.

A Kellyanne Alves, companheira de pesquisa e, sobretudo, amiga, pela companhia, afeto e apoio recebidos ao longo desses 20 anos de trajetória de amizade.

Meus agradecimentos especiais aos grandes amigos:

- Pinuccia e Giorgio Quaroni, Nice e Gianfranco Olliari, Giuseppe Illica, Maria Alice – pelos seus belos conselhos, preces e acolhimento;
- Simona Lucchian – *per il suo dolce sorriso*☺ e *amicizia*;
- Rita de Kássia Bezerra, Edvaldo Pereira, Niutildes Batista, Madrilena Feitosa, Emanuely Souza, Jaqueline Gonçalves, André Loureiro, Marluce, Cíntia Correia, Everaldo Vasconcelos, Pedro Nunes, Anelsina Trigueiro, João de Lima, Ludmila Ratchiewicz, Antônio Barcellos, Fernando Victorino, Massimo Bergonzi, zia Anna Bergonzi (*in memorian*) e à família Carrà: Paola, Marco, Filippo e Elena Carrà, Rosana Roman e Mario Oliveira.

Aos colegas do mestrado, em especial aos que se tornaram grandes amigos, conquistas

feitas ao longo do curso: Giovana Sanches, Malu Sorbile e Ed Olésio. Oportunidade em que agradeço imensamente por terem confiado a mim a representação discente no Conselho do Curso.

A todos que colaboraram para que este trabalho fosse possível: Guido Lemos, Jéssica Miwa, Mateus Jerez, Erik Ferreira, Felipe Soares, Jorge Manguiera, Danielle Santos, Alexandre Kieling, Padre Josafá Moraes, Lauro Teixeira, Ana Lúcia Gomes, Roberto Franco, Leonardo Mateus, Anna Tarbas e Valdecir Becker.

À professora e amiga Tatiana Tavares. Sem a sua mão amiga, sugestões e apoio eu nem sequer tinha conseguido me inscrever neste mestrado.

A Gabriel Roman, meu amor, pelo carinho especial, cuidado e atenção.

Aos professores João Alegria, Maria Cristina Gobbi, Vânia Valente (suplente) e Maria Elizabeth (suplente), por aceitarem compor a minha banca. Em nome de quem agradeço a todos os professores do mestrado pelo conhecimento compartilhado e construído ao longo desses dois anos em sala de aula.

Aos funcionários da secretaria de Pós-Graduação Hélder Gelonese e Sílvio Decimone, pela simpatia, atenção e solicitude.

Ao professor Juliano Maurício, por toda dedicação frente à coordenação do mestrado.

Ao primeiro programa de Pós-Graduação em TV Digital da América Latina, do qual sou aluna e, com orgulho, participante da primeira turma. Espero colher belos frutos.

FEITOSA, D. F. **Educação a Distância e TV Digital: o Uso da Plataforma A3TVI**. 2010. 150f. Trabalho de Conclusão (Mestrado em TV Digital: Informação e Conhecimento) – FAAC – UNESP, sob a orientação da Profa. Dra. Elisa Tomoe Moriya Schlünzen e coorientação da Profa. Dra. Cosette Espíndola de Castro, Bauru, 2010.

### RESUMO

Esta pesquisa, vinculada à Linha de Pesquisa Educação Assistida por Televisão Digital, analisou o uso de tecnologias digitais interativas aliadas às propostas educacionais. Assim, o principal objetivo foi avaliar a TVDI como ferramenta para a formação complementar e inclusiva. Teoricamente, esta dissertação baseia-se em pesquisas de Jacques Delors, Paulo Freire, Newton Cannito, André Barbosa, Almir Almas, Valdecir Becker, Guido Lemos, Michael Moore, Greg Kerasley, Cosette Castro e Cristina Lemos. O trabalho traz como proposta de estudo a plataforma A3TV, desenvolvida pelo Laboratório de Aplicações em Vídeo Digital (Lavid), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A tecnologia permite a construção de canais individuais na internet e na TVD, por isso, buscou-se entendê-la como um suporte pedagógico acessível e inclusivo. O protótipo da A3TV está disponível para a *web*, mas a intenção é que o *software* seja adaptado à plataforma Ginga, que permite interatividade na TV Digital. As potencialidades da plataforma foram testadas a partir de um questionário aplicado a um grupo de professores tutores de um curso de extensão da Unesp, especializado em orientar professores da rede pública de todo o Brasil a utilizar tecnologias para facilitar o ensino-aprendizado de Pessoas com Necessidades Especiais. Com isso, avaliou-se a navegabilidade, a acessibilidade e a usabilidade da plataforma A3TV. Como parte dos testes foi criado um canal na plataforma direcionado a divulgar conteúdos do curso. Diante dos dados coletados e analisados, foi possível constatar que uma tecnologia com essas características pode oferecer dinamismo ao ato de educar, favorecendo a criação de um espaço virtual construtivo e colaborativo que atende educadores e aprendizes, à medida que têm a oportunidade de publicar e compartilhar conteúdos digitais, promovendo visibilidade às ações da escola.

**Palavras-chave:** TV Digital. Educação. Redes Sociais.

FEITOSA, D. F. **Educação a Distância e TV Digital: o Uso da Plataforma A3TV**. 2010. 150f. Trabalho de Conclusão (Mestrado em TV Digital: Informação e Conhecimento) – FAAC – UNESP, sob a orientação da Profa. Dra. Elisa Tomoe Moriya Schlünzen e coorientação da Profa. Dra. Cosette Espíndola de Castro, Bauru, 2010.

#### **ABSTRACT**

This research, tied with the Line of Research Education Attended for Digital Television, analyzed the use of allied interactive digital technologies to the educational proposals. Thus, the main objective was to evaluate the TVDI as tool for complementary and inclusive formation. Theoretically, this work is based on research of Jacques Delors, Paulo Freire, Newton Cannito, André Barbosa, Almir Almas, Valdecir Becker, Guido Lemos, Michael Moore, Greg Kerasley, Cosette Castro and Cristina Lemos. The work brings as proposal of study the A3TV platform, developed by Laboratory of Applications in Digital Video (Lavid), of the Federal University of Paraíba (UFPB). The technology allows the construction of individual channels in the Internet and in the TVD, therefore, it tried to understand it as an accessible and inclusive pedagogical support. The archetype of a3TV is available for web, but the intention is that software is adapted to the Ginga platform, that allows interactivity in the Digital TV. The potentialities of the platform had been tested from a questionnaire applied to a group of professors of a course of extension of the Unesp, specialized in guiding professors of the public schools of Brazil to use technologies to facilitate the teach-learning of Special People with Necessities. Therefore, it was tested the navigability, accessibility and usability of A3TV platform. As part of the tests was created a channel in the platform to publish contents of the course. Ahead of the collected and analyzed data it was possible to evidence that a technology with these characteristics can offer dynamism to the act to educate, favoring the creation of a constructive and colaborativo virtual space that takes care of to educators and apprenticees, publishing and sharing digital contents, promoting visibility to the actions of the school.

Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo. (FREIRE, 1975, p. 39)

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
1.1 Justificativa.....	13
1.2 Objetivo Geral.....	14
1.2.1 Objetivos Específicos.....	14
1.3 Estrutura do Trabalho.....	15
<b>2 UMA TVDI PARA OTIMIZAR A EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....</b>	<b>19</b>
2.1 A relação entre ciência, tecnologia e inovação.....	19
2.2 Porque usar a TVDI em prol da Educação brasileira.....	21
2.2.1 As estatísticas educacionais brasileiras.....	27
2.2.2 Unesco: um olhar sob perspectivas internacionais.....	32
2.3 A EaD como solução de aprendizado e formação.....	35
2.3.1 Os Ambientes Virtuais de Aprendizado (AVA).....	36
2.3.2 O curso de Pedagogia Unesp/Univesp.....	40
2.3.2.1 Suporte Pedagógico do curso.....	41
2.4 A televisão e a EaD.....	43
2.5 Na corrida pela TV digital.....	48
2.5.1 Interatividade e aprendizagem.....	49
2.5.2 A interoperabilidade na TVD.....	53
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>57</b>
3.1 Estudo da plataforma A3TV.....	57
3.1.1 Procedimentos metodológicos.....	66
3.1.2 Definição do universo e população de interesse.....	69
3.1.3 Coleta de dados.....	72
3.1.4 Resultados e interpretação.....	73
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>82</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>85</b>
<b>APÊNDICE –</b>	
<b>A grade de programação e os desafios que estão por vir.....</b>	<b>90</b>
<b>ANEXO I - Decretos.....</b>	<b>98</b>
<b>ANEXO II – Entrevistas.....</b>	<b>117</b>
<b>ANEXO II – Modelo de Questionário.....</b>	<b>151</b>
<b>Anexo IV – Autorização.....</b>	<b>155</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento e a instalação da TV digital trazem em seu interior um potencial de tecnologias de informação e comunicação que, associadas aos demais suportes, são essenciais para a geração e divulgação de conteúdos educativos complementares, através da convergência tecnológica. A colaboração de diferentes atores numa produção coletiva e mútua é indispensável na concepção do projeto político pedagógico, responsável por uma gestão planejada e inovadora do processo de educação<sup>1</sup>.

Através da busca democrática pelo conhecimento, via de regra, um projeto político pedagógico deve defender que o aluno exerça uma postura ativa e autônoma dentro do processo de ensino-aprendizagem, algo defendido pelo pesquisador Moacir Gadotti (1998), diretor geral do Instituto Paulo Freire, no artigo “Projeto Político-Pedagógico da Escola Cidadã”. No entanto, a nova escola também depende de novos educadores, isto é, implica em investimentos e transformações no processo de formação, desde a raiz, de modo que o ensino torne-se um ato democrático e construtivo, abrindo mão do conservadorismo e da “educação bancária”.

A educação bancária é definida por Paulo Freire (1987), no livro “Pedagogia do Oprimido”, como sendo uma educação individualista, concentrada numa única pessoa, o professor, que lança mão do poder e apenas deposita a informação no aluno, sem considerar a troca de experiências, saberes, o diálogo e a bidirecionalidade. Por isso, é importante o incentivo ao exercício da autonomia, como parte do processo de o aluno arquitetar e assumir a identidade pessoal e compartilhar o saber, que culturalmente era centralizado.

As mudanças de parâmetros também levam em consideração o cenário de inovação tecnológica existente na vida social e, inevitavelmente, no cotidiano da escola. O uso dos meios tecnológicos deve facilitar o referido processo. A Lei de

---

<sup>1</sup> “O Instituto Paulo Freire oferece sua contribuição e busca opções para superar o desafio colocado. Considera que o projeto político-pedagógico da escola é uma tarefa dela mesma, um processo que se constrói constantemente e se orienta com intencionalidade explícita, porque é prática educativa. Construí-lo significa ver e assumir a educação como processo de ensino-aprendizagem, inserida no mundo da vida, de formação de convicções, de afetos, de motivações, de significações, de valores e de desejos”. (MEC/SEED) Coletânea Salto para o Futuro: construindo a escola cidadã, projeto político-pedagógico. Disponível em: <[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetailObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=28277](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetailObraForm.do?select_action=&co_obra=28277)>. Acesso em: 21 de março de 2010.

Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96), no artigo 36, referente ao currículo do ensino médio, em seu parágrafo 1º. versa sobre a valorização do tema: “Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre: I - domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna.” (LDB, 1996, p. 14) <sup>2</sup>

Com a chegada da TVD ao Brasil, o *t-learning* tende a ganhar espaço e a interatividade pode ser um meio alternativo de inclusão digital. A tecnologia serve como instrumento facilitador do processo educativo, podendo funcionar como um instrumento que, além de incluir, resgata a identidade e a autoestima de aprendizes e dá suporte aos educadores, à medida que terão a possibilidade de publicar e compartilhar conteúdos.

O processo de aprendizagem acontece em níveis e tempos diferentes, de acordo com as oportunidades e interesses de cada indivíduo. Algo que está relacionado ao estímulo dado pelos objetos que envolvem o sujeito receptor do conhecimento. Por esse motivo, Piaget (1949) defende uma educação moldada nas necessidades individuais do aprendiz, geradas pelo meio. Através de suas teorias, ele defende que a absorção do conhecimento se dá através de adaptações geradas por todo o contexto vital e material em que o indivíduo está inserido.

Pensando nisso, buscamos explorar nesta dissertação as potencialidades educativas das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), em especial da TV digital nosso objeto de estudo, e observar o comportamento de emissores e receptores diante delas. Tomamos como estudo de caso a plataforma A3TV, baseada na proposta *anything, anywhere and anyone* (qualquer coisa, qualquer lugar, qualquer pessoa). Ela possibilitou o desenvolvimento, por uma equipe multidisciplinar, do protótipo da A3TV, que permite a criação de canais individuais e a montagem de grades de programação <sup>3</sup>.

A presente dissertação utiliza o método indutivo como instrumental básico para chegar às conclusões acerca do fenômeno do uso das tecnologias digitais no processo de ensino-aprendizagem. Através da corrente pesquisa e objeto de estudo

---

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 10 de março de 2010.

<sup>3</sup> Cabe salientar que, a autora desta pesquisa é uma das colaboradoras do projeto.

pretende-se comprovar a eficácia das tecnologias como aliadas para a produção de conteúdos que venham a assessorar e enriquecer modelos pedagógicos.

O trabalho utilizou diferentes ferramentas metodológicas para se atingir as conclusões pretendidas. A primeira foi o estudo comparativo entre a estrutura das grades de programação e a funcionalidade desse modelo tradicional na TV analógica, concatenada com as propostas da interatividade e da convergência tecnológica na TV digital. A partir do uso de questionários – nossa segunda ferramenta metodológica –, avaliamos como o agrupamento destas características consegue agir em consonância e atingir os objetivos propostos.

Foram aplicados seis questionários a profissionais responsáveis por setores de grade de programação em emissoras de televisão abertas do Brasil. A intenção foi entender como são definidas as grades: as possibilidades de mudança do modelo nos próximos anos; o processo de distribuição de conteúdos no tempo; os *softwares* que permitem a exibição automática dos vídeos; e o papel da grade para o sucesso de uma emissora. Foi também conhecer a opinião dos entrevistados sobre a eficácia do modelo de TV via internet e como a grade pode ser repensada com base nas novas tecnologias. Essa etapa foi fundamental para o desenvolvimento da estrutura e interface da A3TV<sup>4</sup> e para a realização do estudo de caso da plataforma.

Em posse do primeiro protótipo da plataforma concluído, montamos o canal interativo TVA com função educativa, a princípio testado na *web*. O canal está direcionado à formação de professores e a programação ensina técnicas de como usar as tecnologias na prática da educação especial, visando a inclusão e o aprendizado de pessoas com deficiências física e intelectual. A intenção é que, com o aperfeiçoamento da plataforma, o TVA seja administrado por professores pesquisadores e tutores do curso “Tecnologia Assistiva, projeto e acessibilidade: promovendo a inclusão social”<sup>5</sup>, oferecido pela Unesp, por meio de EaD. O projeto é fruto de uma parceria com a Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação (SEESP/MEC), no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Mais uma vez utilizamos a técnica dos questionários para avaliar como os

---

<sup>4</sup> O texto que analisa os dados colhidos está no apêndice do trabalho e o modelo do questionários está publicado no ANEXO III desta dissertação.

<sup>5</sup> As deficiências trabalhadas pelo curso são: físicas: paralisia cerebral, deficiência visual e deficiência auditiva; intelectuais: Síndrome de Down e diversos transtornos globais de desenvolvimento.

professores que participaram do projeto percebiam a proposta em termos de usabilidade, acessibilidade e funcionalidade educativa. Foram aplicados 10 questionários, disponíveis no Anexo II desta dissertação.

Teoricamente, buscamos apoio nas obras de Jacques Delors (relatório Unesco), Piaget e Paulo Freire, na área de educação. Também buscamos suporte em pesquisadores brasileiros em TV digital como: Newton Cannito, André Barbosa, Almir Almas, Valdecir Becker, Cosette Castro e Guido Lemos. Procuramos apontar caminhos para uma Educação integrada às tecnologias e suportada pela TV digital Interativa (TVDI). Queremos ainda, no contexto da Sociedade da Comunicação e Informação, colaborar com a inclusão social de Pessoas com Necessidades Especiais.

### **1.1 Justificativa**

As tecnologias digitais provocam mudanças comportamentais no público. Para acompanhar a mente humana e aspectos cognitivos, as TIC passam a oferecer recursos que proporcionam a desconstrução, a não-linearidade e a colaboração. Assim, tem-se a grande oportunidade de explorá-las em favor da educação. A tradicional pedagogia do quadro negro perde espaço para os mais sofisticados recursos tecnológicos voltados para fins educativos. Com isso, as novas estratégias favorecem dinâmicas pedagógicas para melhor acompanhar as necessidades da atual geração e utilizar positivamente as tecnologias para oferecer vantagens que vão além do entretenimento. Baseando-se nisso, nasce a proposta desta dissertação, com ênfase em educação assistida pelas TIC, em especial, pela TV digital.

Na oportunidade, trazemos para o interior do trabalho a divulgação da plataforma A3TV, um projeto aplicado na *web*, em fase de desenvolvimento para a TVD, que permitirá a construção de canais individuais. Ela traz em si a possibilidade de construção de conteúdos coletivos para serem exibidos numa programação constante, podendo ser distribuídos e acessados via redes sociais constituídas. Uma experiência que pode ser muito útil a setores que lidam diariamente com os temas educação, inclusão social, digital e de Pessoas com Necessidades Especiais.

A tecnologia de canais de transmissão multimídia livres e individuais pode atingir diferentes públicos e comunidades. No exemplo que oferecemos, foi realizado

um experimento entre educadores responsáveis pela modelagem e disponibilização de vídeos no ambiente A3TV. O trabalho analisou a motivação do grupo de professores no acesso à plataforma e postagem de vídeos no ambiente virtual, o que gerou uma atmosfera de criação e aprendizagem colaborativa.

Trabalhamos para proporcionar a sensação de familiaridade com o ambiente, através de um espaço constituído de ferramentas intuitivas. Pela A3TV é possível acompanhar parte do material instrucional do curso de Tecnologia Assistiva e oferecer aos visitantes informações sobre o tema em questão. Criou-se um espaço alternativo de produção de conhecimentos, capaz de acrescentar possibilidades ao processo de ensino-aprendizagem em questão.

## **1.2 Objetivo geral**

- Avaliar a TVDI como ferramenta para a formação complementar e inclusiva, tomando como objeto de estudo a plataforma A3TV que, ao permitir a criação de canais individuais, pode ser um suporte para ações pedagógicas colaborativas.

### **1.2.1 Objetivos específicos**

- Conhecer estratégias de educação apoiadas em tecnologias;
- Analisar a navegabilidade e acessibilidade da plataforma A3TV a partir de uma pesquisa qualitativa aplicada a um grupo de professores;
- Conhecer a origem e desenvolvimento da TV enquanto suporte para a formação complementar e inclusiva;
- Entender a televisão digital como alternativa de acesso e divulgação de ações educativas.

### 1.3 Estrutura do trabalho

O presente trabalho é composto de quatro capítulos cuja finalidade é levar ao conhecimento do leitor as fases desta pesquisa e os procedimentos utilizados para a sua execução. O capítulo 1 traz a apresentação dos objetivos gerais e específicos e as justificativas para a realização desta pesquisa, direcionada às ações inovadoras que favorecem as estruturas pedagógicas, através do uso das tecnologias, com foco na TV digital.

O capítulo 2 é formado pelo embasamento teórico, no qual introduzimos os temas educação e TV digital, com base na literatura buscada para a pesquisa. Também trazemos dados estatísticos sobre a educação no Brasil e estudos que defendem a educação suportada pelas tecnologias. Começamos o capítulo abordando as relações entre Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), tomando como objeto o movimento CTS, difundido no mundo inteiro nos anos 1960, bem como recordamos a importância dessa integração e discutimos as consequências do bom e do mau uso das tecnologias. No mesmo capítulo dissertamos sobre a aquisição do conhecimento e a importância de torná-lo público e acessível, compartilhando-o através de redes e de espaços comunitários.

O item seguinte, do mesmo capítulo, “Porque usar a TVDI em prol da Educação brasileira”, discute as políticas de implantação da TVD e o uso dessa tecnologia para contribuir com o processo de inclusão, através da interatividade. Nele consta a atual conjuntura da educação e uma análise sobre como a TV digital e interativa pode ter uma participação afirmativa nesse processo. O Governo Federal realiza elevados financiamentos para a implantação da tecnologia televisão digital e interativa, e os investimentos estão sendo aplicados no parque tecnológico, no preparo de recursos humanos, nas TVs públicas, nas universidades e até nas empresas privadas. A televisão digital engloba uma série de ferramentas multimídia que facilitam a execução do referido projeto do governo.

Por sua vez, o subitem 2.2.1, denominado de “As estatísticas educacionais do Brasil”, mostra um resumo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb 2009) do Brasil e discute o cumprimento das metas estabelecidas pelo Governo para a Educação. Ele mostra ainda as disparidades regionais e o longo caminho que o País ainda tem a percorrer para chegar a índices

aproximados aos de países desenvolvidos. Consecutivamente, em “Unesco: um olhar sob perspectivas internacionais”, a dissertação mostra os resultados do “Relatório de Monitoramento Global 2010” da organização e as constatações em relação ao aspecto social e educacional brasileiro, visto a partir da análise e índices de outros países.

No item 2.3, “A EaD como solução de aprendizado”, mostramos como a Educação a Distância, um modelo pedagógico baseado na oferta de aprendizado de uma forma flexível no espaço e no tempo, vem conseguindo quebrar fronteiras, adquirir credibilidade, e como tem sido projetada pelos governos para fins de expansão, acesso à educação e inclusão social. O subitem 2.3.1 explica o que são e dá exemplos de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), recursos que permitem o compartilhamento e a construção colaborativa de conteúdos, por uma rede de pessoas, através da *web*. Eles auxiliam os educadores na organização de cursos e geração de conteúdos para os alunos, que podem acompanhar as agendas de atividades e ter acesso aos conteúdos sugeridos. A ferramenta é muito eficaz para dar suporte a projetos em educação continuada ou profissionalizante e poderá ser aproveitada nos projetos da TVD interativa.

Para melhor exemplificar o funcionamento desses recursos, trazemos como exemplo o curso semipresencial de Pedagogia Unesp/Univesp. Já o item 2.4, “A televisão e a EaD”, reconstitui a antiga relação da televisão com a EaD, em que o veículo de comunicação é visto como um mediador entre o conteúdo e a pessoa que aprende, através da sua dinâmica e possibilidades de chegar a diferentes lugares e públicos.

“Na corrida pela TV digital”, por sua vez, aborda os investimentos realizados pelo governo com pesquisas na área e as perspectivas dessa nova etapa das comunicações no Brasil. O item retrata as mudanças que começaram a ocorrer no mercado e como estão sendo planejadas as políticas sociais e educacionais alternativas para instaurar a televisão no cenário brasileiro. O subitem “Interatividade e Aprendizagem” complementa a ideia anterior, trazendo uma abordagem sobre bidirecionalidade e multiprogramação da TVDI, que favorecem a prática da EaD. Assim como a internet, mediada pelo computador, a TDVI pode vir a ser uma ferramenta para dar espaço às redes de comunicação e abrir campo para o cruzamento de informações e conhecimentos. Já o subitem “A interoperabilidade na TVD” mostra como esse fator é definitivo para a geração de espaços de autorias

coletivas. Ele traz a definição do governo brasileiro sobre interoperabilidade, que vai além de uma integração de sistemas e redes e troca de dados, ao atingir um aspecto social, ideológico e até cultural nas organizações envolvidas.

O capítulo 3 traz um relato sobre a experiência e a explicação dos procedimentos metodológicos utilizados para a pesquisa. O objeto de estudo é a plataforma A3TV, desenvolvida por pesquisadores do Laboratório de Aplicações em Vídeo Digital (Lavid), da Universidade Federal da Paraíba, cuja dinâmica possibilita a criação de canais personalizados via *streaming*, que podem ser transmitidos 24 horas por dia.

Nela, o interagente terá um espaço para transmitir vídeos de sua escolha, cultivar sua liberdade de expressão audiovisual, abordar temáticas plurais e dialogar, até mesmo, com outras redes sociais. Explicamos a composição da interface, o procedimento para o primeiro acesso ao ambiente, as definições de perfis e usuários e como está sendo projetado o funcionamento da A3TV dentro da plataforma Ginga, da TVD brasileira. Isso porque atualmente os canais da plataforma estão sendo transmitidos apenas via IPTV. Em seguida trazemos a Arquitetura de Referência dessa plataforma para especificar o processo de publicação de vídeos, integração de canais de TV e serviços de distribuição de vídeo com o suporte de colaboração.

O estudo mostra como essa plataforma pode ser útil no suporte à educação através da *web* e da TVD, por isso tomamos como público-alvo professores do curso “Tecnologia Assistiva, projeto e acessibilidade: promovendo a inclusão social” que participaram de oficinas, conheceram a plataforma e avaliaram a eficácia de uso: navegabilidade, acessibilidade e usabilidade da plataforma. No capítulo apresentamos a definição do universo e do público-alvo da pesquisa e os resultados da coleta de dados, através de um questionário aplicado a 10 pessoas, com 13 perguntas objetivas. Esses foram os primeiros testes de recepção na plataforma.

Enfim, no capítulo 4, trazemos as nossas considerações finais com as conclusões sobre os objetivos propostos e as experiências de aprendizado adquiridas durante a realização desta dissertação. Posteriormente, são indicadas as referências, o apêndice e anexos que trazem o modelo de questionário utilizado na pesquisa sobre a A3TV, entrevistas com profissionais de TV e especialistas em educação. Anexamos ainda documentos oficiais sobre a implantação da TVD no

Brasil.

No apêndice consta um texto cujo tema, “A Grade de Programação e os desafios que estão vir”, analisa o modelo da grade de programação das TVs, cuja lógica é a linearidade de transmissão. A grade é um modelo concebido desde o princípio da TV analógica no mundo, que deu certo e se convencionou até os dias de hoje. Entretanto, com a chegada da digitalização à TV, queremos discutir as possibilidades de adaptação que levem em consideração os recursos interativos e a multiprogramação.

Assim sendo, a intenção do texto é conhecer melhor a concepção de uma grade tradicional de TV, no que tange aos critérios de definição, distribuição de conteúdos, controle do tempo e aos profissionais responsáveis por montá-la. Além da busca teórica à literatura, nos serviremos do resultado de seis questionários aplicados a profissionais de emissoras de televisão brasileiras. A referida pesquisa serviu para gerar requisitos teóricos para os desenvolvedores da plataforma A3TV, uma vez que somos colaboradores do projeto.

## 2 UMA TVDI PARA OTIMIZAR A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

### 2.1 A relação entre ciência, tecnologia e inovação

Nos anos 1960, um movimento global começou a ser difundido no mundo. Ele defendia a integração de três segmentos até então fragmentados e considerados independentes: a ciência, a tecnologia e a sociedade (CTS). Iniciou-se, assim, um ato de defesa da integração de diferentes camadas sociais ao cenário social vigente e do conhecimento profundo da população de baixa renda como ponto de partida para o desenvolvimento social.

A proposta era entender os entraves que impediam os países em desenvolvimento de crescer, projetar uma política de aliança entre ciência e tecnologia no cotidiano dos povos e buscar soluções práticas e contextualizadas no que se refere à CTS. “Desde a periferia é preciso reinterpretar as tradições nos estudos CTS com o objetivo de recriá-las adequando-as ao contexto histórico-cultural de nossa região e de nossos países.” (ÁLVAREZ, 2001). Observando esse contexto, o Brasil deve ser entendido e analisado a partir de seus problemas-chave, no setor industrial, no acadêmico, nas políticas de barganha entre empresas públicas e privadas, nos problemas sociais. Estratégias de ajuste governamental às dinâmicas das novas tecnologias podem ser fundamentais nesse processo.

“*Silent Spring*” (1962), de Rachel Carson, é um exemplo das grandes ações do movimento CTS. O livro resgatou os olhares dos Estados Unidos da América e do mundo para as agressões ao meio ambiente e à saúde do ser humano causadas pelos inseticidas. O fato se tornou uma das molas propulsoras para o movimento. Com uma visão periférica ampliada, ela estava disposta a observar a barreira limítrofe entre o “construir” e o “destruir”, em consequência da Ciência e Tecnologia. Esse cenário recebe a influência da “Filosofia Humanista da Tecnologia”, em que são identificadas as faces humanas e desumanizadoras das tecnologias. A partir desse pensamento, vem a necessidade de aproveitá-las de forma construtiva, explorando ao máximo suas benesses e combatendo os abusos e prejuízos causados ao ecossistema.

A Ciência e a Tecnologia formam um campo complexo de intersecção que as torna capazes de, ao mesmo tempo, serem interdisciplinares e complementares. Ambas possuem uma importância equitativa dentro da esfera social. No período

Humanístico, Platão e Aristóteles disputavam argumentos para eleger a mais significativa entre teoria ou técnica. “...En el esplendor de la ciencia clásica se fijó un prejuicio que ha perdurado hasta hoy y del cual es muy difícil renunciar; se trata de la consideración de que la Ciencia es más intelectual que la Técnica.” (ÁLVAREZ, 2001, p. 8).

No artigo “Hacia una visión social integral de La Ciencia y La Tecnología”, Martínez Alvarez (2001) batiza o caso de “prejuízo humanístico da Filosofia”, quando ainda hoje há quem defenda a independência dos termos, sob o argumento de que a técnica está associada à “produção material” e a teoria ao “conhecimento de cunho político (imaterial)”. “Nótese que hasta hoy tenemos la convicción, aparentemente correcta, de que la Tecnología no es más que Ciencia aplicada.” (ÁLVAREZ, 2001, p. 9).

Lemos (1999) entende ser relevante a forma como se estrutura o processo de aprendizado “na Economia Baseada no Conhecimento”, principalmente por ter um caráter integrador e articulado entre teoria, e técnica. Isso se dá através da formação de redes de comunicação e troca de saberes nos espaços empresariais e nações que praticam atividades de “baixo conteúdo tecnológico”, impulsionando a inovação e “variados formatos organizacionais em redes para promoção da interação entre diferentes agentes e o ambiente onde estes se estabelecem.” (LEMOS, 1999, p.169).

Ou seja, para a autora, a formação continuada guiada pelas ferramentas interativas potencializa os domínios da inovação tecnológica. Segundo ela, “a participação em redes pode proporcionar um largo conjunto de experiências, estimulando o aprendizado e gerando conhecimento coletivo, e este aprendizado promovido entre os agentes é considerado como uma de suas maiores contribuições”. Mas para que exista essa interatividade é importante que o conhecimento seja distribuído e redistribuído indefinidamente, esteja ele em sua forma tácita ou codificada, ao saber:

A informação e o conhecimento codificado podem ser facilmente transferidos através do mundo, mas o conhecimento que não é codificado... só se transfere se houver interação social, e esta se dá de forma localizada e enraizada em organizações e locais específicos (LEMOS, 1999,164).

Desta maneira, é necessário sublinhar que não se compartilhe somente o conhecimento codificado aquele que está ao alcance de todos por meio da informação interpretada, mas também o tácito -, um tipo de conhecimento muitas vezes inacessível, fechado e de posse de determinados núcleos governamentais ou empresas<sup>6</sup>. Para que possa haver uma troca e compartilhamento do conhecimento em diferentes naturezas, torná-lo acessível a todos os interessados.

Investir no acesso ao conhecimento pode ser um investimento alto e que se colha em longo prazo, mas resultados significativos podem ser alcançados para o futuro da educação. Isso significa reconhecer o papel das TIC, lançar mão das mesmas no contexto do conhecimento e não ficar à margem. Com palavras de Hancock (2005, p. 234): “Compreender e utilizar as tecnologias da comunicação e da informação logo se torna uma condição prévia da integração no mundo contemporâneo, industrializado ou em desenvolvimento”.

A televisão digital surge como uma tecnologia promissora para o acesso à educação no Brasil. Dessa forma, seguramente, em poucos anos será satisfatório não somente o incremento da tecnologia, mas seu impacto na balança comercial e na sociedade, pela cultura de trocas contínuas de informação e conhecimento. Elas passarão a existir com mais afinco através do aparelho televisor, de posse de quase cem por cento dos brasileiros.

## **2.2 Por que usar a TVDI em prol da Educação brasileira**

O Governo Federal fez elevados financiamentos para a implantação da tecnologia televisão digital e interativa no Brasil, incluindo o aperfeiçoamento tecnológico e o preparo de recursos humanos. Segundo André Barbosa Filho (2008)<sup>7</sup>, foram investidos cerca de R\$ 60 milhões em 22 consórcios, envolvendo 106 universidades, institutos de pesquisa e empresas privadas. Um esforço que resultou no sistema nipo-brasileiro, baseado no sistema de modulação ISDB-T japonês.

O projeto visa englobar todas as camadas da sociedade, para que a informação e o conhecimento estejam mais disponíveis, através dessa tecnologia. O

---

<sup>6</sup> No conceito de Lemos (1999, p.165), codificado é aquele “conhecimento que pode ser transformado em uma mensagem, podendo ser manipulado como uma informação”. Enquanto tácito é “o conhecimento que não pode ser explicitado formalmente ou facilmente transferido, refere-se a conhecimentos implícitos a um agente social ou econômico”.

<sup>7</sup> O pesquisador é Assessor Especial da Casa Civil da Presidência da República.

plano do Governo Federal é utilizar a TVD para aumentar o acesso do cidadão brasileiro ao ensino e promover inclusão social. O Art. 1º do Decreto Nº 4.901<sup>8</sup>, de 26 de novembro de 2003, que tem por finalidade instituir o Sistema Brasileiro de Televisão Digital – SBTVD cita dois objetivos da proposta que podem ser tomados como referência para este estudo: “I promover a inclusão social, a diversidade cultural do País e a língua pátria por meio do acesso à tecnologia digital, visando à democratização da informação; II propiciar a criação de rede universal de educação a distância”.

Segundo Moore e Kearsley (2008), existem algumas vantagens no uso dos meios rádio e televisão para fins de educação a distância. Uma vez que transmitidos de modo aberto ou limitado, classificam-se como imediatos, e isso facilita o envio de relatórios atualizados, a realização de palestras ao vivo, a possibilidade de participação com sugestões ou perguntas dos ouvintes ou telespectadores e as discussões em painéis.

Outro fato que coloca como importante para o interesse e maior segurança dos alunos, é a transmissão dos programas sincronizados com um caderno de estudos e tarefas. “Os programas podem ser criados para proporcionar aos alunos a distância uma percepção de que fazem parte de uma comunidade de pessoas envolvidas com os mesmos temas” (MOORE E KEARSLEY, 2008, p. 84). Para validar o uso da TV para fins educacionais, os autores colocam que um produtor sênior do Centro de Produção da BBC/Universidade Aberta do Reino Unido levantou quatro princípios básicos para nortear a decisão de usar a transmissão pela TV:

1. Integração. O material precisa ter relação próxima com o restante do curso.
2. Especialização. É importante usar a televisão somente para aquilo que ela pode fazer com perfeição - e por menor custo -, e não o que pode igualmente ser feito na forma impressa ou por outra tecnologia.
3. Qualidade. Os programas para transmissão devem ser produzidos com os padrões mais elevados de qualidade e ter uma grande duração, a fim de recuperar os custos. Isso significa que devem durar muitos anos e ser usados diversas vezes, o que requer tomar decisões cuidadosas a respeito do conteúdo de um programa e evitar imprimir ou transmitir por áudio conteúdo que não terá muita validade, com o passar do tempo.
4. Custo compatível. Devem ser criados programas somente quando existir uma justificativa pedagógica e quando eles puderem ser usados para um

---

<sup>8</sup> Disponível em <<http://www.mc.gov.br/tv-digital/decreto-no-4901-de-26-de-novembro-de-2003>>. Acesso em: 15 de abril de 2010. Consta uma cópia nos anexos deste trabalho.

número suficiente de alunos, a fim de terem um custo compatível. (MOORE; KEARSLEY, 2008, p. 84)

A televisão digital engloba uma série de ferramentas multimídia que podem facilitar a execução de projetos do governo federal voltados para a EaD, como a Universidade Aberta do Brasil (UAB), por exemplo, que estudaremos mais adiante. No entanto, é necessário entender de forma prática as motivações e as necessidades prioritárias e formar o público-alvo para utilizar a tecnologia para o fim pretendido. No artigo “A educação e as novas tecnologias da Informação e da Comunicação”, Hancock (2005) discute o papel das mídias no contexto do processo educativo.

As mídias, fora da escola, fornecem uma matriz para a aprendizagem e a interpretação de conhecimentos... O reconhecimento por parte dos educadores de que as mídias constituem uma parte muito significativa do universo dos seus alunos e que as formas e as técnicas da publicidade que se expressam nas mídias têm o poder de amoldar as preferências estéticas deveria conduzi-los a incorporar essa dimensão ao processo de elaboração de programas escolares. (Hancock, 2005, p. 234)

A Unesco<sup>9</sup> desenvolve estudos de caráter social em todo o mundo e se concentra principalmente em estudar países em desenvolvimento para encontrar alternativas para os problemas enfrentados. Uma das metas da organização é desenvolver estratégias para melhorar a qualidade do ensino e proporcionar à população brasileira maior acesso à educação. Por isso, fez um levantamento no País e destacou problemas no sistema para que sejam superados, tais como:

- Distância observada entre os preceitos e as metas definidos na legislação educacional nacional e nos compromissos internacionais e a realidade nacional mostrada pelos indicadores educacionais;
- Participação limitada da sociedade civil em defesa do direito à educação;
- Desigualdades nas condições de acesso à educação e nos resultados educacionais das crianças, jovens e adultos brasileiros, penalizando especialmente alguns estratos étnico-raciais, a população mais pobre e do campo e os jovens e adultos que não concluíram a educação compulsória na idade adequada;
- Insuficiência na qualidade educacional, incluindo gestão dos sistemas e das escolas, currículos e propostas pedagógicas, valorização, formação e condições de trabalho dos profissionais da educação<sup>10</sup>. (UNESCO)

---

<sup>9</sup> A Unesco foi criada em 16 de novembro de 1945, para promover a paz e os direitos humanos com base na "solidariedade intelectual e moral da humanidade". Ao tempo de sua criação, o mundo acabara de experimentar a maior catástrofe de sua história – a Segunda Grande Guerra Mundial. É uma das agências das Nações Unidas para incentivar a cooperação técnica entre os Estados membros.

<sup>10</sup> Desafios de Estratégias de Educação no Brasil. Disponível em: <<http://www.unesco.org/pt/brasil/education/>>. Acesso em: 10 de junho de 2010

O site<sup>11</sup> da [Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura](#) (Unesco) traz uma declaração a cerca de um balanço que fez sobre a situação de acesso à educação no Brasil: “O direito a uma educação de qualidade ao longo da vida não é exercido plenamente por todos os cidadãos brasileiros, apesar do Brasil ter conquistado vários avanços na legislação educacional. E é limitada a participação da sociedade civil na promoção do direito à educação no Brasil”. (Unesco) No artigo “Inovação na era do conhecimento” Lemos (1999) reforça a importância do aprendizado contínuo (*lifelong learning- ou learning throughout life*):

A existência de capacitação adequada através de aprendizado constante é necessária para enfrentamento das mudanças e isso se dá de forma mais completa com a interação para a troca de informações, conhecimento codificado e tácito e a realização de atividades complementares entre eles. (LEMOS, 1999, 168)

Diante de um cenário precário na educação brasileira, ligado principalmente a fatores destacados pela Unesco, como: poder aquisitivo, má distribuição de renda e desigualdades sociais, defendemos a estratégia de testar a TVDI como forma de otimizar o acesso à educação. A TV continua sendo o veículo mais acessado e acessível (95,1%) do Brasil, cujo sinal é capaz de chegar aos lares de quase toda a população, juntamente com o rádio (88,9%), como pode ser observado na figura 1.

---

<sup>11</sup> Representação da [Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura](#) no Brasil (Unesco) <<http://www.unesco.org/pt/brasil/education/right-to-education/#c32668>>. Acesso em: 2 de julho de 2010.

**TABELA 1: Percentual de domicílios com alguns bens duráveis e serviços de acesso à comunicação no total de domicílios particulares permanentes – 2008**

Grandes Regiões	Percentual de domicílios com alguns bens duráveis e serviços de acesso à comunicação no total de domicílios particulares permanentes (%)											
	Iluminação elétrica	Telefone		Fogão	Filtro de água	Geladeira	Freezer	Máquina de lavar roupa	Rádio	Televisão	Microcomputador	
		Total	Somente móvel celular								Total	Com acesso à Internet
Brasil	98,6	82,1	37,6	98,2	51,6	92,1	16,0	41,5	88,9	95,1	31,2	23,8
Norte	94,9	72,4	49,0	96,7	31,4	83,9	15,3	26,7	76,4	90,0	17,4	10,6
Nordeste	97,0	66,8	43,9	96,1	49,1	81,5	7,0	15,5	82,4	91,7	15,7	11,6
Sudeste	99,8	88,9	29,3	99,4	65,0	97,3	15,6	54,3	93,0	97,6	40,0	31,5
Sul	99,4	89,8	40,8	99,0	22,6	97,2	31,5	59,0	94,9	96,4	38,5	28,6
Centro-Oeste	99,2	87,9	47,7	98,8	60,4	95,1	18,6	34,4	86,4	94,6	30,9	23,5

Fonte: IBGE (2008)

Esta seria uma medida emergencial, em prol do desenvolvimento da educação do País e da acessibilidade dos povos, habitantes de qualquer região. Afirmar isso não significa negar o papel da internet mediada pelo computador. No entanto, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2008<sup>12</sup> constataram que apenas 23,8% dos lares brasileiros tinham computadores ligados à internet. Isto é, apenas 17,95 milhões de domicílios (31,2%) possuíam microcomputador.

Ao todo eram 13,7 milhões de domicílios com computadores ligados à rede mundial. Mais da metade dos domicílios com computador (10,2 milhões) estavam no Sudeste, dos quais 7,98 milhões tinham acesso à internet. Isso confirma a diferença de uso do aparelho nas regiões geográficas do País, em que o Amapá, localizado na Região Norte, é o Estado com menor número de casas com conexão – 15 mil –, enquanto São Paulo tem 4,5 milhões.

Ou seja, São Paulo possui mais residências conectadas à internet (2,39 milhões) do que as regiões Norte e Nordeste juntas (2,17 milhões). A Região Sudeste tem mais da metade dos computadores ligados à internet do Brasil (7,97 milhões). Enquanto que no Nordeste 11,6% dos domicílios têm acesso à rede, 90,0% possuem televisão. Algo é fato: entre 2007 e 2008, aumentou apenas 3,8 % o percentual de domicílios ligados à internet (de 20% para 23,8%) e por isso o meio não pode ser utilizado como fonte emergencial para o projeto do governo do Brasil de nivelar a educação, tomando como referencial as estatísticas de países desenvolvidos.

<sup>12</sup> Fonte: site do IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1455&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1455&id_pagina=1)>. Acesso em: 5 de julho de 2010

Outro importante dado do IBGE é que as características de mobilidade do sistema nipo-brasileiro oferecem mais esperanças quando se pensa em desenvolver iniciativas com aparelhos móveis, para utilizá-los, também, como alternativa de levar a educação à população. De 2007 para 2008, mais 4,4 milhões de domicílios brasileiros passaram a ter telefone, dos quais 3,98 milhões adquiriram aparelhos móveis, do tipo celular. Os domicílios com celular chegaram a 21,7 milhões (37,6% do total), um aumento de 5,9 pontos percentuais.

Já segundo pesquisas da Anatel, em junho deste ano, o Brasil chegou a 185.134.974 de acessos do Serviço Móvel Pessoal (SMP) e densidade de 95,92 acessos por 100 habitantes. Do total de acessos, 152.394.841 (82,32%) são pré-pagos e 32.740.133 (17,68%), pós-pagos.<sup>13</sup> Caso haja o interesse de governos em projetar políticas de exploração desse meio para a inclusão social, é importante levar isso em conta, pois se a grande maioria possui celulares pré-pagos, os conteúdos precisam ser oferecidos gratuitamente.

Uma informação mais recente sobre o assunto pode ser extraída do Comitê Gestor de Internet no Brasil (CGI.br)<sup>14</sup>, que divulgou dados da pesquisa “TIC Domicílios e Usuários Total Brasil”<sup>15</sup>, realizada em 2009. Ele constatou que 59% da população pesquisada possuía telefone celular. Entre os índices apontados, tem-se a informação de que 32% dos domicílios brasileiros possuíam computador, e somente 24% acessavam a internet. A pesquisa constatou ainda que 47% da população entrevistada não possuíam sequer habilidade para manusear um computador.

Acreditamos que a curto prazo, a TV digital interativa – seja usada através de novos aparelhos ou da caixa de conversão ao sistema digital – é a plataforma que poderá realizar o projeto de inclusão social e digital do governo brasileiro.

---

<sup>13</sup> Disponível em: <<http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalNoticias.do?acao=carregaNoticia&codigo=20824>>. Acesso em: 20 de julho de 2010.

<sup>14</sup> O CGI.br é responsável por [coordenar e integrar todas as iniciativas de serviços Internet no país, promovendo a qualidade técnica, a inovação e a disseminação dos serviços ofertados](#). Foi criado pela Portaria Interministerial nº 147, de 31 de maio de 1995 e alterada pelo Decreto Presidencial nº 4.829, de 3 de setembro de 2003, para coordenar e integrar todas as iniciativas de serviços Internet no país, promovendo a qualidade técnica, a inovação e a disseminação dos serviços ofertados. Foi instituído pelo Ministério das Comunicações e pelo Ministério da Ciência e da Tecnologia.

<sup>15</sup> Disponível em: <<http://www.cetic.br/usuarios/tic/2009-total-brasil/index.htm>>. Acesso em: 14 de agosto de 2010.

Entendemos que para buscar soluções através desta plataforma, antes devemos estar atentos a questões primordiais, que envolvem o estado de arte, avanços e retrocessos da educação no Brasil. Como ela pode ser avaliada atualmente? Quais os níveis de alfabetização, matrículas, analfabetismo e evasão escolar? Os assuntos com os respectivos índices divulgados serão discutidos no próximo subitem deste capítulo.

### 2.2.1 As estatísticas educacionais brasileiras

Durante o governo Fernando Henrique Cardoso, em 2001, foi formulado o Plano Nacional de Educação (PNE). A meta foi adotar o ano de 2010 como limite para o Brasil obter uma melhora na excelência acadêmica, alcançando índices escolares equitativos aos de países desenvolvidos. Em julho deste ano o Ministério da Educação (MEC), por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), divulgou os resultados finais do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb 2009)<sup>16</sup>, confirmando o cumprimento de metas estabelecidas pelo Governo.

As pesquisas apontam a ascensão do índice de 4,2 pontos em 2007 para 4,6 em 2009, nas séries iniciais do ensino fundamental, quando a meta prevista era de 4,2 para 2009. Nas séries finais do ensino fundamental, o indicador subiu de 3,8 em 2007 para 4,0 em 2009. A meta para o ano passado era 3,7. Já no ensino médio, o Ideb passou de 3,5 em 2007 para 3,6 em 2009. No entanto, atingiu a meta prevista para o período, que era de 3,5 pontos. Segundo o Inep, o aumento de notas dos estudantes nos exames é o responsável por 71,1% do acréscimo no Ideb.<sup>17</sup>

---

<sup>16</sup> O Ideb foi criado pelo Inep em 2007, em uma escala de zero a dez. Sintetiza dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: aprovação e média de desempenho dos estudantes em língua portuguesa e matemática. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb e a Prova Brasil. A série histórica de resultados do Ideb inicia-se em 2005, a partir de onde foram estabelecidas metas bienais de qualidade a serem atingidas não apenas pelo País, mas também por escolas, municípios e unidades da Federação. A lógica é a de que cada instância evolua de forma a contribuir, em conjunto, para que o Brasil atinja o patamar educacional da média dos países da OCDE. Em termos numéricos, isso significa progredir da média nacional 3,8, registrada em 2005 na primeira fase do ensino fundamental, para um Ideb igual a 6,0 em 2022, ano do bicentenário da Independência. Disponível em: <[http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/ideb/news10\\_01.htm](http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/ideb/news10_01.htm)>. Acesso em: 5 de julho de 2010.

<sup>17</sup> Portal do MEC/Educação. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=15633](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15633)>. Acesso em: 5 de julho de 2010.

No entanto, somente 0,09% dos municípios (cinco entre 5.498) atingiram a meta da nota 6,0 no Ideb nos anos finais do ensino fundamental em escolas públicas. Nos anos iniciais, 405 de 5.467 municípios avaliados – 7,4% do total – já conseguiram atingir a meta. No Ideb de 2009, divulgado recentemente, a nota do Brasil está em 4,6 no primeiro caso e em 4,0 no segundo.

Fazendo o comparativo em termos de regiões do Brasil, a Sul teve todos os Estados classificados entre os dez melhores. Na Região Sudeste, apenas o Rio de Janeiro foi destacado na lista de séries iniciais do fundamental. O Distrito Federal foi o único Estado da Região Centro-Oeste que ficou entre os melhores nos três níveis. Enquanto a Região Norte se destacou com Acre e Rondônia, a Nordeste apareceu apenas com o Ceará. O Relatório Global da Unesco 2010 traz uma análise sobre essas diferenças a partir de pesquisas sobre o Brasil realizadas pela Universidade George Washington.

Disparidades relacionadas con el lugar de domicilio. El analfabetismo tiende a ser más importante en las regiones más pobres, las zonas rurales y las barriadas urbanas miserables. Las disparidades regionales reflejan a menudo el mapa de la pobreza de un país. En Brasil, por ejemplo, algunos de los Estados federados más pobres del Nordeste – Alagoas, Maranhão, Paraíba y Piauí – tienen niveles de analfabetismo dos veces más elevados que los de los Estados del Sudeste. (UNESCO, 2010, p. 114)<sup>18</sup>

O relatório informou que o percentual de 28,9% da evolução se deu em razão da melhora nas taxas de aprovação escolar. Nos anos finais do ensino fundamental, o Ideb do País evoluiu de 3,8 para 4,0, superando a meta para 2009 e já suplantando a de 2011 – 3,9. O aumento nas notas dos estudantes na Prova Brasil foi apontado como sendo 64% responsável pelo crescimento, enquanto os outros 36% seriam decorrentes da melhora nas taxas de aprovação. No caso do ensino médio, o Ideb do Brasil avançou de 3,5 para 3,6, superando a meta nacional de 2009. Principalmente por conta do desempenho dos estudantes.

De 2007 para 2008, no Brasil de forma geral alguns indicadores de educação mantiveram o ritmo gradual de avanço observado nos últimos anos, mas ainda são dados preocupantes: a taxa de analfabetismo entre pessoas de 15 anos ou mais de idade, por exemplo, passou de 10,1% em 2007 para 10,0% em 2008, ou

---

<sup>18</sup> Disponível em: <<http://www.unesco.org/en/efareport/reports/2010-marginalization/>>. Acesso em: 05 de julho de 2010.

seja, uma diminuição de apenas 0,01%; já a média de anos de estudo aumentou de 6,9 para 7,1 anos – mas ainda não representou o ensino fundamental concluído. Nesse período, a taxa de analfabetismo funcional<sup>19</sup> caiu de 21,8% para 21,0%, e a frequência à escola das crianças de 6 a 14 anos subiu de 97,0% para 97,5%.

O IBGE<sup>20</sup>, através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), constatou em suas pesquisas relativas ao ano de 2008 que o Brasil ainda tem 14,2 milhões de analfabetos<sup>21</sup> com 15 anos ou mais. A taxa de analfabetismo para esse grupo etário foi estimada em 10,0%; em 2007 havia sido de 10,1%. O indicador ainda aponta disparidades regionais: o Nordeste apresenta quase o dobro (19,4%) do analfabetismo nacional.

A região apresentou queda mais expressiva da taxa em relação a 2007, quando ela chegava a 19,9%. Entretanto, apresenta melhorias nos índices de analfabetismo e analfabetismo funcional, e os brasileiros maiores de 18 anos, em média, ainda não concluíram o ensino fundamental. Já na faixa etária de 10 a 14 anos de idade, a taxa de analfabetismo foi estimada em 2,8%, mostrando uma queda de 0,3% em relação a 2007. Nas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, esse

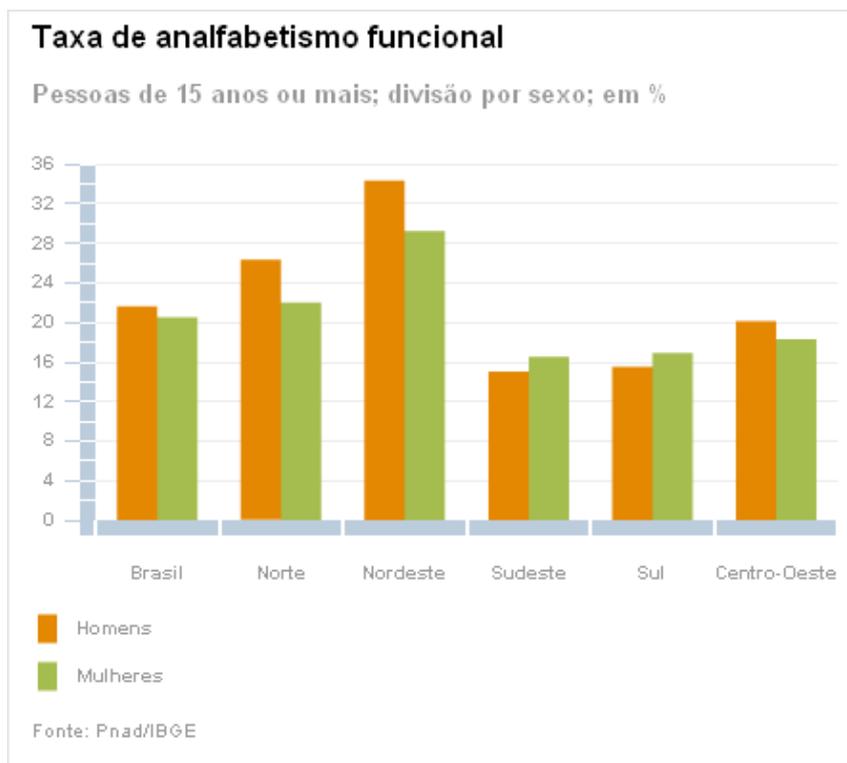
---

<sup>19</sup> “Em 1958, a UNESCO definia como alfabetizada uma pessoa capaz de ler e escrever um enunciado simples, relacionado a sua vida diária. Vinte anos depois, a UNESCO sugeriu a adoção dos conceitos de analfabetismo e alfabetismo funcional. Portanto, é considerada alfabetizada funcionalmente a pessoa capaz de utilizar a leitura e escrita e habilidades matemáticas para fazer frente às demandas de seu contexto social e utilizá-las para continuar aprendendo e se desenvolvendo ao longo da vida.” Extraído do site do Instituto Paulo Montenegro. Disponível em: <<http://www.ipm.org.br/index.php?mpg=1.01.00.00.00&ver=por>>. Acesso em: 22 de junho de 2010.

<sup>20</sup> Site IBGE. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1455&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1455&id_pagina=1)>. Acesso em: 5 de julho de 2010.

<sup>21</sup> “O Brasil ocupa o 95º lugar no ranking de [taxa de alfabetização](#) (90,0), de acordo com o [Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento](#) de 2007/2008. Países da América Latina como Chile (96,5), Venezuela (95,2), Paraguai (94,6), Colômbia (92,7) e Bolívia (90,7) conseguiram superar o Brasil nos referidos índices. A Taxa de alfabetização é uma avaliação pelos Estados ou por instituições como a ONU da porcentagem de pessoas com capacidade de ler e escrever na população de um país. Analfabetismo se refere ao desconhecimento do alfabeto, em que o indivíduo não consegue realizar a prática da leitura e da escrita. Segundo o conceito formulado pela Unesco: “uma pessoa funcionalmente analfabeta é aquela que não pode participar de todas as atividades nas quais a alfabetização é requerida para uma atuação eficaz em seu grupo e comunidade, e que lhe permitem, também, continuar usando a leitura, a escrita e o cálculo a serviço de seu próprio desenvolvimento e do desenvolvimento de sua comunidade.” (INFANTE, 1994, p. 7). As estatísticas educacionais produzidas pelo Ministério da Educação e utilizadas na construção de indicadores educacionais do IBGE baseiam-se em categorias de educação que têm como referência a Lei Nacional de Diretrizes e Bases da Educação – [LDB](#) (Lei nº 9.394 de 20 de dezembro 1996), que disciplina a educação escolar no País. A classificação de referência internacional na área de educação é a [ISCED](#), voltada à padronização da disseminação de estatísticas e indicadores educacionais no nível internacional, e também para servir como referência no desenvolvimento de classificações nacionais para a área educacional.” Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/concla/educacao/educacao.php?sl=1>>. Acesso em 16 de julho de 2010.

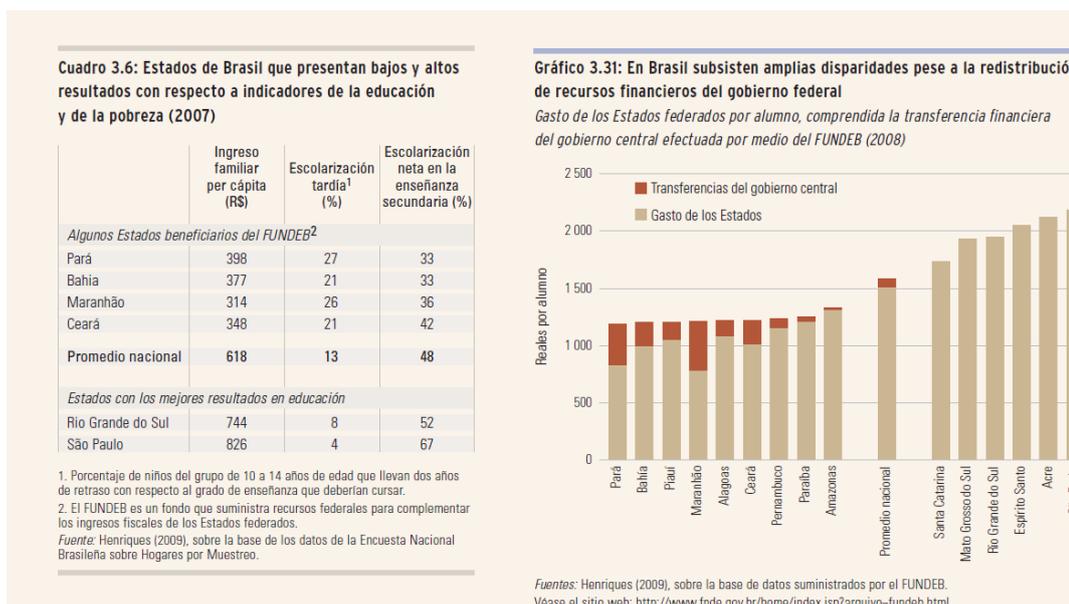
indicador era inferior a 1,5%; enquanto no Norte e Nordeste, ficava em 3,5% e 5,3%, respectivamente. Por ser a região mais populosa, o Sudeste fica em segundo lugar no ranking em números absolutos, com 3,6 milhões de analfabetos, estes dados podem ser observados na figura 2:



**FIGURA 1: Ranking das regiões brasileiras em analfabetismo funcional<sup>22</sup>**  
**Fonte: IBGE**

O Sul do Brasil mantém a menor taxa de analfabetos (5,5%), mas totaliza 1,1 milhão, uma quantidade significativa. Já o Centro-Oeste tem a menor quantidade de analfabetos, 839 mil (8,2%). O analfabetismo funcional caiu em 0,8% em comparação a 2007, mas o Brasil concentra 21% de pessoas com mais de 15 anos e menos de 4 anos de estudo completos, ou seja, o dado é preocupante para a realidade social do País. São 30 milhões de pessoas nessas condições. De 2007 para 2008, todas as regiões apresentaram queda dessa taxa, salvo o Nordeste, que diminuiu 1,9% (de 33,5% em 2007 para 31,6% em 2008). Os dados podem ser vistos na figura 3:

<sup>22</sup> Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/ultnot/2009/09/18/ult105u8711.jhtm>>. Acesso em: 10 de julho de 2010.



**FIGURA 2: A Unesco e suas políticas para a redução da pobreza<sup>23</sup>**

**Fonte: Unesco (2010)**

Outro dado observado é que brasileiros maiores de 18 anos, em média, ainda não concluem o ensino fundamental. Isso porque em 2008 a população de dez anos ou mais de idade no país tinha, em média, 7,1 anos de estudo – em 2007, a média era de 6,9 anos de estudo. O número era menor no Nordeste (5,9 anos) e maior no Sudeste (7,7 anos). No Brasil, em números totais, as mulheres (7,2 anos de estudo) continuavam estudando, em média, mais do que os homens (6,9 anos). Porém, nas faixas etárias mais elevadas, o número médio de anos de estudo dos homens superava o das mulheres.

Na faixa de 18 anos ou mais de idade, grupo que já poderia ter concluído o ensino médio, ou seja, pelo menos 11 anos de estudo, a média era de 7,4 anos de estudo, isto é, menos que o ensino fundamental completo. Para os jovens com 25 anos ou mais de idade, a média caía para 7,0 anos de estudo. Já a população de dez anos ou mais de idade, 31,6% tinham 11 anos ou mais de estudo, percentual que chegava a 1/3 entre as mulheres e nem atingia 30% entre os homens. Por outro lado, 22,8% da população não tinha instrução ou não havia concluído sequer a 4ª série do ensino fundamental.

Uma constatação positiva foi a de que 97,5% das crianças de 6 a 14 anos

<sup>23</sup> Relatório Global da Unesco 2010. Disponível em: <http://www.unesco.org/en/efareport/reports/2010-marginalization/>. Acesso em: 16 de julho de 2010 (UNESCO, 2010 p. 241).

frequentavam a escola. A taxa de escolarização da população na faixa etária de 6 a 14 anos de idade aumentou, passando de 97,0%, em 2007, para 97,5%, em 2008. A situação das regiões apresenta disparidades, ficando evidente o problema da distribuição de renda no Brasil. Os pontos percentuais variam de 96,1% na Região Norte a 98,1% na Região Sudeste.

Em 2008, a escola pública atendia a 79,2% dos estudantes de 4 anos ou mais de idade, participação que permaneceu estável em relação a 2007. Nos ensinos fundamental (88,0%) e médio (86,5%), a maioria expressiva da população estava na rede pública. No ensino superior, o quadro se invertia: 76,3% dos estudantes estavam na rede particular, num aumento de 0,4% em relação a 2007.

### **2.2.2 Unesco: um olhar sob perspectivas internacionais**

Em 2010, a Unesco lançou a oitava edição do “Relatório de Monitoramento Global” com o tema “Alcançando os marginalizados”<sup>24</sup>. A pesquisa é elaborada por uma equipe independente e publicada pela organização, que avalia os progressos realizados mundialmente para o alcance dos seis objetivos<sup>25</sup> da Educação para Todos (EPT) fixados em 2000, em Dacar, no Senegal. O EPT é um compromisso econômico - social assumido por mais de 160 países.

Em relação ao Brasil, o relatório apontou uma educação piorada, fragilizada nos últimos anos e com uma queda de oito posições em apenas um ano no *ranking* da organização, composto por 160 nações. Isso se deve à forma de administração das políticas educacionais. Hoje o Brasil ocupa a 88ª posição. São dados decadentes, mesmo tendo em conta os índices “positivos” do Ideb divulgados. O Brasil é a 12ª nação do mundo em população infantil em idade escolar não atendida.

---

<sup>24</sup> Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001878/187865S.pdf>>. Acesso em: 5 de julho de 2010.

<sup>25</sup> Ampliar os cuidados e a educação para a primeira infância; 2. Assegurar que, até 2015, todas as crianças, particularmente as meninas, tenham acesso ao ensino primário gratuito. 3. Assegurar que sejam atendidas as necessidades de aprendizado de todos os jovens; 4. Alcançar uma melhoria de 50% nos níveis de alfabetização de adultos; 5. Eliminar as disparidades de gênero no ensino primário e secundário; 6. Melhorar todos os aspectos da qualidade da educação. Disponível em: <<http://www.unesco.org/pt/brasil/education/education-for-all/education-for-all-goals/#c362451>>. Acesso em: 05 de julho de 2010.

En Brasil, Indonesia, México y Tailandia, más del 40% de los alumnos obtuvieron puntuaciones que los situaban en el nivel 1 o por debajo de éste. Después de ocho años de escolaridad, todos esos niños no habían alcanzado el nivel de conocimiento de la lectura que generalmente se suele adquirir en los grados medios del ciclo de la enseñanza primaria en los países de la OCDE. (UNESCO, 2010, p. 121)

Em quase todos os resultados, o Brasil se destaca como um dos piores da América Latina (AL). Em relação ao número de crianças sem acesso à escola, o Brasil está em desvantagem se comparado com a região do Caribe e toda a AL. Mesmo com a melhora apresentada entre os anos de 1999 e 2007, é o índice do País considerado pela Unesco como o mais elevado do continente, e está muito acima da média mundial (2,9%).

Os aspectos avaliados como positivos foram atribuídos aos benefícios dos programas do Governo Federal, como: Bolsa Família, Fome Zero e Brasil Alfabetizado. “El programa ‘Bolsa Familia’[...] transfirió entre el 1% y el 2% del Ingreso Nacional Bruto de Brasil a 11 millones de los hogares más pobres de la nación [...] El programa ha contribuido a mejorar considerablemente la enseñanza básica.” (UNESCO, 2010, p. 240)

No fator índice de abandono da escola o Brasil também está entre os mais com índices elevados da América Latina. Segundo o Relatório, a qualidade da educação no Brasil é baixa, principalmente no ensino básico, e aponta que o alto índice de abandono nos primeiros anos de educação enfraquece o sistema educacional do Brasil. São 13,8% dos brasileiros que largam os estudos já no primeiro ano do ensino básico. O País só fica à frente da Nicarágua (26,2%) na AL, e numa situação precária se confrontado com a média mundial (2,2%). O relatório defende que políticas sociais e alternativas educacionais de formar professores devem ser elaboradas para levar a educação com qualidade aos lugares pobres de mais difícil acesso, a fim de conter a má qualidade no processo educacional do País.

Los contrastes entre los perfiles nacionales de la alfabetización indican la existencia de problemas distintos en materia de políticas. Muchos países del África Subsahariana y del Asia Oriental y Occidental, así como de algunas partes de la región de los Estados Árabes, tienen que ofrecer más posibilidades de alfabetización a una gran parte de su población adulta y deben lograr también que los jóvenes dejen la escuela pertrechados con competencias básicas en materia de lectura, escritura y cálculo. En Brasil e Indonesia, dos países donde el analfabetismo afecta a un 10% o menos de la población adulta, los encargados de la elaboración de políticas tienen que afrontar todavía la tarea de llevar la educación a grupos de individuos muy marginados, muchos de los cuales viven en zonas apartadas. (UNESCO,

2010, p. 109)

Das quatro metas quantificáveis pelo Índice de Desenvolvimento da Educação para Todos (IDE)<sup>26</sup> usadas pela Unesco, o País registrou índices mais elevados em três: ensino primário (0,935), igualdade de gênero (0,942) e alfabetização dos adultos (0,900). Já no item qualidade do ensino o Brasil ficou numa posição desfavorável (0,756). A estrutura física precária das escolas e o número baixo de horas em sala de aula são apontados como fatores determinantes para a avaliação de baixa qualidade da educação. O País ficou na 88ª colocação. A fim de tentar elevar a qualidade do ensino no Brasil, muitas ações têm sido empreendidas pelo governo e pelos governantes brasileiros.

Um exemplo é o projeto de lei da senadora Fátima Cleide (PT-RO), aprovado na Comissão de Educação do Senado na primeira semana de julho deste ano de 2010. Ele obriga todos os professores a ter nível superior, inclusive aqueles integrados à rede pública. A lei exige que os professores da educação básica finalizem em seis anos a formação superior. A matéria será enviada para análise em plenário e, caso seja aprovada, segue para a sanção do presidente. O texto altera a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que não obriga a graduação para esse fim<sup>27</sup>.

É importante perceber que o avanço na educação não depende de bons índices estatísticos, resultados favoráveis de notas dos provões aplicados e professores com ensino superior. Os dados podem parecer positivos, mas o que se percebe é uma taxa de analfabetismo com números questionáveis, que os Estados do Norte e Nordeste são os mais desfavorecidos e que cerca de 40% dos jovens que habitam na zona rural são analfabetos<sup>28</sup>.

Uma perspectiva ainda negativa assim compromete setores sociais como saúde, segurança pública e empregabilidade. O que defendemos de fato é lançar

---

<sup>26</sup> O Índice tem por objeto medir o conjunto dos progressos até a realização da EPT. Por enquanto, foram incorporados indicadores de IDE para as quatro metas mais quantificáveis da EPT: educação primária universal, medida pela taxa ajustada de escolarização primária líquida; alfabetização de adultos, medida pela taxa de alfabetização de adultos; igualdade entre os sexos, medida pela taxa da EFA (Educação para Todos) de gênero específico (IEG); e a qualidade do ensino, medida pela taxa de sobrevivência na quinta série. O valor do EDI é a média aritmética dos valores. Cada meta tem como valor máximo 1,0. Relatório de Monitoramento Global (p. 314). Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001878/187865S.pdf>>. Acesso em: 5 de julho de 2010.

<sup>27</sup> No ANEXO II deste trabalho constam duas entrevistas realizadas com professores universitários que discutem o referido tema.

<sup>28</sup> Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/Comunicacao.aspx?action=5&mID=8954>>. Acesso em: 1º de agosto de 2010.

mão de meios que possam facilitar o acesso da população à educação e proporcionar aos professores e gestores uma educação continuada, de forma a dar um salto também na qualidade. Por isso, a nossa abordagem principal é o uso de alternativas de aprendizado como a EaD, para a educação formal, através dos meios digitais. Para darmos introdução à discussão, nos próximos itens discorreremos sobre a EaD e as possibilidades de aplicá-la por meio da internet e, em especial, da televisão.

### **2.3 A EaD como solução de aprendizado e formação**

A Educação a Distância (EaD) é um modelo pedagógico baseado na oferta de aprendizado de uma forma flexível no espaço e no tempo, facilitado, principalmente, por ferramentas tecnológicas de comunicação. Nos últimos anos, tem ganhado espaço pelos resultados favoráveis obtidos. A internet e as mídias integradas e convergentes vêm dando força e maiores possibilidades às propostas de EaD. A televisão também tem sido uma propulsora significativa do ensino em todo o mundo. No Brasil, foi por correspondência, em 1941, através do Instituto Universal Brasileiro, que a EaD começou a dar os primeiros passos (CASTRO, 2007).

Apesar de tentarmos explicar de que se trata esse modelo de aprendizado, por suas inúmeras possibilidades de acontecer, é importante deixar claro que não existe um conceito único para ele, que pode ser abordado a partir de diferentes perspectivas e contextos, pois se dá por meio de uma educação construída coletivamente. Segundo a pesquisadora Cosette Castro (2007), no artigo “EaD e TV Digital: a coautoria na aprendizagem”, a Educação ou Ensino a Distância não implica distanciamento entre o professor e o aluno ou redução do grau dessa relação, ao contrário:

Trata-se de um processo de ensino-aprendizagem que não implica a presença física do professor, indicado para ministrá-lo no lugar onde é recebido, ou no qual o professor está presente apenas em certas ocasiões ou para determinadas tarefas. Mas dizer isso não significa reduzir a importância do professor na relação ensino-aprendizagem. Ao contrário, exatamente por não ser presencial, sua atenção é duplamente exigida, seja na pronta resposta, seja na aposta em um outro tipo de relação professor-aluno, na qual o diálogo entre os dois e entre o grupo envolvido deve ser uma constante. (CASTRO, 2007, p. 122).

A alternativa para a dinâmica educacional possibilita a aquisição de conhecimento contínuo aos mais variados setores e leva a educação a lugares onde a acessibilidade é um empecilho. Essa dinâmica de ensino é eficaz para capacitar cidadãos em busca da profissionalização e profissionais interessados em reciclar conhecimentos e ideias. A EaD pode ser, inclusive, uma solução econômica para empresas e governos. Os especialistas no assunto Michael Moore e Greg Kearsley (2007) a definem, no livro *Educação a Distância, Uma Visão Integrada*, como uma espécie de:

[...] aprendizado planejado que ocorre normalmente em um lugar diferente do local de ensino, exigindo técnicas especiais de criação do curso e de instrução, comunicação por meio de várias tecnologias e disposições organizacionais e administrativas especiais. (MOORE e KEARSLEY 2007, p. 58)

O conhecimento gerado dessa forma pode propiciar a inclusão e facilitar a vida de cidadãos que têm uma rotina intensa de trabalho e cujos horários são indefinidos para atividades programadas. Na EaD ocorre o processo de ensino-aprendizagem apoiado por um conjunto de fatores articulados que têm o mesmo propósito. Esses fatores envolvem desde a coordenação e programação das atividades por uma equipe multidisciplinar, até os meios utilizados para promover a educação, sejam eles tecnológicos ou não.

Antes, utilizava os Correios, posteriormente passou a ser oferecida por rádio, televisão via satélite (teleconferência), mas hoje um dos principais meios de promoção e facilitação da EaD é a internet, que a pode transmitir aos mais longínquos lugares e é capaz de gerar dinamicidade no processo pedagógico. Muitos *softwares* abertos foram desenvolvidos para dar suporte à EaD, contribuindo na oferta de cursos e criando objetos educacionais. Governos e escolas valem-se dessas ferramentas, como por exemplo os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), a ser estudados no próximo item.

### **2.3.1 Os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA)**

Os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) são capazes de permitir o compartilhamento e a construção colaborativa de conteúdos, por uma rede de pessoas, permitindo o oferecimento de cursos via *web*. Eles auxiliam os educadores

na organização de cursos e geração de conteúdos, e os alunos podem seguir as agendas e localizar os conteúdos sugeridos. Neles, os professores podem acompanhar todas as ações dos alunos dentro do ambiente, identificar a quantidade de acessos e avaliar o interesse e grau de desempenho nas atividades virtuais. Os AVA são usados também em cursos semipresenciais e como uma ferramenta extra às aulas presenciais.

Podemos citar como exemplo os ambientes Teleduc e Moodle, o primeiro desenvolvido nacionalmente pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em 1997, e o segundo criado em [2001](#), pelo educador e cientista computacional Martin Dougiamas. O *Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment (Moodle<sup>29</sup>)* é um *software* livre e gratuito (open source), que integra a cadeia dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), ao permitir o compartilhamento e a construção colaborativa de conteúdos via *web*, por uma rede de pessoas. A figura 4 apresenta um exemplo que permite uma visualização do ambiente.

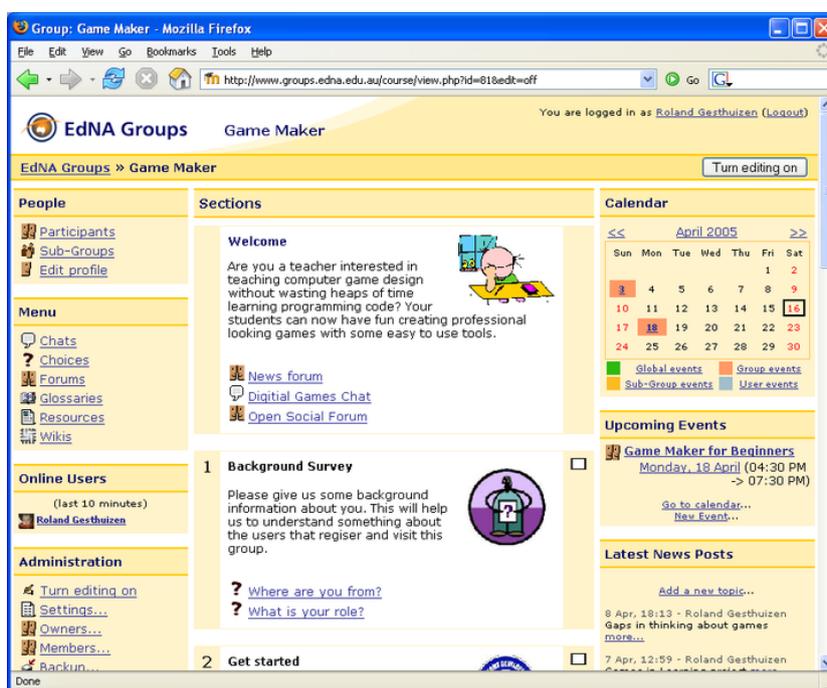


FIGURA 3: Layout da Plataforma Moodle<sup>30</sup>

A plataforma, disponível em vários idiomas, é desenvolvida com a

<sup>29</sup> Disponível em: <<http://moodle.org>>. Acesso em: 1.º de julho de 2010.

<sup>30</sup> Disponível em: <[http://upload.wikimedia.org/wikipedia/en/thumb/3/34/Moodle\\_1.3\\_sample\\_course\\_screengrab.png/722\\_px-Moodle\\_1.3\\_sample\\_course\\_screengrab.png](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/en/thumb/3/34/Moodle_1.3_sample_course_screengrab.png/722_px-Moodle_1.3_sample_course_screengrab.png)>. Acesso em: 1.º de julho de 2010.

contribuição de uma comunidade virtual internacional. Ela reúne programadores, designers, administradores, professores e interagentes do mundo inteiro. À medida que as pessoas utilizam o *Moodle* em suas atividades diárias, surgem mais necessidades. Com isso, o *software* é aprimorado e aos poucos surge um sistema que cada vez mais atende demandas específicas.

Ou seja, todos os que utilizam e participam do processo de construção dão uma parcela de contribuição. Por haver uma interface intuitiva, o *Moodle* é utilizado em escolas, empresas e ONGs para auxiliar em atividades do cotidiano, que devem ser construídas em comum. Ele pode servir de subsídio na Educação a Distância, realização de cursos, treinamentos a distância e, até, presenciais. Hoje é utilizado em 214 países do mundo<sup>31</sup>. Só no Brasil, 3.346 sites utilizam o AVA, a exemplo de diferentes instituições como: PUC Minas, USP, UFSC, UNB, Unesp, Pastoral da Criança e SENAI.

O Teleduc<sup>32</sup>, por sua vez, é um ambiente cuja proposta principal é apoiar o ensino-aprendizagem a distância, tendo como alvo a formação de professores para a informática educativa. Ele está baseado na metodologia de formação contextualizada, desenvolvida por pesquisadores do Núcleo de Informática Aplicada à Educação, da Unicamp - SP (Nied), em 1997. A figura 05 apresenta um exemplo que permite uma visualização do ambiente:

---

<sup>31</sup> Site do *Moodle*. Disponível em: <<http://moodle.org/sites/>>. Acesso em: 1.º de julho de 2010.

<sup>32</sup> Site Teleduc. Disponível em: <[www.teleduc.org.br/](http://www.teleduc.org.br/)>. Acesso em: 1.º de julho de 2010.



FIGURA 4: Layout da plataforma Teleduc<sup>33</sup>

Todas as ferramentas desse ambiente foram idealizadas e projetadas segundo as necessidades relatadas por seus interagentes. Ele recebe constantes melhorias com a criação de novas versões. As principais clientes do Teleduc são as universidades públicas e privadas. No total, 100 sites se beneficiam de suas ferramentas para o desenvolvimento de atividades educacionais, disponibilizando no ambiente materiais didáticos de suporte à comunicação.

O Teleduc é o canal de comunicação principal entre alunos, tutores e professores envolvidos na mesma turma de um determinado curso. Através dele, o aluno acompanha agendas de atividades, baixa arquivos das disciplinas, posta atividades desenvolvidas individualmente ou em grupo, constrói o perfil e dialoga com os colegas através de fóruns e *chat*. O AVA permite, ainda, que os cursistas tenham acesso a *links* de vídeos, mural virtual, relatem suas experiências na ferramenta Diário de Bordo, participem de enquetes e enviem correspondências virtuais. O sistema foi projetado para oferecer aos administradores e formadores do curso uma visão geral – com dados, gráficos e estatísticas – sobre acessos, frequência e participação dos alunos, e até professores, no ambiente. No próximo item apresentamos o exemplo de um curso semipresencial de formação de professores, público e gratuito, que lida com esses tipos de recurso.

<sup>33</sup> Disponível em: <[http://edutec.unesp.br/~teleduc/cursos/aplic/index.php?cod\\_curso=122](http://edutec.unesp.br/~teleduc/cursos/aplic/index.php?cod_curso=122)>. Acesso em: 15 de julho de 2010.

### 2.3.2 O curso de Pedagogia Unesp/Univesp<sup>34</sup>

O curso de graduação em Pedagogia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), no âmbito do Sistema Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp)<sup>35</sup>, é o primeiro a ser oferecido por uma universidade pública do Estado. Utiliza os mais diferentes recursos pedagógicos e tecnológicos em sua proposta. O projeto visa atender e qualificar professores em exercício que ainda não tiveram a oportunidade de ter acesso ao Ensino Superior. Espera-se, com isso, oportunizar melhorias no ensino por meio de ações efetivas da universidade pública na formação de professores, contribuindo para avanços na área educacional.

O curso possui uma natureza semipresencial, tem uma duração de 40 meses, com 60% da carga horária em atividades a distância e 40% em encontros presenciais. As primeiras turmas foram definidas em março de 2010, com 1.350 vagas no total, distribuídas em 23 polos de atendimento presencial nas Unidades da Unesp, por meio de um processo seletivo – vestibular. A característica maior do projeto é maximizar a interação entre coordenadores, orientadores (de disciplina<sup>36</sup> e de turma<sup>37</sup>) e alunos, bem como a articulação da teoria e da prática docente em diferentes atividades.

Dentre as exigências para participar do processo seletivo estão: ter diploma do curso Normal, habilitação específica para o magistério, em nível médio, certificado de ensino médio – ou equivalente, ou ensino superior; bacharelado. O interessado deve, também, ser professor em exercício em escola de educação infantil ou de ensino fundamental, médio ou profissional e não pode estar

---

<sup>34</sup> O exemplo foi escolhido porque é um exemplo de EaD, uma vez que a autora desta dissertação trabalha no Núcleo da Educação a Distância da Unesp, como assessora de comunicação e imprensa desse projeto.

<sup>35</sup> O Sistema Univesp tem a proposta inovadora no Brasil de ampliar as chances de acesso à educação pública superior, oferecidas à população do Estado de São Paulo. O projeto agrega reconhecidas instituições de ensino superior, tais como: a Universidade Estadual de São Paulo (USP), a Universidade de Campinas (Unicamp), a Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (Unesp) e o Centro Paula Souza. A Univesp foi criada através do decreto nº 53.536, de 9 de outubro de 2008, e tem como função fornecer o suporte material, financeiro e tecnológico para os cursos oferecidos. Cabe às universidades consorciadas elaborar os projetos acadêmicos, os conteúdos dos cursos e o processo de seleção e avaliação dos alunos.

<sup>36</sup> Os orientadores de disciplinas atuam na coordenação e orientação dos trabalhos pedagógicos da turma e na condução das atividades presenciais e virtuais.

<sup>37</sup> Os orientadores de turma acompanham o processo de evolução acadêmica dos alunos.

matriculado em qualquer curso de nível superior vinculado a instituições públicas federais, estaduais ou municipais.

O projeto do curso foi elaborado por professores da Unesp, especialistas em Educação e em Educação a Distância. Eles aceitaram o desafio de criar uma proposta que incorpora tecnologias de informação e comunicação com ferramentas que proporcionam a construção de ambientes de aprendizagem. Os docentes convidados a organizar o conteúdo das disciplinas são todos doutores, da Universidade, e alguns convidados de notório saber. No site Edutec, na matéria intitulada “O Curso”, a coordenadora do Grupo de Conteúdo Pedagógico e Metodológico do curso, Ana Maria da Costa Santos Menin, informa que a estrutura do projeto pedagógico pretende oferecer uma formação de qualidade, capaz de atender à LDBEN 9.394/96, além de preparar professores para o uso das tecnologias em sala de aula.

Fazemos uso, concomitantemente, de três linguagens: a impressa, a televisiva e a da plataforma web, as quais manterão um diálogo afinado de forma a possibilitar aos professores inovarem sua prática pedagógica incluindo as novas tecnologias. Temos certeza de que este curso em muito contribuirá para uma formação mais completa e mais dinâmica dos professores. (FEITOSA, 2010)<sup>38</sup>

### 2.3.2.1 Suporte pedagógico do curso

O curso de Pedagogia da Unesp/ Univesp dá espaço a uma nova era na Instituição, por se tratar do primeiro curso de graduação da Unesp na modalidade a distância<sup>39</sup>. O aluno do curso de Pedagogia conta com três recursos principais de aprendizado: o AVA/Unesp, os materiais impressos (caderno do aluno) e os vídeos produzidos pela Univesp TV. A plataforma é o canal de comunicação principal do aluno com os professores e orientadores de disciplina do curso. Ela possibilita que o aluno acompanhe as agendas semanais, baixe arquivos das disciplinas, poste as atividades desenvolvidas, dialogue com os colegas, participe de *chats*, tenha acesso

---

<sup>38</sup> Portal Edutec. Disponível em: <[http://edutec.unesp.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=20&Itemid=25](http://edutec.unesp.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20&Itemid=25)>. Acesso em: 20 de maio de 2010.

<sup>39</sup> A Unesp já realiza experiências bem-sucedidas por meio da extensão universitária e de cursos de especialização a distância, muitos em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB).

a *links* e envie e receba correspondências virtuais.

No AVA, os alunos podem acompanhar as agendas semanais e conteúdos, construídas por uma equipe constituída de: *designer* instrucional, *designer* gráfico, assistente técnico em multimídia, bibliotecário, comunicador e por professores responsáveis pelas disciplinas. Nas agendas constam os textos principais a serem trabalhados nas aulas presenciais e virtuais, atividades, *links* para textos e vídeos no acervo<sup>40</sup>, que podem ser baixados no computador do aluno, e a programação detalhada das exposições dos materiais audiovisuais. Além disso, o aluno de Pedagogia também tem a opção de acompanhar o curso nos Cadernos de Formação, onde constam todos os textos principais e as atividades da Agenda Acadêmica. Todo conteúdo está disponível tanto no AVA, quanto no caderno, como uma forma alternativa de acesso.

Como principal fonte de comunicação entre a equipe gestora, os docentes e os alunos do curso, foi criado o portal acadêmico Educação e Tecnologia (Eduotec)<sup>41</sup>. A ideia principal do Portal é proporcionar uma referência virtual a todas as ferramentas do curso, como a Sala Virtual<sup>42</sup>, por exemplo. Ou seja, o espaço acadêmico virtual permite o acesso ao curso de Pedagogia, compartilha informações, consulta bibliotecas digitais, confere eventos e demais dados acadêmicos requisitados.

---

<sup>40</sup> Os acervos digitais são espaços públicos reservados para o armazenamento de conteúdos digitais. No caso da Unesp, a ferramenta está disponível para servir como suporte ao ensino para divulgar a produção científica da instituição. Espaço disponível no endereço: <<http://acervodigital.unesp.br>>.

<sup>41</sup> Site Edutec: <<http://edutec.unesp.br>> O Portal do Núcleo de Educação a Distância da Unesp traz informações sobre os tipos de tecnologia que a Instituição utiliza para dar suporte a ações pedagógicas e os contatos da equipe de suporte. Constam nele, ainda, instruções para o uso das tecnologias empregadas nos projetos. Exemplo disso é o espaço reservado para tutoriais e *links* de acesso para *downloads* de *softwares* livres e ferramentas de suporte ao curso.

<sup>42</sup> A Sala Virtual é um projeto de *eLearning* da Unesp que permite a realização de reuniões, encontros, conferências e treinamentos a distância entre professores, funcionários e alunos da instituição. São centenas de salas virtuais disponíveis para as atividades acadêmicas. O *Adobe Acrobat Connect Pro* é o *software* utilizado para este fim, possui uma interface amigável e flexível. Basta um treinamento de poucas horas para que o usuário possa usufruir todos os benefícios que ele oferece. O *Connect* disponibiliza ferramentas de *webconferência* aos participantes, tais como: *chat*, *videoconferência*, *audioconferência*, compartilhamento da tela do computador e de arquivos (fotos, *powerpoints*, documentos), quadro-branco e enquetes. Para o curso de Formação em Pedagogia são oferecidas salas virtuais para que alunos, orientadores de disciplinas e professores promovam encontros extraclasse. É também um espaço reservado para os alunos poderem sanar dúvidas junto aos seus orientadores.

As informações podem estar abertas ao público ou numa área restrita, construída para atender as demandas específicas do aluno, que tem a opção de navegar e consultar a sua situação acadêmica de forma exclusiva. Ele também pode obter informações sobre o módulo que está cursando e acompanhar notícias relacionadas ao curso. Para isso, recebe um *login* e uma senha que permite o livre acesso ao Sistema Acadêmico de Graduação e, também, ao AVA Teleduc.

Os vídeos são produzidos pela Univesp TV, uma emissora da Fundação Padre Anchieta – Centro Paulista de Rádio e TV Educativas – participante da primeira experiência da multiprogramação digital no Brasil (2.2). Foi criada em 2009 para dar suporte às ações do Sistema Univesp (Universidade Virtual do Estado de São Paulo). Ela é a responsável por esses materiais de apoio pedagógico, acompanhados durante as aulas presenciais e virtuais do curso de Pedagogia Unesp/Univesp.

O canal transmite o conteúdo para os alunos no decorrer da própria programação. Isso permite que eles acompanhem de qualquer TV aberta e digital os programas relativos à disciplina em curso. Entre os conteúdos estão: entrevistas, documentários e programas especiais, elaborados sob a consultoria dos professores do curso. Essa ideia da televisão enquanto mídia de suporte à educação foi pensada há muitos anos, logo depois que foi descoberta a transmissão via satélite, uma prática utilizada por universidades abertas da Europa e dos Estados Unidos, assunto que discutiremos no próximo item.

## **2.4 A televisão e a EaD**

Moore e Kearsley (2008) no livro “Educação a Distância” trazem a história, o estado da arte em contexto mundial e o processo de funcionamento de um curso com a natureza EaD. Eles discorrem sobre todas as fases que ocorreram nos Estados Unidos da América, em consonância com o mundo, desde o envio de materiais via correspondência, transmissão por rádio, televisão via cabo e satélite, até o aprendizado *on-line* da sociedade contemporânea.

Segundo os autores, no ano de 1934 já se projetava a televisão educativa nos EUA, e a Universidade do Reino Unido era a que mais estimulava o interesse pelo ensino a distância no mundo. A televisão e o rádio passaram então a ser pensados como mídias de suporte à educação, durante a fase que denominam de

“segunda geração da EaD”. “Após a Segunda Guerra Mundial, foram distribuídas às frequências de televisão 2.053 canais, sendo que 242 para o uso não-comercial” (MOORE; KEARSLEY, 2008, p. 32). Posteriormente, foram criadas as universidades abertas em muitos países, a fim de promover a disseminação do conhecimento a distância<sup>43</sup>.

Os pesquisadores contam que, já em 1957, as escolas públicas do *Washington Country, Maryland*, foram integradas a um circuito fechado de televisão, sendo que no mesmo período o *Chicago TV College* foi o primeiro a envolver faculdades no ensino via televisão. Em 1972, vinte anos após a primeira transmissão de TV a cabo, com a exigência da *Federal Communications Commission* (FCC), todas as operadoras a cabo foram obrigadas a disponibilizar um canal educativo. Os programas educativos de canais de televisão e TV a cabo foram intitulados de telecursos. Porém, as primeiras ações de interação em tempo real entre um grupo teriam ocorrido em 1980, em cursos por áudio e videoconferência, transmitidos por telefone, satélite, cabo e redes de computadores, segundo os autores. Eles destacam que a quarta geração da EaD surgiu nos EUA também, nos anos de 1980.

[...] era baseada na tecnologia da teleconferência e, portanto, era elaborada normalmente para o uso de grupos. Isso atraiu um número maior de educadores e formuladores de política por ser uma aproximação mais adequada da visão tradicional da educação como algo que ocorre nas classes, ao contrário dos modelos por correspondência ou de universidade aberta, que eram direcionados às pessoas que aprendem sozinhas, geralmente pelo estudo em casa. (MOORE; KEARSLEY, 2008, p. 39)

Os pesquisadores acrescentam que a primeira tecnologia a ser testada na teleconferência entre os anos de 1970 e 1980 foi a audioconferência, que “permitia ao aluno dar uma resposta, e aos instrutores, interagir com os alunos em tempo real e em locais diferentes” (MOORE; KEARSLEY, 2008, p. 40). Já a era do satélite

---

<sup>43</sup> Somente no ano de 2005 foi criado o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). O programa é do Ministério da Educação, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, e tem como proposta principal capacitar professores da educação básica. O objetivo é estimular a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior. A UAB é constituída por instituições públicas de ensino superior, para levar ensino de qualidade aos municípios brasileiros. O sistema estabelece parcerias entre as esferas federal, estadual e municipal do governo. O foco da UAB é, através da educação a distância, capacitar professores da educação básica com a oferta de cursos de licenciatura e de formação continuada, além de ofertar outros cursos superiores nas mais diversas áreas do saber. Disponível em: <[http://www.uab.mec.gov.br/conteudo.php?co\\_pagina=20&tipo\\_pagina=1](http://www.uab.mec.gov.br/conteudo.php?co_pagina=20&tipo_pagina=1)>. Acesso em: 10 de julho de 2010.

começou a partir de 1965, com o lançamento do satélite *Early Bird*; logo em seguida as universidades norte-americanas começaram a transmitir programas educacionais. Uma das primeiras foi a *University of Alaska*, que oferecia cursos de educação continuada para professores. Mas a evolução da tecnologia do satélite não estagnou, mais possibilidades foram abertas: “A tecnologia mais recente para a Transmissão Direta por Satélite (*DBS – Direct Broadcast Satellite*) desenvolvida nos anos 1990 permitiu que as pessoas ou as escolas recebessem programas diretamente em suas casas ou nas escolas” (MOORE; KEARSLEY, 2008, p. 40).

No Brasil, a ideia de trabalhar educação utilizando os meios de comunicação nasceu no início do século XX, com a primeira experiência de uma rádio educativa, a Rádio Sociedade Brasileira, do Rio de Janeiro. O responsável pela ideia foi o cientista Edgard Roquette-Pinto, que acreditava no amplo poder do rádio como um veículo de educação e formação. Com a implantação da televisão analógica no Brasil, buscou-se instituir um modelo para o novo veículo, tendo como exemplo o rádio. Aproveitando a experiência em programas de caráter educativo no rádio, também foram criados para as TVs programas nesse segmento. Por ser um meio com capacidade de exercer fascinação nas pessoas, ela passou a ser vista como uma ferramenta passível de promoção educativa. O documento da Comissão Carnegie (1967) reconheceu essa competência do veículo.

Num contexto educacional determinado, a televisão tem um papel próprio a desempenhar em relação a um conjunto de objetivos educacionais e ao total pleno dos instrumentos educacionais disponíveis... A televisão, convenientemente usada, pode levar à educação um sentido de vida e de atualidade que nenhum outro meio pode dar. (COMISSÃO CARNEGIE, 1967, p. 90)

E o poder que a televisão possui deve-se à sua linguagem específica, que consegue transformá-la num mediador atrativo entre o conteúdo e a pessoa que aprende. A TV possui a dádiva de recriar realidades e tornar fantástico algo considerado enfadonho. É o processo permeado entre o conhecimento e o entretenimento que faz da TV um instrumento significativo de levar a educação, e não apenas a possibilidade de ensino<sup>44</sup>. Muito mais que ensinar, a televisão é capaz

---

<sup>44</sup> Oreste Preti (1996) num estudo sobre Educação a Distância traça a diferença entre ensino e educação, tendo como motivação a EaD na televisão: “Ensino representa instrução, socialização de informação, aprendizagem, enquanto educação é ‘estratégia básica de formação humana, aprender a aprender, saber pensar, criar, inovar, construir conhecimento, participar’”. (PRETI, 1996, p. 24)

de educar e promover cidadania.

O veículo cada vez mais é utilizado por programas de governos como meio de possibilitar o acesso à educação às camadas menos favorecidas, como serviços de utilidade pública e campanhas de mobilidade nacionais. Os resultados são satisfatórios e o público dá a resposta. Para a educação formal, a EaD pode ser uma grande aliada na formação profissional de muitos brasileiros, a começar pela qualificação de professores em exercício.

A primeira experiência de telecursos no Brasil foi realizada pela Rede Globo e TV Cultura<sup>45</sup>, que passaram a exibí-los em 1978, quando a Fundação Roberto Marinho e a Fundação Padre Anchieta lançaram o Telecurso 2º Grau. A Globo foi a primeira rede comercial de televisão a incluir um projeto educativo no País. Em 1981, a Fundação Roberto Marinho e a Fundação Bradesco colocaram no ar o Telecurso 1º Grau, destinado às quatro últimas séries do Ensino Fundamental, com o apoio do MEC e da Universidade de Brasília.

Posteriormente, em 1994, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e a Fundação Roberto Marinho lançaram o Telecurso 2000, destinado àqueles que não haviam concluído os ensinos Fundamental e Médio. No *site* do projeto consta que o Telecurso 2000 foi criado num momento em que o País tinha aproximadamente 150 milhões de habitantes, dos quais 66 milhões eram maiores de 15 anos com escolaridade inferior à 5ª série do Ensino Fundamental. Em paralelo ao cenário de baixa escolaridade, já naquela época, 80% dos domicílios possuíam aparelhos de televisão.

A Fundação Roberto Marinho afirma que o Telecurso já beneficiou mais de 5,5 milhões de pessoas nas 27.714 telessalas espalhadas por todo o Brasil. O acesso ao Telecurso é garantido por meio da recepção de TV aberta, e a programação está presente em 89% dos lares brasileiros, sendo que pelo menos 7 milhões de pessoas assistem a ele semanalmente. O Telecurso foi escolhido como currículo básico para avaliação pelo Ministério da Educação. Em alguns Estados, a exemplo de São Paulo e Ceará, constituiu-se em “política pública” e foi adotado nas

---

<sup>45</sup> Informações extraídas do *site* Novo Telecurso. Disponível em: <http://www.novotelecurso.org.br/telecurso/index.html#/main.jsp?lumPagelId=40288187141C7E3201141CBAC4D40CB3>>. Acesso em: 27 de julho de 2010.

respectivas redes estaduais de ensino.

Atualmente, o governo brasileiro investe no desenvolvimento de pesquisas em TV digital porque entende que a mídia pode oferecer múltiplas possibilidades de aprendizagem e ser um suporte de acesso à educação. Eduardo Chaves (1999), em “Tecnologia na Educação, Ensino a Distância, e Aprendizagem Mediada pela Tecnologia: Conceituação Básica” versa sobre o potencial das mídias digitais.

Com as novas tecnologias eletroeletrônicas, especialmente em sua versão digital, unidas às tecnologias de telecomunicação agora também digitais, abre-se para o ensino a distância uma nova era, e o ensino passa a poder ser feito a distância em escala antes inimaginável e pode contar ainda com benefícios antes considerados impossíveis nessa modalidade de ensino: interatividade e até mesmo sincronicidade. (CHAVES, 1999, p. 2)

As possibilidades que a TV digital pode oferecer através da interatividade permitem a realização de diálogos em contextos diversos. E esta conversação estabelece uma coautoria do ensino-aprendizado entre os sujeitos envolvidos, que por meio de uma comunicação dinâmica constroem o conhecimento, tanto de forma presencial como a distância. Esse pensamento é reforçado por Marco Silva (2001), no artigo “Sala de aula interativa”.

O essencial não é a tecnologia, mas um novo estilo de pedagogia sustentado por uma modalidade comunicacional que supõe interatividade, isto é, participação, cooperação, bidirecionalidade e multiplicidade de conexões entre informações e atores envolvidos. Mais do que nunca o professor está desafiado a modificar sua comunicação em sala de aula e na educação. Isso significa modificar sua autoria enquanto docente e inventar um novo modelo de educação. (SILVA, 2001, p. 15)

O sinal de TVD, com as possibilidades de convergência, chegará a diferentes mídias e promete ser um meio significativo de difusão da Educação, seja ela formal ou informal. Com isso, a construção do conhecimento através da troca de informações em redes colaborativas pode, de fato, alcançar resultados satisfatórios. Com toda a tecnologia disponível, muitos desafios estão por vir, principalmente para as novas estruturas exigidas para o funcionamento das TVs, novas necessidades começam a surgir, novos modelos se constroem.

## 2.5 Na corrida pela TV digital

A tecnologia e a inovação podem ter um papel potencializador no desenvolvimento de um país. O Brasil participa de um experimento nesse sentido. A partir do momento em que foi constatada a potencialidade da TV digital e aprovada a sua implantação, os setores relacionados passaram a projetar o uso da tecnologia. As transformações começaram a ocorrer nas pesquisas acadêmicas e entre os industriais – fabricantes de equipamentos e *softwares* – e foram planejadas políticas sociais e educacionais alternativas. De acordo com Cristina Lemos (1999), no artigo “Inovação na era do conhecimento”, a criação e execução de políticas governamentais adequadas para instaurar projetos como esse é de suma importância.

As políticas, nesta fase de rápidas mudanças, são extremamente importantes para adaptar e reorientar os sistemas produtivos e de inovação a este novo contexto. As formulações de políticas devem incorporar, não só uma maior flexibilização do que significa o processo inovativo, como também reformular o foco de sua ação, ao privilegiar conjuntos de indústrias e setores em articulação com outros agentes que contribuam para o fortalecimento da capacitação tecnológica e que podem acrescer a sua competitividade. (Lemos, 1999, p. 176)

Criaram-se também modelos de colaboração internacional entre os países parceiros da empreitada tecnológica. O Japão foi o país participante do processo com o sistema de modulação do ISDB-T, que gerou a plataforma nipo-brasileira. A tendência é a redistribuição de funções dentro das empresas de radiodifusão e o surgimento de novos postos de trabalho, contemplados pelas necessidades do mercado que emerge.

Segundo o assessor para assuntos de comunicação da Casa Civil, Barbosa Filho (2008, p. 39), em “O Sistema Brasileiro de Televisão Digital: do sonho à realidade”, essa revolução no mercado e modelos de negócios vai causar um grande impacto econômico: “Só no Brasil, estima-se que os negócios envolvendo a entrada da TV digital chegarão a R\$ 100 bilhões, em um espaço de 15 a 20 anos”.

A TVD requer investimentos em material humano. Os profissionais, à medida que recebem a formação específica para esse mercado, podem se tornar protagonistas de um processo de aprendizado inovador. “As plataformas digitais ofertam a oportunidade de revisão dos institutos legais envelhecidos, a

reestruturação e adequação do mercado de produção de conteúdos e, por fim, a mudança radical das condutas e relações sociais entre indivíduos.” (BARBOSA FILHO, 2008, p.34)

A tecnologia de TVD levou o governo brasileiro a pensar em políticas específicas para esse fim. Exemplo disso foi a criação do Fórum Brasileiro de TVD, em 8 de dezembro de 2006, formado por representantes das empresas privadas, indústrias, governo e das universidades.<sup>46</sup> O fórum existe até hoje, e através de grupos de trabalho compostos por especialistas em radiodifusão, cumpre as atribuições de: coordenar a colaboração técnica entre as indústrias de eletroeletrônica e de radiodifusão, definir as especificações técnicas, como normas e padrões para a TV digital no Brasil, e resolver assuntos referentes aos termos de propriedade intelectual.

A chegada da TV digital, além de promover formulações de políticas em regime extraordinário, levou o Governo Federal a realizar altos investimentos financeiros. Somente nas etapas de pesquisas, testes de padrões e desenvolvimento do SBTVD-T foram investidos cerca de 60 milhões de reais – verba destinada à criação de 23 consórcios, envolvendo pesquisadores de 102 universidades públicas e privadas, institutos de pesquisa e empresas. As ações resultaram no desenvolvimento do Sistema Brasileiro de TV Digital, tendo como fruto o *middleware* Ginga. O *software* é a camada que vai permitir colocar em prática um projeto audacioso do governo: fazer da TVD uma condutora potencial para levar a educação à população brasileira, através da ferramenta interatividade.

### 2.5.1 Interatividade e aprendizagem

Hoje já existem 42 cidades brasileiras<sup>47</sup> que possuem sinal de transmissão digital. A implantação obedece ao cronograma que prioriza cidades de grande e médio porte, que é demonstrado na figura 6. A meta é encerrar as

---

<sup>46</sup> O Fórum de TVD foi criado para apoiar o Comitê de Desenvolvimento da TVD, do Governo Federal - órgão composto por representantes de ministérios. A contribuição maior dada ao comitê foi assessorá-lo acerca de políticas e assuntos técnicos referentes à aprovação de inovações tecnológicas, especificações, desenvolvimento e implantação do SBTVD-T. (BARBOSA FILHO, 2008)

<sup>47</sup> Site Oficial da TV Digital Brasileira: DTV – Disponível em: <<http://www.dtv.org.br/materias.asp?menuid=3&id=11>>. Acesso em: 28 de julho de 2010.

transmissões analógicas no Brasil em junho de 2016. Até lá é importante estabelecer políticas e diretrizes de uso para uma exploração social desse modelo. Engrandecer o projeto nacional de inclusão social é um dos itens que compõem o projeto do modelo de negócios do Sistema Brasileiro de Televisão Digital – Terrestre (SBTVD-T) e, por isso, muitas políticas tecnológicas estão sendo aplicadas em prol desse objetivo. Mas é importante estar atento à viabilidade de criação de conteúdos dinâmicos e acessíveis, via interatividade. Uma vez que a tecnologia já está desenvolvida, resta buscar alternativas para o melhor uso dela, caso contrário, o objetivo da TVD será simplesmente a alta definição de imagem e som.



FIGURA 5: Cronograma de implantação da TV digital no Brasil.  
Fonte: Site DTV

A TV digital traz em seu escopo a interdisciplinaridade, e isso permite que esteja a serviço de todos os campos do conhecimento. A interatividade<sup>48</sup> acontece devido a uma estrutura de *softwares* que oferecem um canal bidirecional de comunicação, algo que favorece tecnicamente a Educação a Distância. É possível que a TDVI abra espaço às redes de comunicação e conseqüentemente a um campo de cruzamento de informações de materiais educacionais. Porém, faz-se necessário lembrar que a televisão digital e a internet, embora sejam convergentes, são veículos distintos. Apesar de ter características peculiares, a televisão digital

<sup>48</sup> Nessa dissertação entendemos o conceito de interatividade a partir das constatações de Castro e Barbosa Filho (2008, p. 232), ou seja, é “a relação que se estabelece entre o campo da produção e da recepção, onde as audiências passam a interagir, em diferentes níveis, com os produtores e/ou editores de audiovisuais de ficção ou realidade, podendo participar, interferir ou comentar os programas”.

possui algumas limitações em relação ao computador e internet, mas é um meio capaz de agregar funções que envolvem o mesmo conceito de códigos binários – o que expande as suas funções e alcance social. Isso significa o uso de mais tecnologias em prol do conhecimento.

Essas questões estão ligadas ao processo contemporâneo de aprendizado, derivado do cruzamento das novas fontes de tecnologias, resultando numa educação em forma de “espiral”, ou seja, um “redemoinho da aprendizagem em EaD” (PRADO, 2003, p. 210) que leva e traz um mar de informações de maneira didática e veloz. Segundo Cosette Castro (2007), a tecnologia dos *softwares* interativos permite a utilização de formas mais fáceis de acessibilidade e comunicação entre os sujeitos.

Os conteúdos são postos em discussão para a construção do cidadão crítico e de sua própria realidade – um cidadão que possa realizar uma aprendizagem ativa por meio de ações interativas e, assim, criar condições de atender a uma proposta de relacionamento plural, multicultural, multiétnico e, principalmente, solidário. Isso requer incluir a educação informal (das ruas e dos meios de comunicação) nas estratégias e metodologias de aprendizagem ao serem pensados os novos conteúdos e linguagens para a TV digital. (CASTRO, 2007, p. 125)

No que se refere à interatividade, é importante relacionar neste trabalho a proposta de inclusão da TVD do Brasil com aquela de aprendizagem para toda a vida, defendida por países da União Europeia. A ideia foi proposta em 1999, a partir da Declaração de Bolonha ou da criação Espaço Europeu de Educação Superior, ou Processo de Bolonha, para uma área europeia de Educação Superior. O fato foi elucidado no artigo “Docência”, de José García Peñalvo (2008).

A proposta reconhece como universidade do futuro aquela que migra para novos modelos e redes de conhecimento. Isto é, aos poucos, as paredes de concreto se transformam em fronteiras dissolvidas no espaço e no tempo. O conhecimento disponível faz com que a educação através das tecnologias esteja sempre, durante toda a vida, acompanhando o ser humano. Trata-se de um processo contínuo de atualização e aprendizagem.

Vale aplicar à TV digital interativa aqui abordada o sentido da experiência “dialógica” e da “educação problematizadora” de Paulo Freire, no livro “Pedagogia do Oprimido”. Entende-se que ela aconteceria por meio de “um esforço permanente

através do qual os homens vão percebendo, criticamente, como estão sendo no mundo com que e em que se acham” (FREIRE, 1987, p. 41). Nessas condições, ele entende que os saberes podem ser potencializados através de conteúdos gerados pelo interagente<sup>49</sup>, segundo a própria vivência.

Se, na etapa da alfabetização, a educação problematizadora e da comunicação busca e investiga a “palavra geradora”, na pós-alfabetização busca e investiga o “tema gerador”. Numa visão libertadora, não mais “bancária” da educação, o seu conteúdo programático já não involucra finalidades a serem impostas ao povo, mas, pelo contrário, porque parte e nasce dele em diálogo com os seus educadores, reflete seus anseios e esperanças. (FREIRE, 1987, p. 59)

A bidirecionalidade da TVD pode permitir trocas de saberes e diálogos entre os cidadãos e comunidades participantes do enlace, migrando quem sabe, no futuro, para uma multidirecionalidade, na medida em que as relações plurais, diferentes canais de comunicação e pontos de convergência se constituem. Muitas tecnologias digitais munem o cidadão e o grupo ao qual pertence de ferramentas que possibilitam uma maior politização, promovendo um processo de libertação do senso crítico e de transformação social, ao passo que os estimulam a serem atuantes diretos no processo de comunicação. A questão é abordada por Artur Matuck, no livro “O Potencial Dialógico da Televisão” (1995).

Na medida em que se auto-organizam, adquirem uma força política mais incisiva. As reivindicações sociais de grupos podem se tornar notícias, dependendo do ímpeto e muitas vezes da originalidade de apresentação da mensagem reivindicatória. (MATUCK, 1995, p. 108)

Para que se possa cumprir o objetivo do Decreto 4.901, de 26 de novembro de 2003<sup>50</sup>, para o SBTVD-T, que de um modo geral visa “proporcionar, de

<sup>49</sup> Utilizaremos neste trabalho o termo “interagente”, criado pelo pesquisador Alex Primo (2003) para se referir ao indivíduo ativo, que ao mesmo tempo recebe e executa a ação, participando da construção da interação e do conteúdo proposto, através de um meio, no caso, o computador. “Enfim, tanto ‘receptor’ e ‘usuário’ são termos infelizes no estudo da interação. A proposta que aqui se defende é abandonar-se esses termos que denotam ideias limitadas sobre o processo interativo. Isto posto, este trabalho preferirá adotar o termo interagente, que emana a ideia de interação, ou seja, a ação (ou relação) que acontece entre os participantes. Interagente, pois, é aquele que age com outro.” (PRIMO, 2003, p.133) Disponível em: [http://www6.ufrgs.br/limc/PDFs/quao\\_interativo\\_hipertexto.pdf](http://www6.ufrgs.br/limc/PDFs/quao_interativo_hipertexto.pdf)>. Acesso em: 20 de março de 2010.

<sup>50</sup> DECRETO 4.901, de 26 de novembro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/decreto/2003/D4901.htm>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2009.

maneira eficiente e eficaz, a interatividade e o conseqüente desenvolvimento de novas aplicações que ofereçam entretenimento à população e, ao mesmo tempo, promovam a educação, cultura e o pleno exercício da cidadania” (BARBOSA, 2008, p. 34), é importante não esquecer algo que pode parecer um detalhe, mas é essencial para que o sistema interativo possa funcionar de modo mais democrático: o exercício da inclusão social.

Segundo Teles e Sicsu (2004), no artigo “Arquitetura Estratégica para o Trabalho Colaborativo”, a exclusão social aumenta consideravelmente com o modelo de produção em que novas tecnologias estão em jogo, e é importante, por isso, estar atento a tal sistema, que tende a comandar o cenário global. Ele entende que em função de pertencermos à sociedade impactada pela contínua revolução tecnológica, isso pode implicar no fato de nos tornarmos subservientes do sistema.

[...] o capitalismo atual é alimentado pela força das contradições, de um lado, a enorme escala de investimentos necessários à liderança tecnológica de produtos e processos – e a necessidade de networks e mídias globais – continuará forçando um processo de concentração que habilitará como líderes das principais cadeias de produção apenas um conjunto restrito de algumas centenas de empresas gigantes mundiais. Essas corporações decidirão basicamente o que, como, quando, quanto e onde produzir os bens e os serviços (marcas e redes globais) utilizados pela sociedade contemporânea. (TELES; SICSU, 2004, p. 7)

Na “Sociedade do Conhecimento ou Aprendizado” é preciso acompanhar a cultura que está sendo gerada e reivindicar providências políticas para o desenvolvimento humano, o incentivo à busca do conhecimento, competitividade e inovação tecnológica. Uma saída seria a concepção de redes interativas de trocas de saberes, capazes de aliar mercado, pesquisa e tecnologias. Aplicar tais aspectos na TVD seria um importante passo. Isso pode ser possível via conversão tecnológica e a interoperabilidade dos sistemas.

### **2.5.2 A interoperabilidade na TVD**

A chegada da TVD pode indicar para o mercado e a sociedade um pouco mais do que um aperfeiçoamento tecnológico. Adaptações que devem ocorrer em todos os sentidos da cadeia, partindo dos transmissores até os receptores. Já estão acontecendo alterações na produção televisiva, sendo gerados novos

conhecimentos para os profissionais de TV, e recursos humanos diferentes se integram às equipes de produção, como os engenheiros de *softwares*, por exemplo. Almir Almas (2009), no artigo “Televisão digital: quando chega a interatividade?” explica a questão.

[...] televisão digital tem de ser compreendida em dois campos distintos: no campo do aparato técnico da emissão do sinal e no campo da tecnologia de produção de conteúdo (independente de sua emissão). Passo, então, a buscar na televisão existente hoje esses dois aspectos que se modificam com o advento da interatividade: a equipe técnica e o planejamento de um programa de televisão [...] Se para um programa com propósito tradicional o realizador audiovisual controla e atua plenamente e com todos os poderes em todas as etapas, para um programa interativo ele deverá dividir algumas responsabilidades e, principalmente, tarefas com outros profissionais de outros campos de conhecimentos. (ALMAS, 2009, p. 162)

Uma dessas mudanças importantes é a produção de conteúdos interativos e colaborativos com formatos específicos. Segundo o pesquisador Almas (2009), isso deve gerar novas demandas e aplicações, em todas as etapas (pré-produção, produção e pós-produção), já que a informação de vídeo e áudio é gerada em forma de dados, representados por *bits*. Ou seja, o produto final agora é diferente: “Entregam-se dados empacotados, organizados e integrados. Nesse aspecto, a pós-produção terá de falar de *middleware*, de aplicativos e de sistemas cibernéticos. Quer dizer, a pós-produção será o momento de integração de todo o sistema interativo”. (ALMAS, 2009, p. 166)

A *web* e a TV convergem para a construção de redes cooperativas e colaborativas, por isso existe a possibilidade da criação de modelos conteudísticos produzidos em consonância com a comunidade e espaços de autorias coletivas, interativas. A interoperabilidade é um fator chave para esse processo. Na definição do governo brasileiro, a “interoperabilidade não é somente integração de sistemas nem somente integração de redes. Tampouco se aplica unicamente troca de dados entre sistemas ou contempla simplesmente definição de tecnologia”. O Site do Governo Eletrônico<sup>51</sup> considera que a interoperabilidade não se restringe ao aspecto tecnológico, mas trás em si um aspecto social, ideológico e até cultural nas organizações envolvidas, no que concerne ao processo de conversão tecnológica e

---

<sup>51</sup> Site do Governo Eletrônico. Disponível em <http://www.governoeletronico.gov.br/acoes-e-projetos/e-ping-padros-deinteroperabilidade/o-que-e-interoperabilidade>) Acesso em: 5 de janeiro de 2009

suas consequências no meio social<sup>52</sup>. A fim de destacar os aspectos de cooperação e o uso de informações possibilitadas pelo processo de interoperabilidade, o Governo do Brasil elaborou um conceito mais complexo acerca da natureza da palavra interoperabilidade.

É, na verdade, a soma de todos esses fatores, considerando, também, a existência de um legado de sistemas, de plataformas de *hardware* e *software* instaladas. Tem por meta a consideração de todos os fatores para que os sistemas possam atuar cooperativamente, fixando as normas, as políticas e os padrões necessários para consecução desses objetivos. Para que se conquiste a interoperabilidade, as pessoas devem estar engajadas num esforço contínuo para assegurar que sistemas, processos e culturas de uma organização sejam gerenciados e direcionados para maximizar oportunidades de troca e reuso de informações, interna e externamente ao governo federal. (*Site do Governo Eletrônico*)<sup>53</sup>

Ou seja, ela acontece através de um conjunto de ações e possui diferentes demandas, dependendo do contexto em que está inserida. Um tipo de interoperabilidade que pode ser aqui representada é a Política/Humana, relacionada com a dimensão organizacional, os fluxos de trabalho, de poder e as culturas. (MILLER, 2000, p. 2). Ela está diretamente ligada à intenção do governo brasileiro em permitir o uso e intercâmbio de sistemas que permitam gerar inclusão social e digital a partir do uso da TVD terrestre pública e gratuita.

É nesse nível que as informações são suscitadas para serem disponibilizadas, compartilhadas e construídas pelos atores sociais, que com o aprimoramento tecnológico da TV podem participar do processo criativo de conteúdos como coautores. Através deste tipo de interoperabilidade, é possível ter informações ao alcance de todos, distribuídas por empresas de radiodifusão ou ofertadas pela própria audiência.

Partindo desse pressuposto, governos têm a oportunidade de lançar mão de políticas públicas que permitam o envolvimento do cidadão no processo de inovação tecnológica e de produção de conteúdos digitais. A interoperabilidade entre

---

<sup>52</sup> Estes comentários foram extraídos do artigo "Interoperabilidade e Interatividade da TV digital na Construção da Sociedade da Colaboração", publicado no site do Intercom 2009, sob a autoria de CASTRO, Cosette, FEITOSA, Deisy Fernanda e VALENTE, Vânia Cristina Pires Nogueira. Disponível em: <[http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/lista\\_area\\_DT5-CD.htm](http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/lista_area_DT5-CD.htm)>. Acesso em: 10 de julho de 2010.

<sup>53</sup> *Site do Governo Eletrônico*. Disponível em: <<http://www.governoeletronico.gov.br/acoes-e-projetos/e-ping-padros-deinteroperabilidade/o-que-e-interoperabilidade>>. Acesso em: 5 de janeiro de 2010.

diferentes meios de comunicação e de outras plataformas, permitida pelo *middleware* Ginga, garante o diálogo entre comunidades com interesses específicos, intercâmbios de culturas e de políticas públicas educacionais entre comunidades internas e de países estrangeiros.

Uma das maiores políticas educacionais especificadas pelo governo brasileiro para o Ginga é usar a Educação a Distância na TVD para fins de inclusão social. Faz-se necessário levar não somente a informação, mas permitir a construção do conhecimento por meio da formação continuada aos habitantes brasileiros das zonas periféricas e rurais, cujo acesso até eles é dificultado. Por isso, é necessário pensar numa TV digital do ponto de vista de quem vai receber a tecnologia, mais precisamente, os analfabetos digitais, para estabelecer um espaço social com a participação de diferentes camadas. A ideia é defendida por Fernando Crocomo (2007), no livro “TV Digital e produção interativa: a comunidade manda notícias”.

A relevância, então, fica caracterizada com essa possibilidade de garantir a inserção das comunidades nesse processo, que parte de uma capacitação básica para o uso da tecnologia para chegarmos a resultados ainda mais expressivos, que podem melhorar a vida das pessoas, levar informação para as famílias, para o trabalho e para que essas pessoas mostrem suas vidas comunitárias. (CROCOMO, 2007, p. 34)

Os documentos de implantação da TVD<sup>54</sup> têm mostrado a preocupação em torná-la o mais popularizada possível. Atendendo, assim, a uma fatia marginalizada, julgada por contribuir com os menores índices de qualidade de educação do Brasil. E a EaD pode desenvolver um importante papel neste sentido, posto que a cada dia conquista mais espaço e credibilidade no Brasil, sendo utilizada por governos e cidadãos.

Oportunidade em que apresentamos uma ferramenta inédita baseada no modelo de redes sociais, chamada A3TV. Um instrumento, que com a ajuda da internet pode servir de suporte entre professores, alunos e escolas, promovendo o intercâmbio de cidadãos habitantes de todos os cantos do Brasil, sendo necessário apenas um conversor e o sinal de internet para garantir o acesso a conteúdos digitais de áudio e vídeo pela televisão.

---

<sup>54</sup>

Disponíveis no ANEXO I do trabalho.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS – DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

#### 3.1 Estudo da Plataforma A3TV

A3TV (*anytime, anywhere and by anyone TV*) é uma plataforma desenvolvida para operar no sistema de transmissão em IPTV e para ser convergente ao sistema de TV digital interativa (TVDI). A proposta é obter um modelo de produção e distribuição de conteúdos multimídia, a partir da oferta e criação de canais pessoais por meio de uma rede social integrada. Em português, A3TV quer dizer produção e distribuição de conteúdo televisivo, feito por qualquer pessoa, em qualquer lugar e a qualquer hora. Ou seja, qualquer cidadão pode produzir conteúdo, distribuí-lo e divulgá-lo por meio de suas redes sociais quando pretender. Ele se conecta à plataforma e tem acesso ao canal que criou e administra para os seus interesses. É importante ressaltar que a pesquisa ainda está em fase de prototipagem e análise de testes e validações.

Toda a explanação que se segue é resultado de quatro anos de pesquisa e desenvolvimento que começaram com um projeto financiado pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP)<sup>55</sup>. Foi, então, a partir de pesquisas sobre redes de alta velocidade que surgiu a ideia de criação da A3TV<sup>56</sup>. As implementações tecnológicas da plataforma foram realizadas pelo Laboratório de Aplicações em Vídeo Digital (Lavid/UFPB)<sup>57</sup>, responsável pela interface, codificação e testes. A parte de avaliação conteudística em televisão e a realização de testes e validação foram realizadas com o auxílio das pesquisadoras Kellyanne Carvalho Alves, mestranda em TV Digital da Unesp, e Deisy Fernanda Feitosa, autora da referida dissertação. A plataforma está baseada no conceito do CommuTV, que traz a

---

<sup>55</sup> A Rede Nacional de Ensino e Pesquisa financiou pesquisas sobre redes de alta velocidade no Lavid/UFPB. A plataforma A3TV utiliza a infraestrutura de distribuição de conteúdo multimídia da RNP.

<sup>56</sup> Parte da explicação de desenvolvimento e implementação tecnológica é fruto de pesquisas e publicações realizadas por um grupo de trabalho. A plataforma pode ser melhor explicada tecnicamente no artigo “A3TV: uma proposta de redistribuição dos papéis da audiência na sociedade colaborativa”, publicado na Revista de Radiodifusão – Vol.3, n. 3 e apresentado no Congresso Set (Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão) 2009. Disponível em: <<http://www.set.com.br/revistadaset/artigos/2009/112.pdf>>. Acesso em: 13 de maio de 2010.

<sup>57</sup> Os responsáveis pelo desenvolvimento da plataforma são Felipe Soares de Oliveira e Jorge Andrade Manguiera, que adotaram a plataforma como objeto de estudo de mestrado. Eles receberam a orientação do professor Guido Lemos de Souza Filho e Álvaro Medeiros, respectivamente, ambos integrantes do Departamento de Informática da UFPB.

proposta de um modelo de TV individual como uma estrutura produtiva descentralizada e personalizada.

CommuTV é a fusão entre estabilidade e formatos associados com a televisão com as dinâmicas e multiplicidades de serviços encontrados na Web 2.0. A CommuTV está voltada para ser produzida colaborativamente por comunidades e consumida por um grupo de usuários que podem interagir com outros e prover um setor em tempo real de outros produtores – a CommuTV é produzida de comunidade para comunidade. (OLIVEIRA, BATISTA; SOUZA FILHO, 2008, p. 2)

Os canais gerados na A3TV podem ter os conteúdos construídos coletivamente e ser transmitidos para terceiros, de forma livre e pessoal. Na plataforma a audiência trabalha dentro de uma estrutura comunitária em que ela mesma é a produtora, distribuidora e receptora. É necessário ressaltar que o princípio fundamental da plataforma é a geração de conteúdos, através de programas e canais na *web TV* e/ou na TVDI.

Com o aprimoramento das tecnologias na internet, é valorizada a participação dos usuários na construção de um ambiente voltado para relações interpessoais, com base na disseminação de conteúdo coletivo e compartilhado. Esta dinâmica e modelagem no ambiente de acesso e recepção no espaço virtual recebem a denominação de *Web 2.0*. Um dos fatos que comprovam essa evolução é a consolidação das Redes Sociais, que se caracterizam por potencializar as formas de publicação, compartilhamento e organização de informações, além de ampliar as possibilidades de interação entre a audiência participante.

A audiência agora tem oportunidade de interagir, na medida em que decide como quer receber informações. Esta nova geração de ferramentas oferece a ela mais poder sobre como vai apresentar e buscar informações, ao mesmo tempo em que encoraja a publicação de informações próprias (LEVY, 1999). Com isso, a distribuição de vídeos é um serviço que cresce atualmente na internet, e está geralmente associada a uma rede de distribuição de conteúdo. Os arquivos multimídia representam aproximadamente um quarto de todo o tráfego consumido da internet, com um crescimento anual de 12% em 2006, 32% em 2008 e que alcançará 57% até o final de 2012<sup>58</sup>. Segundo as pesquisas divulgadas, somente no

---

<sup>58</sup> Pesquisa divulgada no *site* Cisco.com Disponível em: <[http://www.cisco.com/en/US/solutions/collateral/ns341/ns525/ns537/ns705/ns827/white\\_paper\\_c11-481360\\_ns827\\_Networking\\_Solutions\\_White\\_Paper.html](http://www.cisco.com/en/US/solutions/collateral/ns341/ns525/ns537/ns705/ns827/white_paper_c11-481360_ns827_Networking_Solutions_White_Paper.html)>. Acesso em: 10 de julho de 2009.

Brasil em 2009, mais de 28 milhões eram usuários de vídeos na internet, e estimam-se 52 milhões de usuários para 2014.

A partir do procedimento comunicacional entendemos que pode haver uma articulação entre os pares envolvidos no processo de ensino-aprendizagem e um espaço reservado à produção de conteúdos educacionais coletivo. Por isso é que, metodologicamente, o objeto de estudo deste trabalho foi analisado depois da oferta de duas oficinas para expor a proposta e apresentar a interface da plataforma e da aplicação de um questionário a um grupo de 10 professores que atuam num curso EaD da Unesp, que explicaremos mais adiante. Dentre um conjunto de pessoas convidadas, eles se disponibilizaram a contribuir com a pesquisa.

A ferramenta A3TV foi desenvolvida utilizando a Linguagem Java, na versão *Enterprise Edition (Java EE)*<sup>59</sup>, e utiliza o *MySQL*, Sistema Gerenciador de Banco de Dados<sup>60</sup>. Para o desenvolvimento da interface foi utilizado o conceito de *Rich Internet Application (RIA)*<sup>61</sup>, onde foi aplicada a Tecnologia *Adobe Flex*<sup>62</sup>. O OIPTV<sup>63</sup>, protocolo que suporta a A3TV, também pode ser representado por um sistema de televisão de perfil fechado, com distribuição sobre uma rede não pública, ao contrário do que acontece com a internet. Com o avanço da tecnologia de compressão de vídeo e o grande crescimento da capacidade e disponibilidade de alta banda de rede para audiência final, a transmissão de vídeo em pacotes IP tornou-se possível, fazendo do IPTV uma realidade. (WALKO et al., 2005)<sup>64</sup>

Em um sistema de IPTV, os objetos multimídia são codificados em algum ponto e encapsulados em pacotes IP para então serem distribuídos pela rede. Como os pacotes de vídeo circulam na rede juntamente com pacotes de voz e dados, um esquema de qualidade de serviço pode e deve ser aplicado para garantir uma boa qualidade do vídeo para a audiência, como vídeos sem travamentos, atrasos ou erros.

No A3TV o perfil de usuário está inserido num ambiente de rede social e

---

<sup>59</sup> Linguagem de programação orientada a objetos.

<sup>60</sup> Sistema de gerenciamento de banco de dados *open-source*.

<sup>61</sup> Conceito de aplicação para o desenvolvimento de interfaces ricas para internet.

<sup>62</sup> Padrão de desenvolvimento de Interface.

<sup>63</sup> Protocolo de Internet. Ele permite a recepção de TV, sinal de vídeo e serviços multimídia via conexão, preferencialmente em banda larga. Um conversor de TVD pode ser utilizado para o fim, ao permitir múltiplas conexões com outras TVs.

<sup>64</sup> Disponível em:

<<http://scitation.aip.org/getabs/servlet/GetabsServlet?prog=normal&id=CEONCR000003000006000016000001&idtype=cvips&gifs=yes&ref=no>>. Acesso em: 10 de junho de 2010

oferece uma interface de visualização dos vídeos submetidos, canais favoritos, recados (*scraps*), comunidades e amigos. O sistema fornece um princípio para troca de mensagens entre a audiência (associada a grupos), semelhante a um sistema de fórum de discussão para uma comunicação dentro da própria comunidade. As mensagens serão assíncronas (como no sistema de *e-mail*) e síncronas (*chat*). As opções de ferramentas estão discriminadas a seguir:

- **Guia de Programação:** faz a consulta de todos os programas em exibição e o que será exibido nas programações agendadas para os dias seguintes;
- **Barra de Informações:** aparece na tela sempre que se muda de canal. Mostra as principais informações sobre o programa exibido;
- **Guia de Canais:** possibilita acesso rápido à lista de todos os canais oferecidos na programação ou à sua lista de canais favoritos;
- **Busca de Programas:** permite a busca por programas variados sob demanda.
- **Canais Favoritos:** cria listas de canais favoritos;
- **One click:** com a ferramenta, o interagente não perde o início do seu programa favorito.

Apresentamos abaixo algumas telas do A3TV:

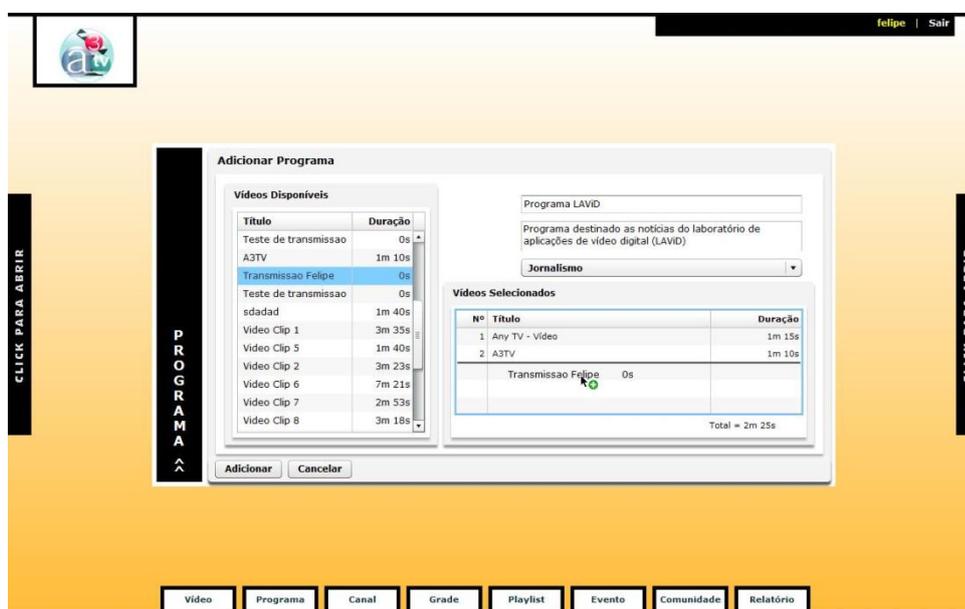


FIGURA 6: Tela de montagem de *playlist* da grade de programação <sup>65</sup>

<sup>65</sup> Tela extraída da plataforma, disponível no endereço: <http://66.71.253.17:8080/anytv/studio>. Acesso em: 10 de julho de 2010.

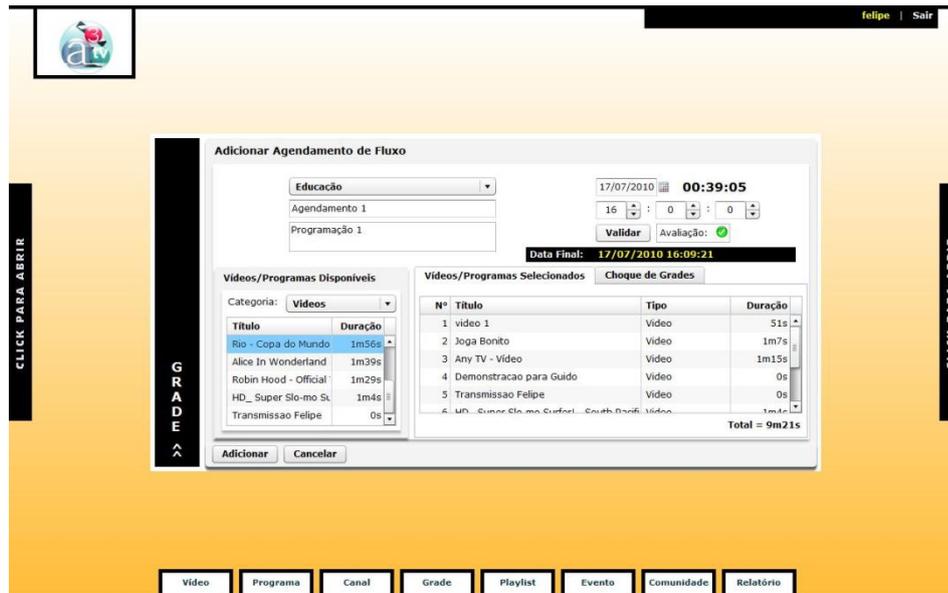


FIGURA 7: Tela de agendamento de programas na grade de programação<sup>66</sup>

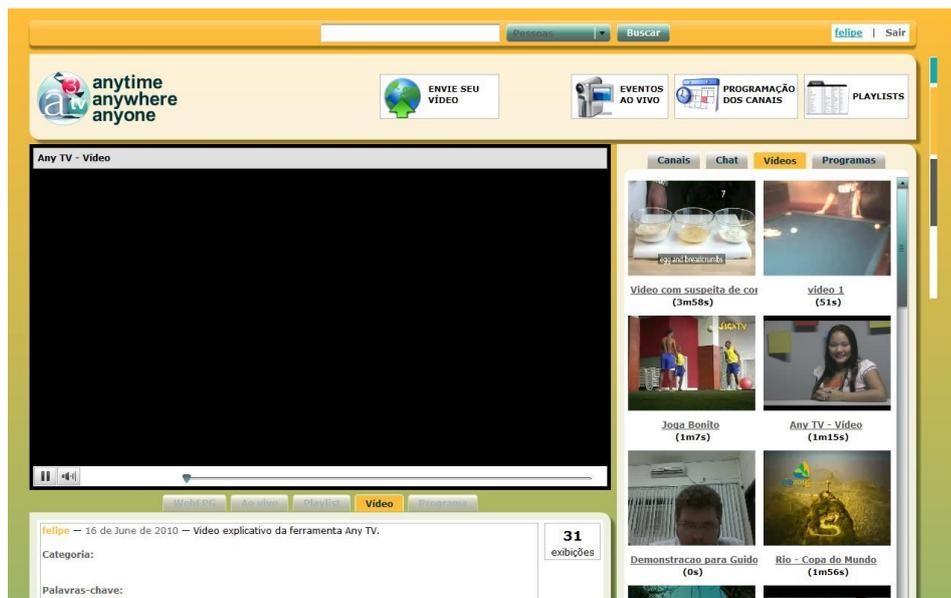


FIGURA 8: Tela de escolha e visualização de vídeos<sup>67</sup>

Então, de um modo geral, apresentamos a A3TV com suas ferramentas básicas, possibilidades e funcionalidades. Estudos sobre colaboração e mapeamentos do ambiente de TV foram realizados com vistas à formulação dessa arquitetura para servir como uma especificação normativa para o desenvolvimento

<sup>66</sup> Figuras 8 e 9: Telas extraídas da plataforma, disponível no endereço: <<http://66.71.253.17:8080/anytv/studio>>. Acesso em: 10 de julho de 2010.

<sup>67</sup> Tela extraída da plataforma, disponível em: <<http://66.71.253.17:8080/anytv/social>>. Acesso em: 10 de julho de 2010.

prático da solução tecnológica. O trabalho está em fase de protótipo.

De acordo com os pressupostos da Web 2.0, a definição da interface se apresenta contendo uma divisão mais homogênea entre os mecanismos funcionais, procurando dar maior ênfase a questões inerentes a colaboração e comunicação. Dessa forma, a audiência tem acesso imediato ao conteúdo e às funcionalidades da A3TV ao se autenticar no sistema<sup>68</sup>. O desenvolvimento de um serviço de criação e distribuição de conteúdo multimídia em redes IP, para alcançar os objetivos elencados neste capítulo, requer a integração de componentes multimídia desenvolvidos para atender soluções pontuais, tais como: redes de vídeo sob demanda e/ou vídeo ao vivo, catalogação de metadados<sup>69</sup>, produção e armazenamento de conteúdo digital, entre outros. Estes aspectos, além de motivarem a definição da Arquitetura de Referência, serviram como metodologia para o desenvolvimento da pesquisa tecnológica.

Os componentes apresentados nas camadas não são estáticos, permitindo que novos componentes sejam criados e o serviço possa ser estendido. Todos os programas e demais artefatos de mídia disponibilizados ficam disponíveis em bases de conteúdo. Para tanto, cada comunidade terá sua base própria, todo o conteúdo produzido e compartilhado dentro da comunidade será de uso particular da mesma.



**FIGURA 9:** Arquitetura de Referência da plataforma A3TV

<sup>68</sup> Social TV. Disponível em: <<http://www.social-tv.net/>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2009.

<sup>69</sup> Dados superiores que permitem ao sistema processar as informações, facilitando a busca e a chegada aos resultados esperados.

As comunidades poderão compartilhar seu conteúdo com outras comunidades. A audiência pode manter também um canal próprio dentro da sua área de perfil, com transmissões de vídeo ao vivo e sob demanda. O sistema capta o fluxo ao vivo diretamente da *webcam* do computador pessoal e transmite o fluxo através da plataforma. O serviço é adaptável para prover a integração com objetos multimídia dispostos em outras bases externas à plataforma (Redes Sociais), e fazer integração com conteúdos dispostos em portais como *Youtube* e *Google Vídeo*. O Guia de Programação (EPG) é um meio de suporte à proposta, segundo a arquitetura que lida com o gerenciamento de informações. No artigo “Uma arquitetura distribuída para o gerenciamento de informações sobre programação em televisão digital”, Moraes Neto, Oliveira e Souza (2005) explicam o conceito dos EPGs.

São aplicações que proveem a listagem de toda a programação e conteúdo de serviço interativo no televisor digital habilitado para isso. As atuais características dos processos de transmissão, persistência e montagem dos dados que compõem os guias de programação impõem uma certa inflexibilidade nas principais entidades envolvidas, fazendo com que as mesmas utilizem um único mecanismo já existente, restringindo-as à possibilidade de utilizar técnicas inovadoras que sejam capazes de agregar novos valores aos mecanismos já existentes. (MORAES NETO; OLIVEIRA; SOUZA, 2005, p. 1).

Essa nova proposta vai configurar numa programação constituída dentro de um espaço individual, de acordo com os interesses do indivíduo ou grupo participante. Uma sugestão seria a definição dos conteúdos, a partir de roteiros colaborativos que poderiam estar dispostos *on-line* para participação da audiência. A seguir descrevemos o processo de cadastro e acesso ao ambiente A3TV:

1. Após acessar o endereço da plataforma, o interessado deve solicitar o cadastro para participar do sistema;
2. Durante a realização do cadastro o interagente escolhe com que perfil deseja participar da comunidade: proprietário, audiência ou colaborador. Ele pode escolher somente um perfil para se cadastrar, mas várias funções para desempenhar. Cada perfil tem regras específicas para as ações do usuário;
3. Preenchido o cadastro, o sistema vai gerar uma senha individual de acesso e enviar para o *e-mail* indicado. É preciso abrir o correio para confirmar a participação no ambiente;

4. Com o mesmo *login* cadastrado é possível acessar as duas salas do A3TV: Social e Estúdio. O ambiente social permite o acompanhamento da programação do canal, a participação no *chat* e o preenchimento do perfil com foto e dados; o ambiente estúdio permite o gerenciamento da grade de programação, incluindo *uploads* (envio) de vídeos.

A seguir descrevemos as funções de cada perfil e as ações que pode desempenhar no ambiente:

- **Proprietário:** somente uma pessoa possui este perfil. Não existe restrição para o proprietário. Ele pode realizar qualquer atividade no canal. Desde administrar de um modo geral até: permitir o credenciamento de novos membros, selecionar conteúdos, decidir a ordem de exibição dos vídeos, determinar o público-alvo do canal, excluir qualquer membro quando considerar a sua contribuição ofensiva às propostas do grupo ou quando perceber que o colaborador esteja usando de má fé para o referido canal. O proprietário também tem total credenciamento para dar sugestões ao material que está sendo ou que já foi produzido e precisa de correções ou edições por parte do colaborador. É ele quem aprova o *layout* e logomarca personalizados e o nome do canal. Ele também decidirá os *widjets das Redes Sociais* que estarão *linkados* ao canal e a forma como serão dispostos. Este membro desempenhará as funções de um diretor executivo e editor geral, responsável por viabilizar alternativas para a execução de conteúdos e por definir o material que será gerado no canal e aprovar, ou seja, dar o aval ao formato final de conteúdos a ser exibidos por determinada emissora. O sistema, por sua vez, dá total liberdade para que os demais usuários possam escolher que papéis desempenhar.
- **Colaborador**<sup>70</sup>: ele tem o papel de gerar conteúdos para o canal e encaminhá-los à aprovação do proprietário, para exibição na grade. Geralmente ele produz o material por se identificar com a comunidade integrante do canal personalizado. Este membro pode possuir diferentes escalas de participação no canal, definidas ainda no ato do cadastramento no sistema.
- **Audiência:** não tem participação na manutenção do canal e publicação de vídeos na An3TV, contudo está habilitada a acessar o conteúdo transmitido na

---

<sup>70</sup> Esse perfil do A3TV, apesar de estar projetado, ainda não foi implementado na plataforma, e por isso não entrará nessa primeira fase de testes. Mas esse papel é fundamental para a flexibilidade, socialização e colaboração na plataforma.

TV, comentar, indicar a TV a amigos, participar de fóruns e enquetes e dar sugestões. É o termômetro do projeto.

A A3TV é uma ferramenta concebida com o intuito de ter um protótipo inicial para validação no ambiente de internet. A ideia é que, a partir das referências e conceitos já legitimados através desta pesquisa, possamos começar a desenvolver o protótipo, que funcionará em convergência com o ambiente de televisão digital. Por isso, nas próximas pesquisas, a plataforma será trabalhada em cima de funcionalidades previstas no Social TV, ou seja, fazer com que através do ambiente de televisão as pessoas mantenham interações. A plataforma possui ferramentas de vídeo *streaming*<sup>71</sup>, *livestreaming*<sup>72</sup> e *progressive download* (vídeo sob demanda), ou seja, agrega características de outros portais como o *Youtube* - que dá suporte a *download* progressivo; *Justin.TV* - ferramenta de *livestreaming* e *Joost* - serviço de *videostreaming*.

De forma que é possível ter em uma só ferramenta características de vários portais e serviços da internet, além disso, tem-se: (i) a possibilidade de disponibilizar um *workflow*<sup>73</sup> de produção de canais de televisão, característica não suportada pelas ferramentas citadas; (ii) uma rede social para consumo dos conteúdos produzidos; (iii) estratégias de comunicação síncronas (chat) e assíncronas (fórum), e interconexão com redes sociais.

O objetivo é aproveitar o potencial do Giga que ainda é pouco explorado, como por exemplo a comunicação através de dispositivos móveis e mídias que podem ser utilizadas em plataformas móveis, como o *Twitter* e o *Facebook*. Um modelo para formação de comunidades virtuais no ambiente de TV digital também será realizado com vistas a proporcionar a interação através de grupos. Com a convergência digital, são muitas as possibilidades de fusão entre os modelos da internet e da TV digital, visto que o próprio canal de retorno da televisão digital é possibilitado através da internet.

Na TV aberta, a solução seria instalar o *software* do A3TV nos

---

<sup>71</sup> “Videostreaming é o processo de transmissão e decodificação simultânea, através de pacotes de informação, que não são transferidas para o computador do usuário, mas visualizadas ou ouvidas a cada acesso, a partir de um servidor de onde sejam disponibilizadas nesse formato”. (TIM; SCHNAID E ZARO, 2006, p.13) Disponível em: <http://www.cinted.ufrgs.br/ciclo3/af/10-contexto.pdf> Acesso no dia 05 de julho de 2010

<sup>72</sup> Transmissão de imagens ou áudio utilizando a internet

<sup>73</sup> Conjunto de interações que ocorrem no processo para completar uma tarefa.

conversores para que todos pudessem acessá-lo e assistir aos vídeos gratuitamente. Já para quem vai administrar o canal, será impreterível que o acesso da plataforma na TV seja feito via internet banda larga. Sendo assim, um professor de São Paulo pode gerar uma transmissão ao vivo a uma turma que pode estar em diferentes lugares do País e que ainda poderá acompanhar a grade de programação escolhida.

A idéia é que os usuários criem canais de TV veiculados através da sua conexão com a internet<sup>74</sup>, com uma aplicação feita em Java, que possui um serviço sendo executado na Internet para gerar os canais. Por isso, pretende-se seguir essa linha da convergência digital para propor modelos híbridos que atuarão nos dois meios. Este fator é extremamente importante por que se torna possível aproveitar as possibilidades de cada meio, tanto da internet quanto da TV digital. Agora que a plataforma A3TV já foi apresentada, vamos ao próximo item, no qual explicaremos quais os procedimentos metodológicos empregados para a realização desta dissertação que levaram às conclusões acerca do tema e objeto estudados.

### 3.1.1 Procedimentos Metodológicos

A presente dissertação é estudo qualitativo para reafirmar o uso das tecnologias digitais no processo de ensino-aprendizagem. Além do apoio ao ensino em diferentes níveis, elas podem contribuir para o processo de formação continuada, tornando-se uma fonte de inclusão digital. A busca por esta comprovação e de todas as demais pesquisas “*in loco*” sobre ferramentas interativas existentes foram os principais argumentos para a construção desta pesquisa. A metodologia de trabalho proposta envolveu 16 fases para todo o processo de desenvolvimento da pesquisa. A seguir, fazemos uma explanação geral das etapas principais:

- Durante o **estudo da fundamentação teórica** fizemos um aprofundamento dos temas relacionados à educação e às tecnologias visando o embasamento, o norteamento e a qualificação do trabalho. Dessa forma, a etapa envolveu o cumprimento de atividades de pesquisa

---

<sup>74</sup> Para a execução desse e de muitos outros projetos que possam favorecer as zonas menos favorecidas através da EaD, é importante que o Governo brasileiro comece a implantar projetos de acessibilidade com serviços de banda larga urgentemente no País.

com ênfase em televisão, televisão digital interativa e educação no Brasil e EaD. Ela foi realizada em consonância com os temas debatidos pelas disciplinas deste programa de mestrado do qual participamos.

- Durante a **elaboração de instrumentos** foi construído um referencial teórico para fundamentar a existência da A3TV, o que apoiou a etapa **projeto do protótipo**. Uma vez que acompanhamos o desenvolvimento da ferramenta desde a concepção.
- A **análise de caso** consistiu em avaliar a proposta da plataforma A3TV, ainda em fase protótipo. Buscamos entender a interface, as funcionalidades midiáticas e como se daria o uso em favor da educação.
- Como a plataforma permite a construção de um canal com grades individuais, realizamos entrevistas com 6 profissionais representantes de emissoras de televisão brasileiras para entender o que sustenta o **formato das grades de programação** e como funcionam os setores de programação; bem como para colher a opinião desses radiodifusores sobre o contexto das novas tecnologias e da convergência tecnológica. Realizamos, ainda, pesquisas sobre o funcionamento de uma estrutura de TV e os formatos de conteúdos televisivos existentes. Elaboramos um texto divulgando os dados da pesquisa e alguns comentários dos entrevistados, disponível no apêndice deste trabalho.
- Na fase de **seleção de conteúdos**, fez-se um levantamento e triagem de vídeos utilizados e produzidos para o curso de “Tecnologia Assistiva” da Unesp. Em seguida, produzimos alguns vídeos explicando a plataforma e o novo canal. Para isso, recebemos o suporte do CPIDES (Centro de Promoção para a Inclusão Digital, Escolar e Social), através de Mateus Jerez e Erik Ferreira, auxiliares do processo de produção, e da jovem Jéssica Miwa, apresentadora dos vídeos. Eles foram utilizados para testes na plataforma, através do canal criado para o curso.
- Para realização do **estágio em tempo integral de 60 horas** fomos até João Pessoa-PB, no Lavid/UFPB, para conhecer o funcionamento tecnológico da A3TV e realizar testes de usabilidade da interface e

*upload*<sup>75</sup> de vídeos.

- A fase de **validação** do A3TV envolveu a participação da equipe interdisciplinar que desenvolveu a ferramenta, para gerar as avaliações do produto. No referido processo, o nosso papel foi organizar a oficina e elaborar o questionário para a análise da plataforma do ponto de vista de usabilidade, acessibilidade e linguagem utilizada.
- Em seguida, foi cumprida a etapa **testes dos protótipos**. Foram realizadas duas oficinas via Sala Virtual (um espaço para *webconferência*) para apresentar e explicar o protótipo ao público-alvo desta pesquisa. Os dois grupos, constituídos de 5 participantes cada um, puderam efetuar o cadastro na plataforma e entender como funciona a montagem de uma grade de programação do canal. Na ocasião os colaboradores avaliaram a plataforma A3TV, por meio da oficina e de um questionário.
- A etapa **análise dos resultados** foi realizada com foco nas implicações de uso do protótipo, na receptividade do grupo de testes e eficácia do produto para o fim educativo proposto nesta dissertação.

Avaliando os instrumentos apresentados, podemos observar que foram essenciais na estruturação deste trabalho de pesquisa, uma vez que percorremos um caminho adequado para atingir os resultados pretendidos. Na figura 10 pode ser visualizada a distribuição das atividades nos 24 meses previstos para realização do curso de mestrado e desta dissertação. As atividades de pesquisa foram organizadas conforme a ordem de execução para realização do projeto proposto.

---

<sup>75</sup> Envio de vídeos para o servidor onde está hospedada a plataforma, via internet. Ou seja, ocorre a transferência de dados do computador local.

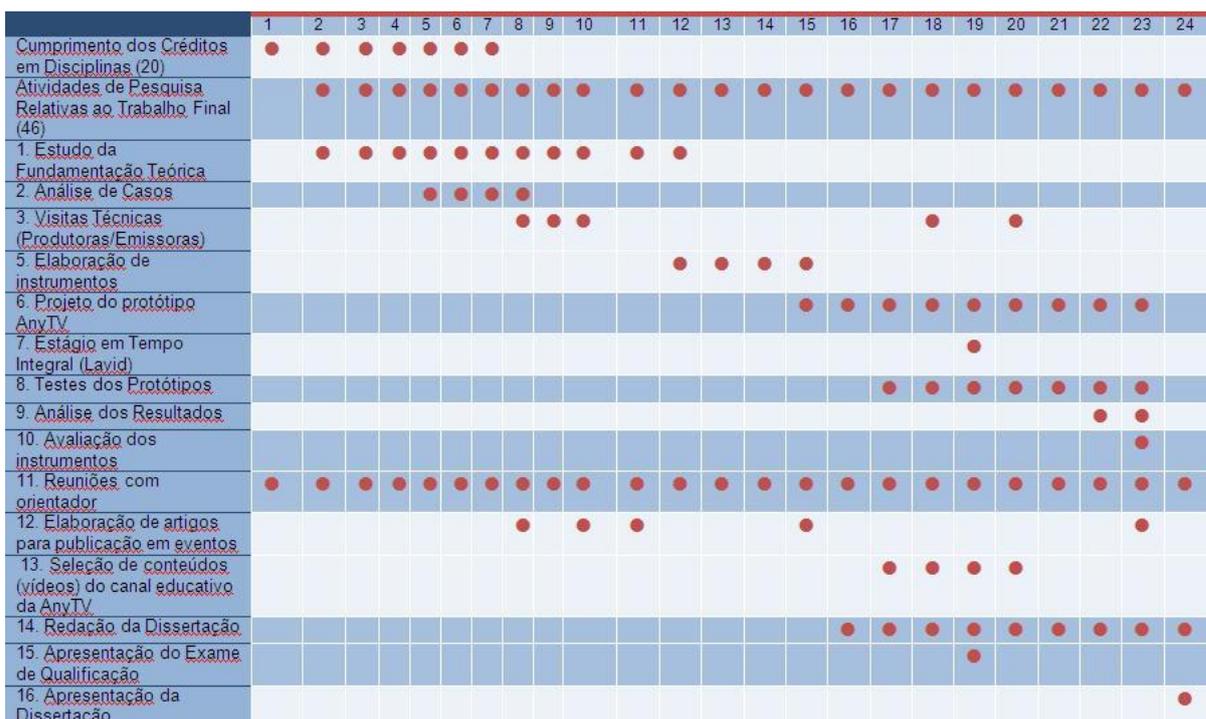


FIGURA 10: cronograma de atividades do mestrado

Os métodos mostraram-se eficazes, desde o levantamento teórico envolvendo tecnologias e educação até o público-alvo escolhido. Salvo por um fator que comprometeu a cronologia proposta pela pesquisa: o atraso do desenvolvimento e implementação da plataforma. O fato é justificado pelo teor de inovação que a A3TV apresenta, por isso ainda existem muitos detalhes a serem corrigidos, seja na interface, seja na estrutura de uso de *softwares*.<sup>76</sup> Em seguida, apresentamos o público que colaborou com a validação da pesquisa.

### 3.1.2 Definição do universo e população de interesse

A experiência de recepção do protótipo interativo A3TV foi realizada com um grupo de 10 tutores do curso “Tecnologia Assistiva, projeto e acessibilidade: promovendo a inclusão social” (TA)<sup>77</sup> que se ofereceram como voluntários para participar da pesquisa. Eles realizaram testes e análises fundamentais para

<sup>76</sup> Ainda há muito a ser aperfeiçoado na plataforma pelos membros da equipe tecnológica, por isso os trabalhos de desenvolvimento e pesquisas continuarão nos próximos anos, possivelmente em seus estudos de doutoramento.

<sup>77</sup> A escolha do referido curso como parte integrante do estudo de caso desta pesquisa se deve à minha experiência no projeto como tutora do curso durante a segunda edição, realizada no ano de 2009.

validação do protótipo. O curso de TA é um projeto de extensão da Unesp que proporciona aperfeiçoamento em Educação Especial a professores da Rede Pública de Ensino, através do ambiente de aprendizado Teleduc. Ele é oferecido durante 180 horas/aula, distribuídas em 18 semanas, e está dividido em quatro módulos: Introdução à Educação a Distância; Tecnologia Assistiva; Objetos de aprendizagem; e Projetos para a Inclusão. As ações, apoiadas tecnologicamente pelo Núcleo de Educação a Distância da Unesp, visam:

- 1- Contribuir com a formação continuada dos professores que atuam nas classes comuns de ensino regular da rede pública, para um melhor atendimento educacional de alunos com Deficiência, usando as TA em uma perspectiva inclusiva;
- 2- Atender à demanda de formação continuada de professores que atuam nas classes comuns de ensino regular;
- 3- Oferecer subsídios para que os professores usem nas escolas os recursos e periféricos da TA;
- 4- Vivenciar a teoria e a prática do uso das TIC para potencializar o processo ensino e aprendizagem de PD e possibilitar aos professores a reflexão sobre sua própria realidade, de forma a contribuir para um novo fazer pedagógico, valorizando a diferença. (*Site do curso de TA*)<sup>78</sup>

Neste ano de 2010 estão sendo oferecidas a terceira e quarta edições do projeto, que até hoje beneficiou aproximadamente mil professores em exercício. Ele recebe financiamento do Ministério da Educação (MEC), por intermédio da Secretaria de Educação Especial (SEESP), e é oferecido a todos os Estados brasileiros. O governo já investiu aproximadamente um milhão de reais para o desenvolvimento do curso, incluindo produção de materiais pedagógicos, bolsas para pesquisadores, formadores, tutores a distância e assistentes de secretaria e tecnológicos.

A coordenadora<sup>79</sup> do Centro de Promoção da Inclusão Digital, Educacional e Social (CPIDES), construído na Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (FCT/Unesp) de Presidente Prudente, é a responsável pela gestão do curso de TA. A iniciativa ocorreu a partir do seu trabalho de doutorado. No ano de 2001 ela criou o grupo de pesquisa “Ambientes Potencializadores para Inclusão (API)”, e desde então as ações têm sido cada vez mais ampliadas. O projeto visa beneficiar Pessoas com Necessidades Especiais

---

<sup>78</sup> Disponível em: <<http://www.ta.unesp.br/tecnologiasassistivas.php>>. Acesso em: 30 de março de 2010.

<sup>79</sup> A coordenadora é também orientadora desta dissertação.

(PNE)<sup>80</sup>, jovens menos favorecidos financeiramente e em situação de risco social e demais pessoas inseridas no contexto de exclusão social, digital ou educacional.

As pesquisas do grupo de estudo têm sido direcionadas ao uso da informática na educação, acessibilidade e estratégias pedagógicas e metodológicas do uso de ferramentas tecnológicas na escola, sempre com a proposta de gerar inclusão de pessoas com deficiência. O API tem atendido jovens que sofrem com deficiências físicas (paralisia cerebral, deficiência visual e deficiência auditiva) e intelectuais (síndrome de Down e diversos transtornos globais de desenvolvimento<sup>81</sup>).

Além de serem apresentados às leis que assistem as PNE, os professores aprendem no curso a utilizar *softwares* e objetos de aprendizagem adaptados, muitos deles desenvolvidos pelo próprio grupo de estudo e pesquisa. As ferramentas auxiliam no desenvolvimento da coordenação motora de pessoas com deficiências e facilitam a assimilação pelo aluno do conteúdo oferecido em sala de aula.<sup>82</sup>

Pelo potencial de um curso dessa natureza, e por pensar numa maior dimensão de acesso, que poderia ter um maior alcance ainda é que defendemos o apoio, também, da televisão num projeto dessa natureza. Isso porque ao participar como tutora do projeto, percebi as dificuldades de muitos professores que não têm computadores em casa para participar do curso de aperfeiçoamento. Em muitos casos, eles usavam os equipamentos da própria secretaria municipal ou da escola onde trabalham, ou até mesmo imprimiam todo o material do curso para levar para casa e conseguir acompanhar as agendas de atividades.

A televisão digital, nesse caso, poderia ser uma solução. Como já é parte integrante de uma residência, auxiliaria em situações de aprendizagem como essa. Isso não quer dizer que ignoramos o uso do computador, um instrumento fundamental e de significativa utilidade à nossa conjuntura social, mas significa

---

<sup>80</sup> O termo aqui adotado se refere às deficiências de forma geral.

<sup>81</sup> “Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil.” (MEC/SEESP) Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf> Acesso em: 30 de julho de 2010.

<sup>82</sup> As ações conquistaram o reconhecimento nacional e internacional, resultando em premiações dentro e fora do âmbito acadêmico pelos resultados obtidos com esse tipo de aprendizagem construtiva e inclusiva.

estarmos empenhados em buscar alternativas viáveis, pelo menos a curto e médio prazo, até que se tornem instrumentos massificados. Pensamos nisso sem perder de vista a observação deixada por Moore e Kearsley (2008), pois segundo eles existe um conjunto de fatores que determinam a escolha de uso de uma tecnologia:

A seleção de uma tecnologia de transmissão específica ou de uma combinação de tecnologias deve ser determinada pelo conteúdo a ser ensinado, quem deve ser ensinado e onde o ensino deverá ocorrer. A criação da mídia de instrução depende do conteúdo, da tecnologia de disponibilização, do tipo de interação desejada e do ambiente de aprendizado. Todos esses fatores são influenciados pelas políticas e pelos dirigentes. (MOORE; KEARSLEY, 2008, p. 20)

Nesse contexto, entendemos que a plataforma A3TV pode vir a ser um importante suporte tecnológico aos educadores e alunos do curso de TA, enquanto fonte distribuidora e armazenadora de conteúdos em vídeo do curso. Além da opção de transmissão ao vivo, que poderia ser um canal direto dos professores com os alunos através de encontros televisuais. Mas acreditamos também que a plataforma pode ser útil a muitas outras naturezas de ensino.

### 3.1.3 Coleta de dados

Uma das etapas da coleta de dados aconteceu nos dias 8 e 9 de abril, numa visita ao câmpus da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/Unesp), localizado na cidade de Presidente Prudente (SP), a fim de conhecer de perto a estrutura do CPIDES, laboratório que dá suporte nacional ao curso de Tecnologia Assistiva. Na oportunidade, foram colhidas informações sobre os projetos do laboratório e vídeos instrucionais utilizados no curso de TA. Ainda gravamos 5 vídeos de apoio para serem utilizados no canal do curso de TA na A3TV. Também fizemos contato com os tutores do curso, que participaram posteriormente da oficina.

A etapa seguinte da coleta de dados envolveu a aplicação de um questionário analítico, na segunda semana de agosto de 2010, aos tutores que participaram das oficinas<sup>83</sup>. Eles avaliaram as condições de uso da plataforma A3TV em 14 perguntas que examinaram: nível de desempenho da plataforma e utilidade

---

<sup>83</sup> O CPIDES forneceu o material humano e tecnológico necessário para o trabalho de testes e coleta de dados. O Lavid e o CPIDES são, portanto, parceiros em potencial para a realização dos testes da proposta tecnológica apresentada neste trabalho de dissertação.

no contexto de convergência tecnológica; grau de inovação da ferramenta frente às novas mídias sociais; *design* de interface, usabilidade; aproveitamento enquanto suporte educacional; interesse de uso em sala de aula e funcionalidades.

A plataforma ainda possui problemas tecnológicos pelo tempo limitado de que dispomos para o desenvolvimento, por isso aplicamos o questionário a um grupo de apenas 10 pessoas, que tiveram participação em duas oficinas realizadas no mês de julho, num período de 2 horas cada uma. Elas foram apresentadas à plataforma pelo desenvolvedor Felipe Soares e por mim, colaboradora do projeto. Posteriormente, receberam o endereço eletrônico, cadastraram-se no ambiente e manusearam a A3TV. A estratégia serviu como experimento de uso individual e como teste do grau intuitivo da plataforma.

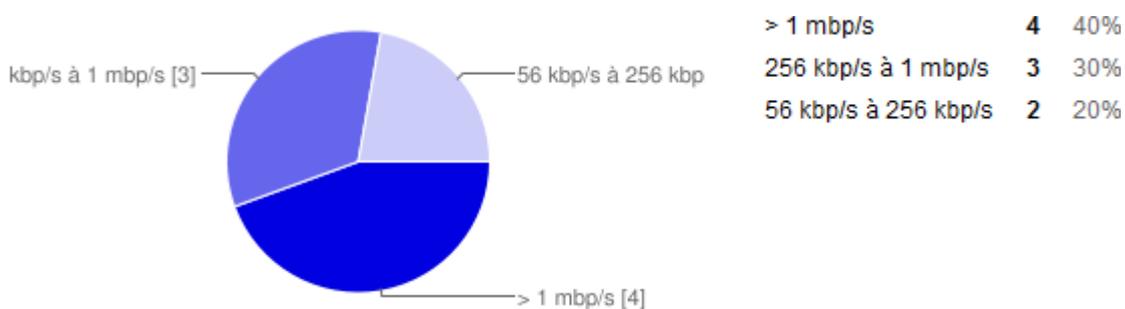
### **3.1.4 Resultados e interpretação**

A metodologia aplicada neste trabalho tem como objetivo usar o suporte tecnológico para atender demandas da educação de forma inclusiva, favorecendo o processo de ensino-aprendizagem. Dessa forma, queremos estimular práticas pedagógicas inovadoras e a construção do conhecimento, por meio de um processo colaborativo. Por isso é que trouxemos a proposta da A3TV para que seja testada enquanto ferramenta que reforce esse pensamento.

Os gráficos que apresentamos agora são os resultados da pesquisa-piloto realizada em busca da construção de uma metodologia educacional alternativa. Os dados qualitativos são ferramentas que decidimos usar para enriquecer a nossa pesquisa qualitativa, ao ampliarem as nossas possibilidades de análises e comparações diante do que levantamos neste estudo. Os gráficos a seguir foram colhidos através de um questionário de 13 perguntas, aplicados a uma amostra de 10 pessoas pertencentes à nossa população de pesquisa: os formadores do curso de TA. Apresentamos logo abaixo os resultados constatados:

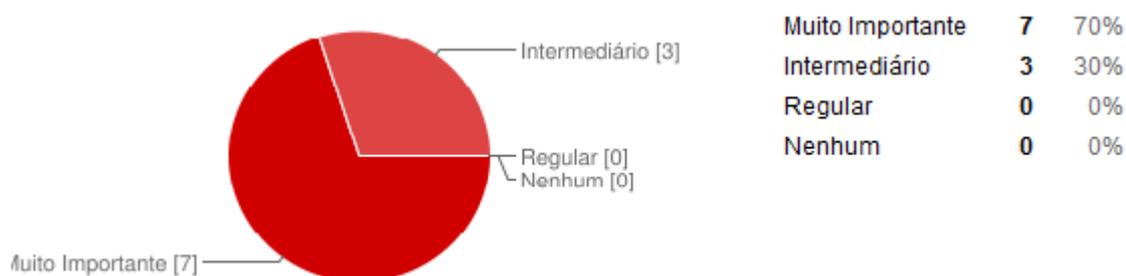
Gráfico 1 – Ele se refere à avaliação da velocidade de conexão utilizada pelo público-alvo. Podemos observar que 40% da nossa população tem a conexão 1mbp/s. Já 30% responderam que têm acesso a 256 kbp/s e 20% têm entre 56 e 256 kbp/s. O ideal para acessar a A3TV em uma conexão de qualidade é 1 mbp/s. Esperamos que com a evolução do acesso à internet a tendência seja que as

pessoas tenham um nível de conexão cada vez melhor.



**Figura 11: Conectividade**

Gráfico 2 – O gráfico abaixo refere-se à opinião dos entrevistados sobre a pergunta: “Qual o nível de importância da ferramenta A3TV, no contexto de convergência tecnológica entre a televisão e a internet?” As opções colocadas foram: muito importante, intermediário, regular e nenhum. Dentre os entrevistados, 70% consideraram o nível excelente, enquanto 30%, intermediário. Este resultado já responde satisfatoriamente aos objetivos propostos por este trabalho, uma vez que a A3TV está sendo desenvolvida para ser administrada na TV por meio desse canal de convergência tecnológica.

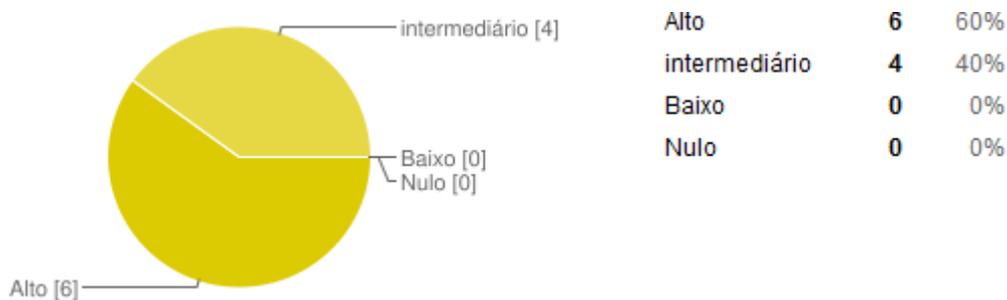


**Figura 12: Contexto das novas tecnologias**

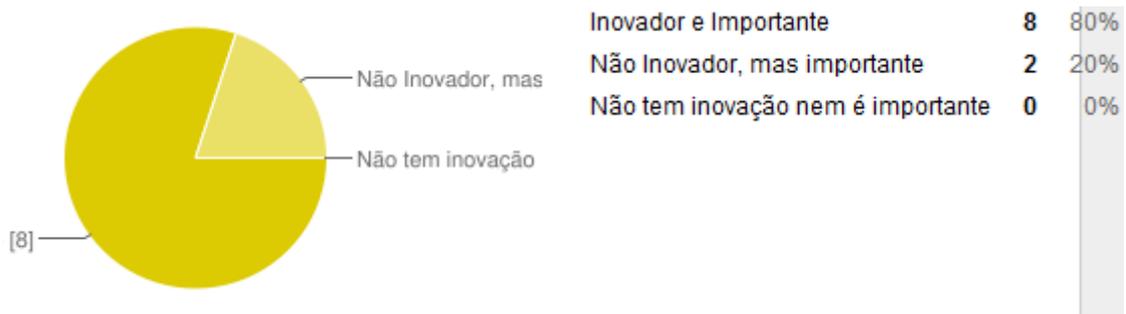
Gráfico 3, 4 e 5 – Os gráficos indicam a opinião dos colaboradores da pesquisa sobre a plataforma A3TV integrada às redes sociais. O gráfico 3 traz o resultado do questionamento “Qual o grau de inovação da ferramenta frente às novas mídias sociais/digitais existentes?”. E o resultado foi de 60% alto e 40% intermediário. Além delas, as opções de resposta são baixo e nulo. No gráfico 4 a questão é “O que você acha dos conteúdos produzidos serem divulgados em tempo real nas principais redes sociais?”. Oitenta por cento das pessoas consideram

inovador e importante e 20% entendem que não é inovador, mas é importante. Sobre a pergunta “O que você acha do *chat* integrado com redes sociais como o Twitter?”, que gerou o gráfico 05, 70% marcaram inovador e muito útil e 30% pouco inovador mas muito útil. As outras opções eram “Não inovador e pouco útil” e “Não entendi como funciona”.

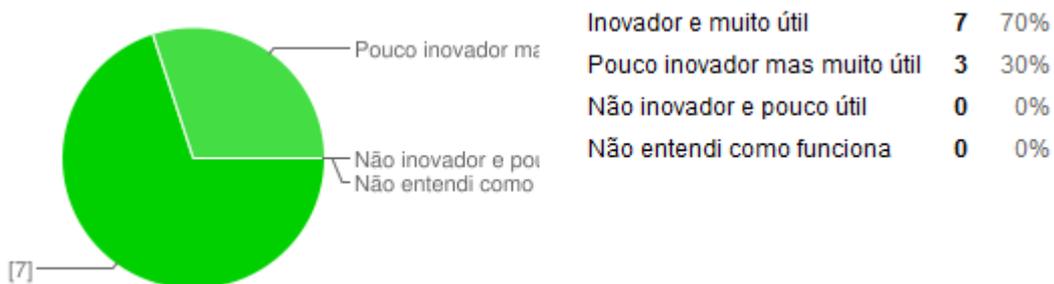
A percentagem de pessoas que consideram a inclusão da plataforma no cenário das redes sociais pouco inovadora talvez se deva ao fato de que a ferramenta agrega funções de diferentes mídias sociais, como Youtube, Orkut e Facebook, uma inovação que o público já encontra em muitas plataformas. Já os resultados positivos apresentados, entendemos que se devem ao fato de que além desse modelo permitir a convergência para as redes, o público encontrará nesse meio a possibilidade de poder divulgar os seus vídeos e a sua programação via *streaming* individual, 24 horas por dia, se desejar. É uma maneira de conquistar a audiência para amigos e comunidades afins.



**Figura 13: Grau de Inovação**



**Figura 14: Divulgação de conteúdos em redes sociais**



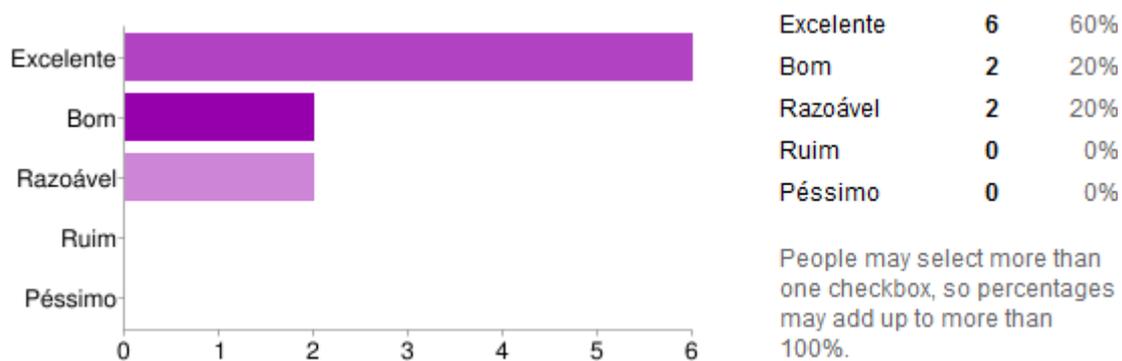
**Figura 15: Integração com Twitter**

Gráfico 6 – A pergunta que gerou o gráfico a seguir foi “A ferramenta tem funcionalidades capazes de incentivar o potencial dos usuários produtores de conteúdo?”. A questão resultou em 100% na resposta “Sim, muitas”. As outras possibilidades desconsideradas foram “Sim, poucas” e “Não possui”. Isso significa que cada vez mais estão sendo incorporadas as questões das autorias coletivas e produção multimidiática livre. Talvez em alguns casos não obtenham a mesma qualidade de trabalhos profissionais, mas é uma forma democrática de expressão e de trazer olhares plurais para o contexto social. Ou seja, divulga talentos e aumenta a possibilidade de reconhecimento público de quem dificilmente teria a possibilidade de se destacar. Além de que o interagente pode manter uma programação específica para o público-alvo interessado em acompanhar.



**Figura 16: Incentivo à produção de conteúdos**

Gráfico 7 – O gráfico seguinte avaliou a pergunta “O que você achou do *layout*<sup>84</sup> da ferramenta?”. Um conjunto de 60% dos entrevistados achou excelente, 20% analisaram como bom e 20% como razoável. O mais importante para os desenvolvedores neste contexto é fazer funcionar a plataforma tecnologicamente, talvez por isso ainda tenham muito a aprimorar, de fato, no *layout* e identidade visual. Ele deve ser levado em consideração porque organiza as ferramentas na plataforma e oferece clareza e conforto para o interagente durante a manipulação.

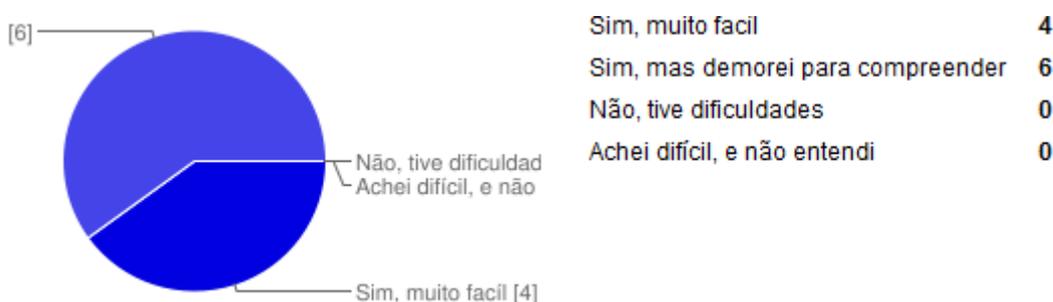


**Figura 17: Layout**

Gráfico 8 – O gráfico abaixo responde à questão de usabilidade da plataforma e é resultado da pergunta: “Você achou fácil criar um canal através da ferramenta A3TV?”. O resultado foi que 4 dos entrevistados acharam muito fácil, enquanto os

<sup>84</sup> Trata-se do conjunto da disposição dos elementos numa página em desenvolvimento.

outros 6 disseram ser fácil, mas que demoram a compreender. Ninguém teve dificuldades ou achou difícil e não entendeu. A intenção foi criar um espaço intuitivo, facilitado, mas exatamente por ser um protótipo na fase de ajuste e avaliação, existem procedimentos ainda confusos dentro do ambiente. Mas acreditamos que seja uma questão de intimidade com a estrutura da plataforma, pois as demais ferramentas sociais possuem suas particularidades e requerem um pouco de tempo para que haja uma adaptação e familiaridade do público diante de algumas ações.



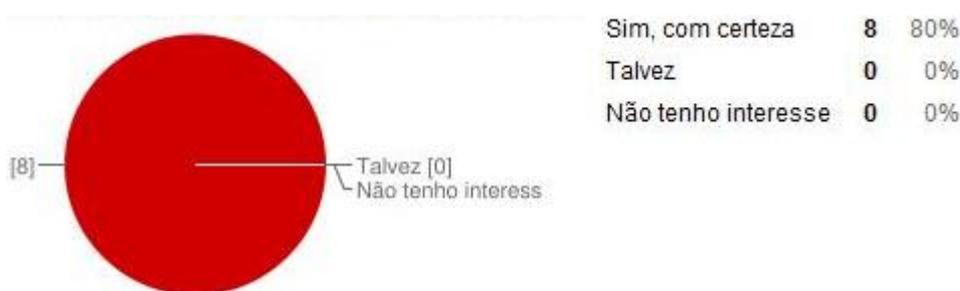
**Figura 18: Facilidade de criação de canal**

Gráfico 9 – Sobre a pergunta “Como você avalia a usabilidade do módulo de criação de grade de programação?”, das 10 pessoas entrevistadas, 70% avaliaram como excelente, enquanto 3 pessoas consideraram “boa”. Ninguém achou ruim ou péssimo. Ou seja, significa dizer que o ambiente A3TV não gerou total estranheza aos entrevistados e que consideram o módulo de criação de grade como de fácil manipulação. Ninguém respondeu razoável, ruim ou péssimo.



**Figura 19: Usabilidade do módulo de grade**

Gráfico 10 – Sobre a pergunta “Você se interessaria em manter um canal nessa ferramenta?”, 80% dos entrevistados demonstraram interesse na plataforma e 20% não responderam. Se levarmos em conta esta e as duas últimas perguntas referentes à usabilidade e à facilidade de criação de canal, perceberemos que a proposta começa a interessar aos visitantes e que não foi rejeitada pela maioria. Os percentuais reafirmam a utilidade e versatilidade da A3TV.

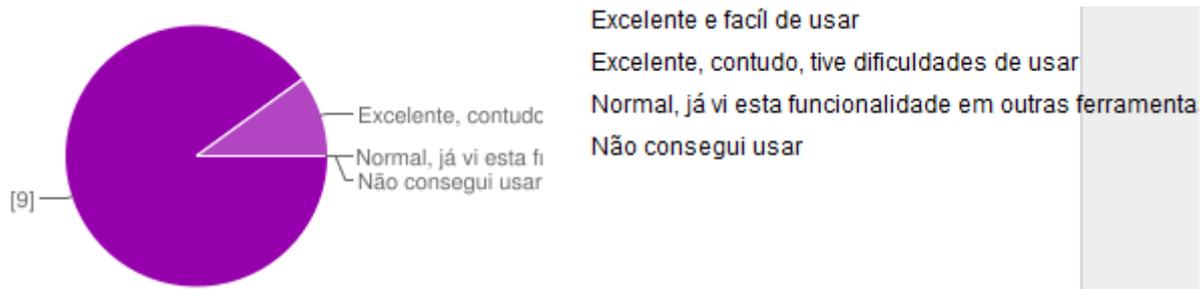


**Figura 20: Interesse em manter canal**

Gráfico 11 – A pergunta “O que você achou da possibilidade de transmissão de fluxo ao vivo?” obteve uma proporção de 90% de excelente e fácil de usar. Uma pessoa, apesar de ter achado excelente, contudo, teve dificuldade de usar. A dinâmica poderia ser aplicada na sala de aula da professora “X”, que resolveu montar um canal da matéria “X” para marcar encontros ao vivo quando precisasse dar alguma aula a distância, ou mesmo para transmitir conteúdos didáticos extraclasse aos seus alunos como lição de casa.

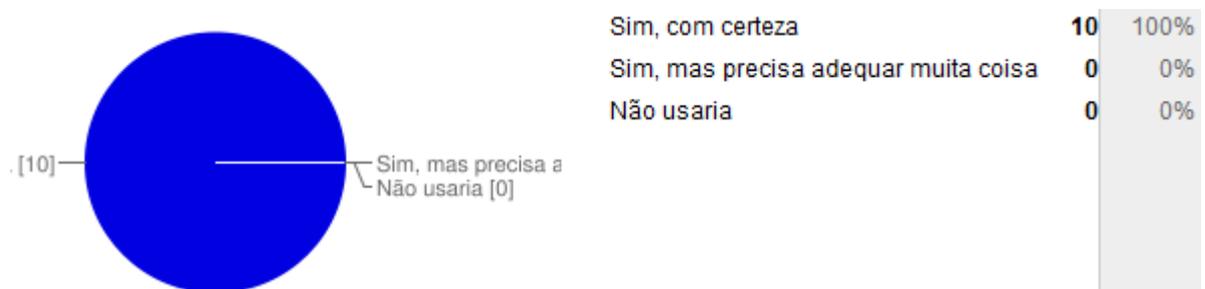
Ali os alunos podem até postar algum vídeo que produziram para uma atividade da escola, coletivamente ou individualmente. Nesse exemplo, a plataforma seria incorporada ao cotidiano escolar. Mas ela também pode servir para centenas de propostas educacionais. A A3TV pode ser programada para disponibilizar também conteúdos de dados. Ou seja, os professores poderiam disponibilizar em sua TVD materiais complementares de cursos, como livros ou apostilas, e usando um cabo *USB*<sup>85</sup> os alunos poderiam baixá-los no *pendrive* ou vê-los na própria TV. Mas a proposta está sendo pensada para a próxima etapa de desenvolvimento.

<sup>85</sup> O Universal Serial Bus (USB) permite a conexão de dispositivos eletrônicos, fazendo o compartilhamento de áudio vídeo e dados.

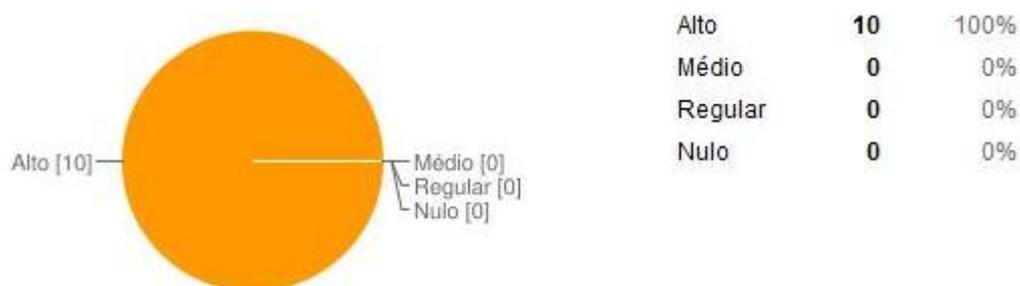


**Figura 21: Transmissão ao vivo**

Gráfico 12 e 13 – O uso da plataforma para fins educacionais foi avaliado nos gráficos abaixo. Perguntados se usariam o canal para fins educativos, todos os 10 participantes responderam que sim, com certeza. Ninguém falou que não usaria ou que seria necessário adequar muita coisa da plataforma. O mesmo aconteceu com o índice do questionamento “Como você classificaria o nível de utilidade dessa plataforma enquanto suporte à educação brasileira?": 100% dos entrevistados analisam como alto o nível de contribuição da plataforma à educação brasileira.



**Figura 22: A3TV para a educação**



**Figura 23: Utilidade como suporte educacional no Brasil**

Pudemos perceber que os índices levantados favorecem a proposta de inclusão educacional defendida por este trabalho e também que os professores já conseguem assimilar as tecnologias como ferramentas de apoio ao cotidiano escolar, o que entendemos como algo favorável ao processo de ensino-aprendizagem. Está claro que o segmento que participou da pesquisa está familiarizado com as ferramentas tecnológicas, por isso não demonstrou resistência ao uso da plataforma A3TV.

Registramos algumas críticas acerca do funcionamento da plataforma e da facilidade de acesso, o que poderia vir a ser um entrave para aqueles que não estão acostumados a usar as tecnologias, daí a importância de desenvolver um sistema funcional, que inclua usabilidade eficaz e navegação facilitada. Mas espera-se que os problemas sejam solucionados com os ajustes técnicos que futuramente serão feitos no *layout* e a escolha de um servidor adequado para abrigar a plataforma. Os testes de acesso à A3TV continuarão sendo feitos, e o próprio público pode vir a contribuir com o aprimoramento segundo as necessidades que existem e outras que vão surgir, e principalmente trazendo para o projeto críticas construtivas.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As redes sociais de comunicação reafirmam o contexto de um mundo interligado, sem muros. Elas são verdadeiras agentes de conexão entre pessoas e grupos com interesses afins. Assim, o acesso a múltiplas informações passa a ser ampliado. Os cidadãos com acesso à internet a partir de diferentes plataformas têm definitivamente vez e voz e estão cada vez mais mobilizados, quer seja em prol da cidadania, do compartilhamento de informações científicas e arquivos ou da troca de ideias.

É nesse contexto que esta pesquisa buscou valorizar a educação, auxiliada pelo uso de tecnologias, e apresentar possibilidades de um futuro que agrega um espaço televisual em rede. A utilização de tecnologias digitais aliadas às propostas interativas provoca transformações no contexto social. As tecnologias para acompanhar a mente humana passam a seguir o desordenamento de pensamento e a desconstrução de conteúdos, antes organizados em blocos impressos e determinados. Hoje temos o acesso não linear ao saber, graças ao mundo binário do digital. Por meio das *keywords*<sup>86</sup>, num buscador<sup>87</sup>, é possível chegar à informação desejada e descobrir milhares de outras fontes inimagináveis.

No entanto, o melhor de tudo é acompanhar o desenvolvimento de novos formatos de TV, que já emergem diante dos nossos olhos, possível graças à convergência digital. As tecnologias apontam para uma realidade em que o cidadão é protagonista dos meios digitais. Então é possível, sim, pensar um contexto em que professores possam fazer da TV uma extensão da sala de aula. Isso significa o uso de tecnologias como instrumentos de integração e facilitação do processo de ensino-aprendizagem.

Mas é importante que a escola também esteja aberta às mudanças e à implantação de novos recursos que possam servir de suporte a um ensino inovador. E os governos também têm o papel de levar em consideração as TIC em suas políticas pedagógicas. Utilizando-nos das palavras de Gadott (1998), dizemos que é

---

<sup>86</sup> O termo em português significa “palavras-chave”. Elas estão relacionadas ao tema do trabalho que norteia a pesquisa. São as ideias principais do texto.

<sup>87</sup> O termo é neologismo que vem do inglês *browser*. É um sistema que facilita a busca de informações desejadas na *web* com o uso de palavras-chave. Trata-se de software desenvolvido e programado para encontrar informações armazenadas num banco de dados digital num curto espaço de tempo. Entre os mais conhecidos estão o Google, o Yahoo e o Cadê.

importante estarmos abertos a novos experimentos na prática pedagógica, sem dificultar a vida daqueles que se esforçam para inovar no modelo educacional.

E essa afirmação está vinculada ao nosso objetivo geral, que esteve comprometido em melhor perceber as tecnologias e em especial a TVDI como ferramenta para a formação complementar e inclusiva. Através da literatura buscada e práticas analisadas percebemos a coerência dessa afirmação. Educar, sem perder o contexto no qual o aluno está inserido, cercado de tecnologias por todos os lados, ainda que às vezes pouco acessíveis. Muitos *softwares* e soluções ainda virão e, certamente, para se adequar à proposta aqui defendida, devem estar abertos a oferecer ações colaborativas que sejam meios que permitam potencializar o construcionismo educacional.

A plataforma A3TV é apenas o exemplo de uma tecnologia que confirma esse pensamento. Pelo que constatamos, ainda são muitas as deficiências e limitações, mas tão logo seja ajustada, pode tornar-se uma ferramenta alternativa para o ensino. Prova disso são os resultados obtidos em nossos estudos: 70% do público-alvo entrevistado entende que a A3TV tem um excelente nível de importância no contexto de convergência entre a televisão e a internet. Ou seja, o resultado alcança um dos objetivos propostos por esse trabalho, que é administrar a plataforma na TVD para fins educativos. Ainda no que se refere a essa possibilidade de uso, 100% dos entrevistados disseram que usariam o canal como apoio ao ensino e que ela dará um alto nível de contribuição se usada como suporte à educação brasileira. Dos 10 entrevistados, 8 demonstraram interesse em manter um canal na plataforma.

Em relação à usabilidade, 40% dos entrevistados disseram que foi muito fácil criar um canal na A3TV, enquanto os outros 60% disseram que apesar de ser fácil, demoraram a compreender o funcionamento. Esse é indicativo de que somente a tecnologia não é suficiente, é preciso preparar as pessoas para usá-la, por isso fizemos previamente duas oficinas virtuais, mas ainda assim não foram suficientes para que eles estabelecessem total intimidade com a plataforma, que requer prática de uso.

Outro dado constatado que achamos importante destacar é que 100% dos entrevistados perceberam a plataforma como um meio de incentivo à produção de conteúdos. Ou seja, ela é um espaço de autorias e coautorias, e a escola tem exatamente esse papel, de incentivar essas práticas tendo como princípio a ética e

formação dos alunos para lidarem com as tecnologias emergentes, considerando benefícios e malefícios que podem trazer. A ferramenta proposta reforça o sentido de colaboração entre aluno e professor, uma idéia que perpassa todo este trabalho de dissertação.

Em muitos casos, os trabalhos produzidos em vídeo não obterão a mesma técnica e qualidade encontrada em conteúdos feitos em nível profissional mas é uma forma democrática de expressão e de trazer olhares plurais para o contexto social. Ou seja, é uma possibilidade de divulgar e tornar público um conhecimento produzido em um microambiente. Além de que o interagente pode manter uma programação customizada para o público-alvo interessado em acompanhá-lo.

Ou seja, percebemos o quanto o uso de estratégias tecnológicas pode ser útil ao ato de educar e entender a televisão como alternativa mais imediatista de acesso e divulgação de ações educativas, ainda que existam teóricos que encontramos ao longo do caminho que não acreditam na eficácia da televisão para a educação formal. Porém, vemos isso como algo relativo, pois depende de como a experiência será constituída.

O conhecimento adquirido no “Programa de Pós-Graduação em TV Digital: Informação e Conhecimento” muito contribuiu para uma maior compreensão acerca do tema TVD, para entendê-la a partir do contexto brasileiro, olhando-a como fonte de inclusão para a sociedade em diferentes aspectos. Cada aula assistida e evento participado foi um subsídio para todas as produções científicas realizadas ao longo do curso e para o resultado final das pesquisas, representado por esta dissertação.

As discussões foram enriquecedoras e literalmente seguiram propostas de construção do conhecimento entre professores, alunos e convidados que ministraram os cursos ofertados. É coerente afirmar que a TVDI, segundo as necessidades do Brasil, ainda está em fase de desenvolvimento, e nada mais adequado do que começarmos a entendê-la melhor sob a perspectiva do ambiente acadêmico, não perdendo de vista o mercado profissional público ou privado, lugar onde ela se constitui.

## REFERÊNCIAS

- AIRES, J.; ERN, E. **Os Softwares educativos são interativos?** Disponível em <[http://www.lelic.ufrgs.br/pro-via/pdfs/software\\_educativos.pdf](http://www.lelic.ufrgs.br/pro-via/pdfs/software_educativos.pdf)> Acesso em: 05 maio 2007.
- ALMAS, A. Televisão digital: quando chega a interatividade? In: NUNES, P. (Org.). **Mídias Digitais & Interatividade**. João Pessoa, PB: Editora Universitária da UFPB, 2009. p. 157-172. v. 01.
- ALMEIDA, M. E. B. de. Tecnologias na educação, formação de educadores e recursividade entre teoria e prática: trajetória do Programa de pós-graduação em educação e currículo. **Revista E-Curriculum**, São Paulo, v.1, n.1, dez./ jul. 2005-2006. Disponível em: <[http://www.pucsp.br/ecurriculum/artigos\\_v\\_1\\_n\\_1\\_dez\\_2005/bethalmeidaartigo.pdf](http://www.pucsp.br/ecurriculum/artigos_v_1_n_1_dez_2005/bethalmeidaartigo.pdf)> Acesso em: 02 maio 2008.
- ÁLVAREZ, M. F. **Hacia una visión social integral de la ciencia y la tecnología**. 2001. Disponível em: <[www.oi.org.co/cts/vision.htm](http://www.oi.org.co/cts/vision.htm)>. Acesso em: 30 novembro 2008.
- SOUZA, J. C. A. de. **Gêneros e formatos na televisão brasileira**. 2004. Disponível em: <[http://encipecom.metodista.br/mediawiki/index.php/G%C3%AAneros\\_In%C3%BAmeros\\_%E2%80%9393\\_Os\\_formatos\\_na\\_programa%C3%A7%C3%A3o\\_da\\_tv\\_brasileira](http://encipecom.metodista.br/mediawiki/index.php/G%C3%AAneros_In%C3%BAmeros_%E2%80%9393_Os_formatos_na_programa%C3%A7%C3%A3o_da_tv_brasileira)> Acesso em: 05 julho 2008.
- BARBOSA FILHO, A. A televisão Digital no Brasil: do Sonho à Realidade. *Revista Comunicação & Sociedade*, São Paulo, v. 29, n. 48, 2º semestre, 2007.
- BARBOSA FILHO, A.; CASTRO, C. **Comunicação Digital: educação, tecnologia e novos comportamentos**. São Paulo: Paulinas, 2008.
- BRENNAND, E.; SOUZA FILHO, G. L. **Televisão digital interativa: reflexões, sistemas e padrões**. Vinhedo: Ed. Horizonte, 2007.
- CANNITO, N. **A Televisão na Era Digital**. São Paulo: Summus Editorial, 2010, p.264
- CASTRO, C. EaD e TV Digital: a co-autoria na aprendizagem. IN: INSTITUTO EUVALDO LODI. **TV digital: qualidade e interatividade / IEL.NC**. Brasília: IEL/NC, 2007. Disponível em: <[http://www.google.com.br/#hl=pt-BR&source=hp&q=O+Sistema+Brasileiro+de+Televis%C3%A3o+Digital%3A+do+sonho+%C3%A0+realidade&aq=f&aqi=&aql=&oq=&gs\\_rfai=&fp=a7ac3120238ca403](http://www.google.com.br/#hl=pt-BR&source=hp&q=O+Sistema+Brasileiro+de+Televis%C3%A3o+Digital%3A+do+sonho+%C3%A0+realidade&aq=f&aqi=&aql=&oq=&gs_rfai=&fp=a7ac3120238ca403)>. Acesso: 19 setembro 2009.
- CARNEGIE, Comissão de Televisão Educativa. **Televisão educativa: um programa de ação**. Tradução de Pinheiro de Lemos. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1967, p. 231
- CHAVES, E. O. C. Tecnologia na Educação, Ensino a Distância, e Aprendizagem Mediada pela Tecnologia: Conceituação Básica. Disponível em: <<http://www.chaves.com.br/TEXTSELF/EDTECH/EAD.htm>>. Acesso em: 20 junho 2010.
- CLARK, W.; PRIOLLI, G. O campeão de audiência, São Paulo, Editora Best Seller, 1991
- CROCOMO, Fernando Antônio. **TV Digital e Produção Interativa: a Comunidade Manda Notícias**.

Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007: 32.

DOMINGUES, D. (Org.). **A arte no século XXI: a humanização das tecnologias**. São Paulo: Unesp, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em <[http://paulofreirefinland.org/wp-content/uploads/2007/02/pedagogia\\_do\\_oprimido.pdf](http://paulofreirefinland.org/wp-content/uploads/2007/02/pedagogia_do_oprimido.pdf)>. Acesso em: 28 mar. 2009.

HANCOCK, Alan. **A educação e as novas tecnologias da informação e da comunicação**. In: DELORS, Jacques: A educação para o século XXI: questões e perspectivas. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 222- p.235

JOLY, A. V. **Programação educativa destinada à televisão interativa**. 2003. Disponível em: <[www.bocc.ubi.pt/pag/joly-vitoria-programacao-educativa-televisao-interactiva.pdf](http://www.bocc.ubi.pt/pag/joly-vitoria-programacao-educativa-televisao-interactiva.pdf)>. Acesso: 20 maio 2007.

GADOTTI, M. **Projeto Político-Pedagógico da Escola Cidadã**. IN: Coletânea Salto para o Futuro: construindo a escola cidadã, projeto político-pedagógico: Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, SEED, 1998. 96 p. (Série de Estudos. Educação a Distância, v.5). Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002687.pdf> Acesso em: 5 de julho de 2010

INFANTE, M. I. Investigación regional sobre analfabetismo funcional. Santiago: UNESCO/OREALC, 1994.

KNIHS, E.; ARAÚJO JÚNIOR, C. F. de. **Cooperação e colaboração em ambientes virtuais e aprendizagem matemática**. São Paulo: Universidade Cruzeiro do Sul. Disponível em: <[http://www.alb.com.br/anais16/sem15dpf/sm15ss10\\_02.pdf](http://www.alb.com.br/anais16/sem15dpf/sm15ss10_02.pdf)> Acesso em: 02 maio 2008.

LEMOS, C. Inovação na era do conhecimento. In: LARTRES, H. M. M.; ALBAGLI, S. **Informação e Globalização na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LÉVY, P. **Cibercultura**. Tradução Carlos Irineu da Costa. São Paulo: 34, 1999.

MATUCK, A. **O potencial Dialógico da Televisão: Comunicação e Arte na Perspectiva do Receptor**. São Paulo: Annablume, 1995.

MILLER, Paul Interoperability. **What Is It And Why should I Want It?** Ariadne, (24), 2000. Available from: <http://www.ariadne.ac.uk/issue24/interoperability/>. Acesso em: 15 de dezembro de 2009.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. **A educação a distância: uma visão integrada**. Tradução Roberto Galman. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

MORAES NETO, M. A.; OLIVEIRA, C. T.; SILVA, J. D. S.; NOGUEIRA, T. P.; OLIVEIRA, D. B. P. **Uma arquitetura distribuída para o gerenciamento de informações sobre programação em televisão digital**. Disponível em: < <http://sites.great.ufc.br/~carina/artigos/WebMedia2005EPG.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2009.

OLIVEIRA, F. S.; BATISTA, C. E.; SOUZA FILHO, G. L. de. **A<sup>3</sup>TV –anytime, anywhere and by anyone TV**. 2008. Disponível em: <<http://portal.acm.org/citation.cfm?doid=1457199.1457223>>. Acesso em: 02 ago. 2008.

PEÑALVO, F. J. G. **Docência**. Salamanca: Universidade de Salamanca, 2008.

PIAGET, Jean [1949]. **Ensaio de lógica operatória**. Porto Alegre: Globo; São Paulo: EDUSP, 1976.

PIAGET, J. **Psicologia e pedagogia**. Rio de Janeiro: Forense, 1976.

PRADO, M.E.B.B. **Educação a Distância e Formação do professor**: redimensionando concepções de aprendizagem. Tese doutorado PUC/SP. Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo, PUC-USP, 2003.

PRETI, O. **Educação à distância**: uma prática educativa mediadora e mediatizada. 1996, p.24. Disponível em: <<http://www.nead.ufmt.br/pesquisa/pdf/5.pdf>> Acesso em: 05 mar. 2008.

PRIMO, A. Quão interativo é o hipertexto? : interface potencial à escrita coletiva. São Leopoldo, **Fronteiras**: Estudos Midiáticos, v. 5, n. 2, p. 125-142, 2003. Disponível em: <[http://www6.ufrgs.br/limc/PDFs/quao\\_interativo\\_hipertexto.pdf](http://www6.ufrgs.br/limc/PDFs/quao_interativo_hipertexto.pdf)>. Acesso em: 20 de março de 2010.

SALTO para o Futuro: construindo a escola cidadã, projeto político-pedagógico: Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, SEED, 1998. 96 p. (Série de Estudos. Educação a Distância, v.5).

SCHLUNZEN, E. T. M. et al. **Fundamentos pedagógicos para a formação em serviço nos cursos de graduação do Programa Pró-Licenciatura**. In “Desafios da Educação a Distância na Formação de Professores”, Brasília, Secretaria de Educação a Distância, pp. 93-117, 2006.

SILVA, A. M. P. da. **Ciberantropologia**: o estudo das comunidades virtuais. Universidade Aberta. In: BIBLIOTECA ONLINE DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/silva-adelina-ciberantropologia.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2008.

SILVA, M. Sala de aula interativa. In: CONGRESSO BRASILEIRO DA COMUNICAÇÃO DO INTERCOM, 24., 2001, Campo Grande. Anais... Campo Grande: INTERCOM, 2001. Disponível em: <<http://www.unesp.br/proex/opiniaio/np8silva3.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2007.

TELES, F. de A. S.; SICSU, A. B. Arquitetura estratégica para o trabalho colaborativo. In: WORKSHOP INTERNACIONAL SOBRE INTELIGÊNCIA EMPRESARIAL E GESTÃO DO CONHECIMENTO NA EMPRESA. Anais do INTEMPRES 2004 - V Workshop Internacional Sobre Inteligência Empresarial e Gestão do Conhecimento na Empresa; 2004; INTEMPRES 2004 - V Workshop Internacional Sobre Inteligência Empresarial e Gestão do Conhecimento na Empresa; Recife; Meio digital; Disponível em: <[http://www1.capes.gov.br/estudos/dados/2004/25001019/013/2004\\_013\\_25001019065P5\\_Prod\\_Bib.Pdf](http://www1.capes.gov.br/estudos/dados/2004/25001019/013/2004_013_25001019065P5_Prod_Bib.Pdf)> Acesso em: 15 de maio de 2010

WALKO, J, “**I Love My IPTV**”. IEE Communications Engineer, pp. 16- 19, Dec. 2005.

BRASIL. **Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006**. Dispõe sobre a implantação do SBTVD-T, estabelece diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República: Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-)

2006/2006/Decreto/D5820.htm>. Acesso em: 15 dez. 2008.

BRASIL. **Decreto nº 4.901, de 26 de novembro de 2003**. Institui o Sistema Brasileiro de Televisão Digital - SBTVD, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República: Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2003. Disponível em:

<<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/decreto/2003/D4901.htm>>. Acesso em: 15 dez. 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **[As Sinopses Estatísticas da Educação Básica]**. Disponível em:

<<http://www.educacenco.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Sinopse/sinopse.asp>>. Acesso em: 5 de julho de 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Lista de Tabelas 2008**: síntese de indicadores. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2008/tabsintese.shtm>>. Acesso em: 5 de julho de 2010.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 10 de março de 2010.

## APÊNDICE

## **A Grade de Programação e os desafios que estão por vir<sup>88</sup>**

Este texto foi desenvolvido para fazer um estudo analítico sobre o tema grade de programação das TVs brasileiras. A grade é um modelo concebido internacionalmente desde o princípio da TV analógica, que deu certo e se convencionou até os dias de hoje. Entretanto, por conta da digitalização da TV e da disponibilidade de recursos interativos, queremos entender o posicionamento dos profissionais que lidam com a área diante da realidade.

Assim sendo, a intenção do presente texto é conhecer melhor a concepção de uma grade tradicional de TV, no que tange aos critérios de definição, distribuição de conteúdos e controle do tempo. Além da busca teórica à literatura, destacaremos alguns trechos de 6 questionários qualitativos aplicados a profissionais de emissoras de televisão brasileiras. Dentre os questionamentos estão: O que é priorizado na distribuição de conteúdos na grade? Como administrar a programação levando em conta as inserções institucionais ou comerciais? Como se dá a distribuição dos conteúdos e o controle do tempo? Essas perguntas foram feitas a profissionais responsáveis pelo setor de programação da TV Globo Internacional, do SBT, da TV Aparecida, da Univesp TV, da TV Cultura e do Canal Futura, e algumas respostas são mostradas no decorrer deste texto. A referida pesquisa serviu para gerar requisitos teóricos para os desenvolvedores da plataforma A3TV, uma vez que somos colaboradores do projeto.

As emissoras de TV geram transmissões constituídas por um modelo linear de distribuição de conteúdos no tempo, que se dá de modo rotativo, diariamente. O público acompanha as grades tais como as definem as emissoras com os editores, patrocinadores e conforme as exigências da lei de classificação indicativa dos programas de TV<sup>89</sup>, que restringe a exibição de alguns programas em respeito ao público infantil e menores de idade. Mas cada emissora tem as suas políticas individuais de construção, organização e flexibilização das grades, como o Canal Futura, por exemplo, que de acordo com a necessidade pode reformulá-la a cada ano. A definição da grade da emissora resulta de uma série de procedimentos internos e externos, junto ao público.

A Grade de Programação 2010 do Canal Futura (chamamos assim, pois

---

<sup>88</sup> Esse texto foi construído para servir de base teórica para o desenvolvimento da plataforma A3TV (anytime, anywhere and by anyone TV).

<sup>89</sup> Lei disponível no Anexo I deste trabalho.

defendemos que a grade é um produto dinâmico, pode e deve mudar com alguma regularidade, portanto, é esperado que exista uma Grade de Programação 2011, por exemplo, e assim por diante) resultou de um bom trabalho em conjunto, que seguiu uma metodologia própria de análise, que desenvolvemos durante esse processo. A lógica dessa metodologia foi equilibrar dados estatísticos com demandas dos diversos segmentos da sociedade com os quais o Futura dialoga, sempre em busca de produzir em permanente interação e diálogo com a audiência cidadã do canal (é assim que chamamos, não chamamos de “público”, porque não pretendemos uma audiência passiva, nosso objetivo é ser um meio de mediação social, antes de tudo, facilitador do diálogo entre diferentes segmentos da sociedade). (REIS JÚNIOR, ENTREVISTA DO ANEXO II, 2010)

Segundo o gerente de programação, poucas vezes a grade é pensada corretamente, como um produto das redes de televisão. Para ele, apesar de cada programa se tratar de um produto específico, a grade como um todo, que inclui arranjo de exibição, ordem dos programas e distribuição de conteúdos no tempo, é um produto televisivo, e através dela é possível ter uma visão geral do perfil da emissora. “O conjunto da grade é o grande contrato com a audiência. É a grade que permite à audiência cidadã saber exatamente com quem está se relacionando, quais os compromissos que pode firmar com uma determinada televisão”, analisa.

## Conceito

A grade é um modelo funcional utilizado pela Rede Globo desde os primeiros anos de implantação da TV no Brasil, que posteriormente foi convencionada por todas as emissoras. Até hoje as alterações feitas em sua estrutura são sutis, devido ao hábito criado pelo público de acompanhar os programas em horário determinado. A seguir, trazemos alguns conceitos de grades.

Newton Cannito (2010), no livro *Televisão Digital Interativa*:

Nada mais é que um sistema de organização do fluxo televisivo, de forma que o público possa saber o horário de seus programas favoritos. Tal como uma secretária executiva, a grade faz a “agenda” do caos “ao vivo” televisivo. O fluxo temporal é organizado pelo modelo convencional de repetição: cada dia tem 24 horas, cada semana tem sete dias. Ou seja, a cada período prefixado, o evento se repete, sem ser o mesmo – eis o princípio em que se baseia a grade televisiva. (CANITTO, 2010, p. 51)

João Alves dos Reis Jr. (2010), gerente de programação do Canal Futura:

A grade de programação é um compromisso que o canal de televisão firma com sua audiência. Esse compromisso deve ser cumprido para que se sustente esse acordo celebrado entre as partes. Se o canal “promete”: no dia tal, às tantas horas, você verá tal coisa, isso tem que ser cumprido. Se esse “acordo” não é cumprido, o canal perde sua confiança do público e a

fidelição fica comprometida. (Entrevista no Anexo II)

Lauro Teixeira (2010), gerente de programação da TV Aparecida:

Um conjunto que as define conforme o foco demarcado, o nicho e a forma de trabalhar. Dá enfoque ao que o público quer ver. Elas dão consistência para que os programas fiquem no ar por um longo tempo, e para isso é preciso definir horários específicos para acostumar o seu público naqueles horários. (Entrevista no Anexo II)

Francisco Leonardo Matheus (2010), coordenador de programação da Univesp TV:

O segredo de uma grade de sucesso é a estabilidade nos horários, planejamento para se criar uma estratégia de divulgação eficiente e bons produtos. (Entrevista no Anexo II)

Roberto Franco (2010), diretor do SBT:

Está baseada no público-alvo que a emissora pretende atingir, através de pesquisas, de acordo com o horário de exibição dos programas. (Entrevista no Anexo II)

Segundo o autor Newton Cannito, a criação de uma grade “rígida” fez parte de um momento definitivo de fidelização da audiência e deu certo. Entretanto, a escolha de ser rígida ou flexível parte da política de cada emissora. Ele menciona a Globo como exemplo de canal cuja grade é mais rigorosa, e o SBT por seguir um pouco menos a tendência, o que às vezes deixa o público desapontado, na medida em que se sente confuso para acompanhar as mudanças de horários dos seus programas preferidos. Isso porque muitas vezes o cidadão programa o seu tempo de ver TV em consonância com a grade proposta pela emissora.

O produtor e executivo de TV Walter Clark<sup>90</sup>, um dos criadores da grade de programação da Rede Globo, no livro “O Campeão de Audiência” (1991) criticou

<sup>90</sup> Clark foi contratado para a TV Globo oito meses depois de a emissora estreitar, com a missão de reestruturar o setor comercial e criar uma nova programação. Desde a inauguração, em abril de 1965, a emissora não conseguia atingir pontos de audiência satisfatórios no Rio de Janeiro. Foi o primeiro a receber o cargo de diretor-executivo da emissora, passando, posteriormente, a diretor-geral. Logo nos primeiros meses na casa conseguiu atrair a atenção do público e melhorar os índices de audiência. Ele, juntamente com José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o Boni, contratado com a sua recomendação para o cargo de superintendente de produção e programação, implantaram um modelo de grade de programação, o que colocou a TV Globo na condição de líder de audiência. Eles tiveram a iniciativa de ter um programa jornalístico intercalado entre duas novelas, na faixa de horário nobre. Também estruturaram o núcleo de novelas da emissora e criaram programas que obtiveram sucesso e até hoje são exibidos, como o "Fantástico" e o "Globo Repórter". Informações extraídas do site Memória Globo. Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,GYP0-5271-256116,00.html>>. Acesso em: 10 de maio de 2010.

o fato de o modelo de grade continuar sendo utilizado tal qual nos primórdios. Para Clark, não houve muitas mudanças desde 1966, quando foi criada: “Não vejo com bons olhos a televisão que se faz hoje no Brasil [...] Apertaram-se alguns parafusos na qualidade, surgiu uma ou outra ideia, mas o que foi feito de concreto no sentido da renovação? Absolutamente nada”, questionou. (CLARK, 1991, p. 416) Ele analisou que a grade de programação da Globo em 1991 era a mesma que deixou em 1977, ao sair da emissora.

Eu criei a grade de programação para ordenar os programas, facilitar a segmentação dos públicos, auxiliar também a programação publicitária. Isso correspondeu às necessidades de um determinado momento da televisão. Mas hoje a Globo, e mesmo as outras tevês, são escravas da grade. O que era um instrumento de programação transformou-se num monstro que inibe a criatividade e prende os realizadores a enormes compromissos comerciais. Estamos assistindo a uma televisão burocrática, sem emoção, sem tesão. (CLARK, 1991, p. 416)

A nossa intenção nesta pesquisa é, antes de fazer qualquer crítica, procurar entender porque esse modelo foi mantido, conhecendo melhor a concepção primária de uma grade de TV através dos olhares desses profissionais entrevistados e das pesquisas levantadas. Segundo Ana Lúcia Gomes (2010), gerente de programação do Canal Futura, a afirmação de Clark não condiz com a realidade, pois existem novas propostas nas televisões por assinatura e “pioneirismo técnico” e de conteúdo nas TVs abertas. “Há, sim, compromissos comerciais, mas a qualidade é um ponto crucial que esses veículos levam em conta para atrair o público”, informa. Ela cita exemplos para justificar a sua afirmação. “Séries com o aparato técnico e artístico como ‘Hoje é Dia de Maria’ e ‘Capitu’, e novelas com a magnitude de ‘Caminho das Índias’ são fruto dessa caminhada iniciada com Clark, e mostram a maturidade desse veículo sem cair no ostracismo”. (ENTREVISTA NO ANEXO II). Reis Júnior (2010) completa o raciocínio do argumento e alerta que é preciso olhar de forma mais atenta para perceber as mudanças.

Acho que, sem perder de vista o mercado, atividade-fim das emissoras comerciais, as maiores TVs brasileiras têm sido até inovadoras em programação e conteúdo, na sua atuação. Hoje em dia, a televisão que se faz no Brasil é bastante atuante na interação com outras formas de disseminação de conteúdo, internacionalizaram-se, criaram subprodutos, ajustaram suas grades, dialogam com ações presenciais, interativas e outras tantas. A televisão é, e continuará sendo ainda por alguns anos, o principal meio de comunicação em atividade no País. Ela está firme e consolidada. Então, é natural que se tenha uma primeira impressão que as

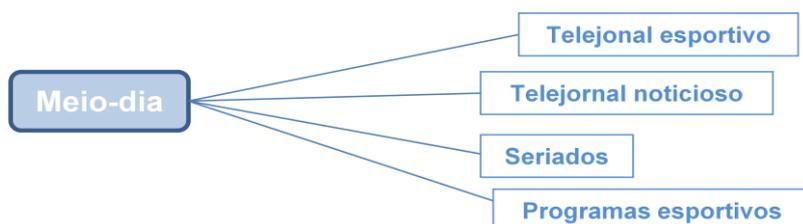
coisas não estão mudando. É preciso olhar com mais cuidado e profundidade para perceber como esse meio é dinâmico. (REIS JÚNIOR, ENTREVISTA NO ANEXO II, 2010)

Na grade de programação aberta brasileira constam programas de variados formatos. No artigo “Gêneros e formatos na televisão brasileira”, o jornalista e pesquisador José Carlos Arouche de Souza (2004), define formato como “linguagem desenvolvida pelo meio televisado para dar forma e transmitir um gênero de programa de televisão. Um mesmo programa pode ser classificado em várias categorias, gêneros e também pode possuir vários formatos” (SOUZA, 2004, p.15). No entanto, sabe-se que não há uma conceituação única para o tema.

Na maioria das vezes, tomando pesquisas de mercado por base, as emissoras determinam os horários apropriados para cada tipo de programa, o perfil de cada público e suas preferências. Os programas jornalísticos da TV aberta, por exemplo, geralmente são exibidos em três edições. Logo cedo, quando o cidadão se prepara para ir trabalhar, ao meio-dia, momento de pausa para o almoço, e à noite, na volta para a respectiva residência. Já a exibição das novelas, filmes e seriados segue as preferências do público e horários que respeitam a classificação etária. Abaixo, temos um esquema geral desenvolvido após a nossa observação de grades de emissoras do Brasil:



**Figura 24: Manhã**



**Figura 25: Meio-dia**

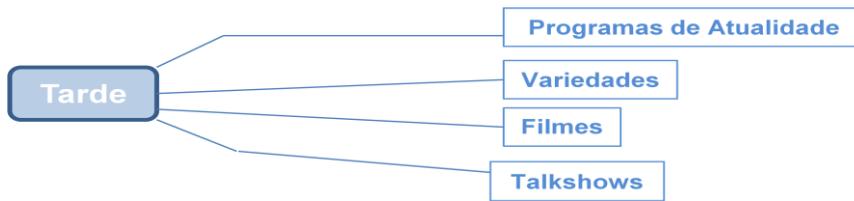


Figura 26: Tarde

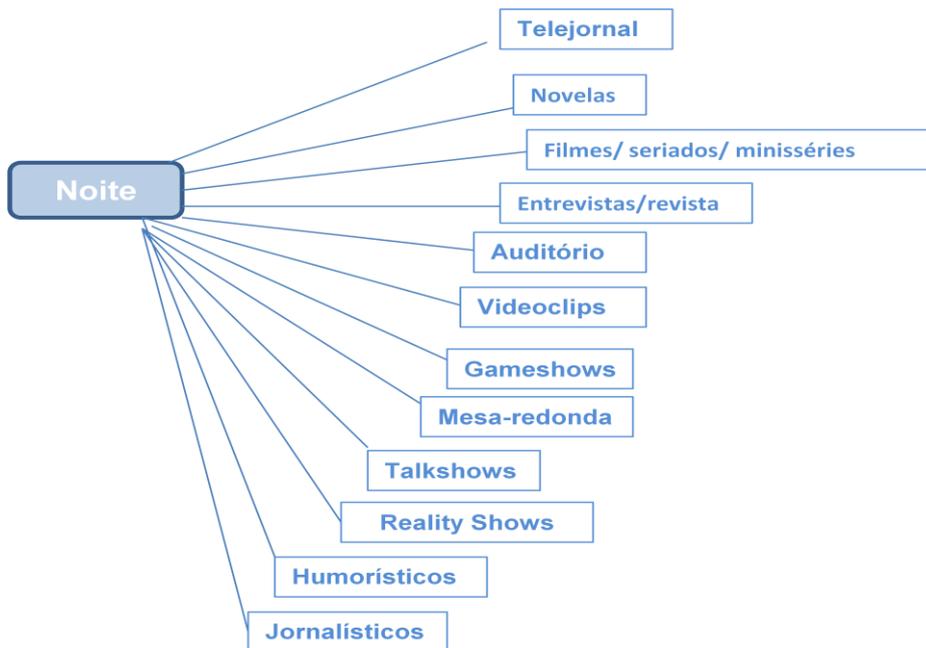


Figura 27: Noite

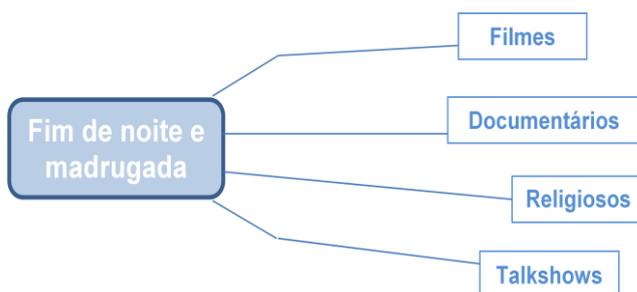


Figura 28: Fim de noite e madrugada

Souza classifica os formatos dos programas da TV brasileira como: Ao vivo, Auditório, Câmera Oculta, Capítulo, Debate, Depoimento, Documentário, Dublado, Entrevista, Episódio, Esquete, Game Show, Instrucional, Interativo, Legendado, Mesa-Redonda, Musical, Narração em Off, Noticiário, Quadros,

Reportagem, Revista, Seriado, Talk Show, Teleaula, Telejornal, Teletexto, Testemunhal, Videoclip, Vinheta, *VoiceOver*. Para identificar esses formatos, o autor realizou um estudo da programação das sete redes que transmitem para o Brasil via satélite sem codificação e retransmitem a programação para a Grande São Paulo em canal aberto VHF<sup>91</sup>.

Se tomarmos como base as maiores emissoras de TV aberta do Brasil, teremos a Globo, por exemplo, que em sua grade de programação classifica os programas exibidos nos seguintes gêneros: Novela, Filme, Entretenimento, Variedade, Série, Humor, Jornalismo, Auditório, Educação, Infantil e Esporte. O SBT, por sua vez, os define como: Reality Show, Novelas, Variedades, Filmes, Infantil, Série e Jornalismo. Já a Rede Record os enquadra como: Jornalismo, Novela, Variedades, Humor, Shows, Reality, Séries e Interatividade.

Para a montagem digital das grades e liberação dos conteúdos programados, geralmente utilizam-se alguns *softwares* que dão automação e controle à programação: os gerenciadores de programação. De acordo com Roberto Franco, do SBT, todas as alterações nos *softwares* são feitas pelo coordenador de programação ou pelo operador de Controle-Mestre, que é responsável pela exibição dos programas e comerciais. Segundo o gerente de programação do Canal Futura, os *softwares* de automação “são utilizados para a gestão das informações sobre a programação e também para a própria operacionalização da exibição”. (Entrevista no Anexo II)

Segundo Francisco Leonardo Matheus (2010), da TV Univesp, no Brasil, empresas como 4S e FLORIPA oferecem o serviço a muitas emissoras. Ele explica como acontece o processo: “Essas empresas desenvolvem exibidores digitais nos quais os conteúdos são digitalizados para um servidor, e através de uma *playlist* são exibidos de forma sequencial por várias horas sem que seja necessária a intervenção humana.” A TV Aparecida, por exemplo, utiliza o *SpotWare Floripa*.

Com a chegada da televisão digital, novos formatos e grades podem ser propostos tendo em vista as facilidades por meio do uso do Guia de Programação Eletrônico (EPG) e da multiprogramação. Uma forma de adaptar o modelo tradicional ao espaço virtual e ao tempo de cada pessoa, adaptando-o à

---

<sup>91</sup> VHF – Very High Frequency (Frequência Muito Alta) designa a faixa de radiofrequências de 30 a 300 MHz. Nessa faixa faz-se a transmissão de sinais televisivos nos canais 2 a 13.

convergência tecnológica, às transformações que se apresentam e às reais necessidades do público num tempo de números binários.

Segundo Anna Valéria Tarbas (2010), uma das grandes diretrizes da gestão atual da TV Cultura é a multiplataforma, a convergência de mídias. Ela citou como exemplo o programa “Rodaviva”, que, segundo ela, passou a ser transmitido antes via internet do que pela TV. “Se algumas pessoas forem ver por um lado da questão, são plataformas distintas, públicos distintos, acessos de forma distinta. Mas fomos adequando, adequando, até ficar ao vivo, na internet e na TV”, explica.

É importante pensar num modelo de produção de conteúdo que possa ser mapeado para a TVD, associando-o aos novos papéis que os usuários passarão a desempenhar, ao poderem utilizar novos recursos. O diretor de programação Lauro Teixeira faz uma análise acerca da possibilidade de convergência e da chegada de novas tecnologias para o usufruto social, e orienta sobre os aspectos que considera primordiais para serem levados em consideração pelos desenvolvedores:

A mídia favorece o anseio em se comunicar. Então, independentemente de a televisão ser como é – uma mídia que fala para muitos –, ou de a internet ser como é – uma ferramenta de muitos para muitos –, isso só vai funcionar se as pessoas estiverem querendo utilizá-las. Para querer utilizá-las elas têm que ser úteis e fáceis do ponto de vista da usabilidade, coerentes e convenientes a esse nosso interesse pela comunicação. Do ponto de vista técnico não importa, a gente vai estar sempre sendo surpreendidos com ferramentas que querem facilitar a nossa vida para a comunicação. (TEIXEIRA, ENTREVISTA NO ANEXO II, 2010)

Com a digitalização da TV, faz-se necessário começar a projetar uma flexibilização do modelo para os próximos anos, pois a possibilidade de usar os guias de programação e programar a TV para a montagem pessoal do roteiro de ver TV, acesso ao resumo dos programas, com possibilidade de gravação e pular *breaks* (intervalos comerciais) deixa o interagente mais livre em suas escolhas, e de todo modo isso já configura um impacto para as emissoras, que estão pensando em modelos de negócios para dar conta dessas transformações.

## ANEXO I – Decretos

### DECRETO 5.820, DE 29 DE JUNHO DE 2006<sup>92</sup>

---

<sup>92</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5820.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5820.htm)  
Acesso em: 20 de março de 2010

Dispõe sobre a implantação do SBTVD-T, estabelece diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, combinado com o art. 223 da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei 4.117, de 27 de agosto de 1962, e na Lei 9.472, de 16 de julho de 1997,

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre a implantação do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T na plataforma de transmissão e retransmissão de sinais de radiodifusão de sons e imagens.

Art. 2º Para os fins deste decreto, entende-se por:

I - SBTVD-T - Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - conjunto de padrões tecnológicos a serem adotados para transmissão e recepção de sinais digitais terrestres de radiodifusão de sons e imagens; e

II - ISDB-T - Integrated Services Digital Broadcasting Terrestrial – serviços integrados de radiodifusão digital terrestre.

Art. 3º As concessionárias e autorizadas do serviço de radiodifusão de sons e imagens e as autorizadas e permissionárias do serviço de retransmissão de televisão adotarão o SBTVD-T, nos termos deste Decreto.

Art. 4º O acesso ao SBTVD-T será assegurado, ao público em geral, de forma livre e gratuita, a fim de garantir o adequado cumprimento das condições de exploração objeto das outorgas.

Art. 5º O SBTVD-T adotará, como base, o padrão de sinais do ISDB-T, incorporando as inovações tecnológicas aprovadas pelo Comitê de Desenvolvimento de que trata o Decreto nº 4.901, de 26 de novembro de 2003.

§ 1º O Comitê de Desenvolvimento fixará as diretrizes para elaboração das especificações técnicas a serem adotadas no SBTVD-T, inclusive para reconhecimento dos organismos internacionais competentes.

§ 2º O Comitê de Desenvolvimento promoverá a criação de um Fórum do SBTVD-T para assessorá-lo acerca de políticas e assuntos técnicos referentes à aprovação de

inovações tecnológicas, especificações, desenvolvimento e implantação do SBTVD-T.

§ 3º O Fórum do SBTVD-T deverá ser composto, entre outros, por representantes do setor de radiodifusão, do setor industrial e da comunidade científica e tecnológica.

Art. 6º O SBTVD-T possibilitará:

I - transmissão digital em alta definição (HDTV) e em definição padrão (SDTV);

II - transmissão digital simultânea para recepção fixa, móvel e portátil; e

III - interatividade.

Art. 7º Será consignado, às concessionárias e autorizadas de serviço de radiodifusão de sons e imagens, para cada canal outorgado, canal de radiofrequência com largura de banda de seis megahertz, a fim de permitir a transição para a tecnologia digital sem interrupção da transmissão de sinais analógicos.

§ 1º O canal referido no caput somente será consignado às concessionárias e autorizadas cuja exploração do serviço esteja em regularidade com a outorga, observado o estabelecido no Plano Básico de Distribuição de Canais de Televisão Digital - PBTVD.

§ 2º A consignação de canais para as autorizadas e permissionárias do serviço de retransmissão de televisão obedecerá aos mesmos critérios referidos no § 1º e, ainda, às condições estabelecidas em norma e cronograma específicos.

Art. 8º O Ministério das Comunicações estabelecerá, no prazo máximo de sessenta dias a partir da publicação deste Decreto, cronograma para a consignação dos canais de transmissão digital.

Parágrafo único. O cronograma a que se refere o caput observará o limite de até sete anos e respeitará a seguinte ordem:

I - estações geradoras de televisão nas Capitais dos Estados e no Distrito Federal;

II - estações geradoras nos demais Municípios;

III - serviços de retransmissão de televisão nas Capitais dos Estados e no Distrito Federal; e

IV - serviços de retransmissão de televisão nos demais Municípios.

Art. 9º A consignação de canais de que trata o art. 7º será disciplinada por instrumento contratual celebrado entre o Ministério das Comunicações e as outorgadas, com cláusulas que estabeleçam ao menos:

I - prazo para utilização plena do canal previsto no caput, sob pena da revogação da consignação prevista; e

II - condições técnicas mínimas para a utilização do canal consignado.

§ 1º O Ministério das Comunicações firmará, nos prazos fixados no cronograma referido no art. 8º, os respectivos instrumentos contratuais.

§ 2º Celebrado o instrumento contratual a que se refere o caput, a outorgada deverá apresentar ao Ministério das Comunicações, em prazo não superior a seis meses, projeto de instalação da estação transmissora.

§ 3º A outorgada deverá iniciar a transmissão digital em prazo não superior a dezoito meses, contados a partir da aprovação do projeto, sob pena de revogação da consignação prevista no art. 7º.

Art. 10. O período de transição do sistema de transmissão analógica para o SBTVD - T será de dez anos, contados a partir da publicação deste Decreto.

§ 1º A transmissão digital de sons e imagens incluirá, durante o período de transição, a veiculação simultânea da programação em tecnologia analógica.

§ 2º Os canais utilizados para transmissão analógica serão devolvidos à União após o prazo de transição previsto no caput.

Art. 11. A partir de 1º de julho de 2013, o Ministério das Comunicações somente outorgará a exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens para a transmissão em tecnologia digital.

Art. 12. O Ministério das Comunicações deverá consignar, nos Municípios contemplados no PBTVD e nos limites nele estabelecidos, pelo menos quatro canais digitais de radiofrequência com largura de banda de seis megahertz cada para a exploração direta pela União Federal.

Art. 13. A União poderá explorar o serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital, observadas as normas de operação compartilhada a serem fixadas pelo Ministério das Comunicações, dentre outros, para transmissão de:

I - Canal do Poder Executivo: para transmissão de atos, trabalhos, projetos, sessões e eventos do Poder Executivo;

II - Canal de Educação: para transmissão destinada ao desenvolvimento e aprimoramento, entre outros, do ensino à distância de alunos e capacitação de professores;

III - Canal de Cultura: para transmissão destinada a produções culturais e programas regionais; e

IV - Canal de Cidadania: para transmissão de programações das comunidades locais, bem como para divulgação de atos, trabalhos, projetos, sessões e eventos dos poderes públicos federal, estadual e municipal.

§ 1º O Ministério das Comunicações estimulará a celebração de convênios necessários à \viabilização das programações do Canal de Cidadania previsto no inciso IV.

§ 2º O Canal de Cidadania poderá oferecer aplicações de serviços públicos de governo eletrônico no âmbito federal, estadual e municipal.

Art. 14. O Ministério das Comunicações expedirá normas complementares necessárias à execução e operacionalização do SBTVD-T.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de junho de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Helio Costa

## **DECRETO Nº 4.901, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2003<sup>93</sup>**

---

<sup>93</sup> Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/tv-digital/decreto-no-4901-de-26-de-novembro-de-2003>>. Acesso em: 05 de abril de 2010.

Institui o Sistema Brasileiro de Televisão Digital - SBTVD, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

**D E C R E T A:**

Art.1º Fica instituído o Sistema Brasileiro de Televisão Digital SBTVD, que tem por finalidade alcançar, entre outros, os seguintes objetivos:

I promover a inclusão social, a diversidade cultural do País e a língua pátria por meio do acesso à tecnologia digital, visando à democratização da informação;

II propiciar a criação de rede universal de educação à distância;

III estimular a pesquisa e o desenvolvimento e propiciar a expansão de tecnologias brasileiras e da indústria nacional relacionadas à tecnologia de informação e comunicação;

IV planejar o processo de transição da televisão analógica para a digital, de modo a garantir a gradual adesão de usuários a custos compatíveis com sua renda;

V viabilizar a transição do sistema analógico para o digital, possibilitando às concessionárias do serviço de radiodifusão de sons e imagens, se necessário, o uso de faixa adicional de radiofrequência, observada a legislação específica;

VI estimular a evolução das atuais exploradoras de serviço de televisão analógica, bem assim o ingresso de novas empresas, propiciando a expansão do setor e possibilitando o desenvolvimento de inúmeros serviços decorrentes da tecnologia digital, conforme legislação específica;

VII estabelecer ações e modelos de negócios para a televisão digital adequados à

---

realidade econômica e empresarial do País;

VIII aperfeiçoar o uso do espectro de radiofrequências;

IX contribuir para a convergência tecnológica e empresarial dos serviços de comunicações;

X aprimorar a qualidade de áudio, vídeo e serviços, consideradas as atuais condições do parque instalado de receptores no Brasil; e

XI incentivar a indústria regional e local na produção de instrumentos e serviços digitais.

Art.2º O SBTVD será composto por um Comitê de Desenvolvimento, vinculado à Presidência da República, por um Comitê Consultivo e por um GrupoGestor.

Art. 3º Ao Comitê de Desenvolvimento do SBTVD compete:

I fixar critérios e condições para a escolha das pesquisas e dos projetos a serem realizados para o desenvolvimento do SBTVD, bem como de seus participantes;

II estabelecer as diretrizes e estratégias para a implementação da tecnologia digital no serviço de radiodifusão de sons e imagens;

III definir estratégias, planejar as ações necessárias e aprovar planos de aplicação para a condução da pesquisa e o desenvolvimento do SBTVD;

IV controlar e acompanhar as ações e o desenvolvimento das pesquisas e dos projetos em tecnologias aplicáveis à televisão digital;

V supervisionar os trabalhos do Grupo Gestor;

VI decidir sobre as propostas de desenvolvimento do SBTVD;

VII fixar as diretrizes básicas para o adequado estabelecimento de modelos de negócios de televisão digital; e

VIII apresentar relatório contendo propostas referentes:

a) à definição do modelo de referência do sistema brasileiro de televisão digital;

b) ao padrão de televisão digital a ser adotado no País;

c) à forma de exploração do serviço de televisão digital; e

d) ao período e modelo de transição do sistema analógico para o digital.

Parágrafo único. O prazo para a apresentação do relatório a que se refere o inciso VIII deste artigo fica fixado em doze meses, a contar da instalação do Comitê de Desenvolvimento do SBTVD.

Art. 4º O Comitê de Desenvolvimento do SBTVD será composto por um representante de cada um dos seguintes órgãos:

I Ministério das Comunicações, que o presidirá;

II Casa Civil da Presidência da República;

III Ministério da Ciência e Tecnologia;

IV Ministério da Cultura;

V Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior,

VI Ministério da Educação;

VII Ministério da Fazenda;

VIII Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

IX Ministério das Relações Exteriores; e

X Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República.

§1º Os membros do Comitê de Desenvolvimento do SBTVD serão indicados pelos titulares dos órgãos referidos nos incisos I a X deste artigo e designados pelo Ministro de Estado das Comunicações.

§ 2º Os membros do Comitê de Desenvolvimento do SBTVD serão substituídos, em suas ausências e impedimentos, por seus respectivos suplentes, por eles indicados, e designados pelo Ministro de Estado das Comunicações.

Art.5º O Comitê Consultivo tem por finalidade propor as ações e as diretrizes fundamentais relativas ao SBTVD e será integrado por representantes de entidades que desenvolvam atividades relacionadas à tecnologia de televisão digital.

§ 1º Os membros do Comitê Consultivo serão designados pelo Ministro de Estado das Comunicações, por indicação das entidades referidas no caput deste artigo, de acordo com critérios a serem estabelecidos pelo Comitê de Desenvolvimento do SBTVD.

§ 2º O Comitê Consultivo será presidido pelo Presidente do Comitê de Desenvolvimento do SBTVD.

Art.6º Compete ao Grupo Gestor a execução das ações relativas à gestão operacional e administrativa voltadas para o cumprimento das estratégias e diretrizes estabelecidas pelo Comitê de Desenvolvimento do SBTVD.

Art. 7º O Grupo Gestor será integrado por um representante, titular e respectivo suplente, de cada órgão e entidade a seguir indicados:

I Ministério das Comunicações, que o coordenará;

II Casa Civil da Presidência da República;

III Ministério da Ciência e Tecnologia;

IV Ministério da Cultura;

V Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

VI Ministério da Educação;

VII do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI;

VIII da Agência Nacional de Telecomunicações ANATEL; e

IX Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República.

§1º Os membros do Grupo Gestor serão indicados pelos titulares de seus respectivos órgãos e designados pelo Ministro de Estado das Comunicações, no prazo de quinze dias a contar da data de publicação deste Decreto.

§ 2º O coordenador do Grupo Gestor poderá instituir comissões e grupos técnicos com a finalidade de desenvolver atividades específicas em cumprimento dos objetivos estabelecidos neste Decreto.

Art. 8º Para o desempenho das atividades a que se refere o art. 6 o deste Decreto, o Grupo Gestor poderá dispor do apoio técnico e administrativo, entre outros, das seguintes entidades:

I Financiadora de Estudos e Projetos FINEP; e

II Fundação Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações - CPqD.

Art.9º Para os fins do disposto neste Decreto, o SBTVD poderá ser financiado com

recursos provenientes do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTTEL, ou ainda, por outras fontes de recursos públicos ou privados, cujos planos de aplicação serão aprovados pelo Comitê de Desenvolvimento do SBTVD.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de novembro de 2003;

182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Miro Teixeira

José Dirceu de Oliveira e Silva

Classificação etária de programas na TV

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA — GABINETE DO MINISTRO**

**PORTARIA n° 264, de 09 de fevereiro de 2007<sup>94</sup>**

Regulamenta as disposições da Lei n° 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), da Lei n° 10.359, de 27 de dezembro de 2001, e do Decreto n° 5.834, de 6 de julho de 2006, relativas ao processo de classificação indicativa de obras audiovisuais destinadas a televisão e congêneres.

**O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA**, no uso das atribuições conferidas pelo art. 1°, inciso I e art. 8°, inciso II do Anexo I ao Decreto n° 5.834, de 6 de julho de 2006, e considerando:

- que a República Federativa do Brasil tem como fundamento a dignidade da pessoa humana e como objetivo promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;
- que a livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura e licença, de acordo com o art. 5°, inciso IX, e art. 220, caput e §2°, da Constituição Federal;
- que compete a União exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões Públicas e de programas de rádio e televisão, de acordo com os arts. 21, inciso XVI e 220, § 3°, inciso I da Constituição Federal;
- a responsabilidade dos pais no exercício do poder familiar, de acordo com os arts. 1.630 e 1.634, inciso I da Lei n° 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil;
- a co-responsabilidade da família, da sociedade e do Estado na garantia a criança e ao adolescente do direito a educação, ao lazer, a cultura, ao respeito e a dignidade, de acordo com o art. 227 da Constituição Federal;
- que cabe ao poder público regular as diversões e espetáculos públicos, informando sobre sua natureza, a faixa etária a que não se recomendem, bem como os horários em que sua apresentação se mostre inadequada, nos termos do caput do art. 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA);
- que compete ao Poder Executivo, nos termos do art. 3° da Lei n° 10.359, de 27 de dezembro de 2001, proceder a classificação indicativa dos programas de televisão, ouvidas as entidades representativas das emissoras concessionárias e

---

<sup>94</sup> Site Ministério da Justiça. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/main.asp?View={D1B141A5-AFC5-445B-8006-258CB52DBA61}> Acesso em: 20 de março de 2010

permissionárias de serviços de televisão, inclusive por assinatura e a cabo;

- o disposto nos artigos 4º, 6º, 75 e 76 do Estatuto da Criança e do Adolescente;
- o sistema de garantias dos direitos da Criança e do adolescente caracterizado pela articulação e integração das instancias Públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos da Criança e do adolescente, tal como preconizado na Resolução nº 113, de 19 de abril de 2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA;
- que o exercício da Classificação Indicativa de forma objetiva, democrática e em co-responsabilidade com a família e a sociedade, implica no dever de promover a divulgação da classificação indicativa com informações consistentes e de caráter pedagógico, para que os pais realizem o controle da programação; e, ainda, o dever de exibir o produto de acordo com a classificação, como meio legal capaz de garantir a pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de produtos inadequados.

## **RESOLVE:**

### **CAPITULO I**

#### **Do Dever de Exercer a Classificação Indicativa**

**Art. 1º.** Regulamentar as disposições da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA), da Lei nº 10.359, de 27 de dezembro de 2001, e do Decreto nº 5.834, de 6 de julho de 2006, relativas ao processo de classificação indicativa de obras audiovisuais destinadas a televisão e congêneres.

**Parágrafo único.** O processo de classificação indicativa, disciplinado nos termos desta Portaria, integra o sistema de garantias dos direitos da Criança e do adolescente, composto por Órgãos públicos e organizações da sociedade civil, destinado a promover, a defender e a controlar a efetivação do direito de acesso a diversões Públicas adequadas As Crianças e aos adolescentes.

**Art. 2º.** Compete ao Ministério da Justiça proceder à classificação indicativa de programas de televisão em geral.

#### **Da Natureza, Finalidade e Alcance**

**Art. 3º.** A classificação indicativa possui natureza informativa e pedagógica, voltada para a promoção dos interesses de Crianças e adolescentes, devendo ser exercida de forma democrática, possibilitando que todos os destinatários da recomendação

possam participar nos termos do processo, e de modo objetivo, ensejando que a contradição de interesses e argumentos promovam a correção e o controle social dos atos praticados.

**Art. 4º.** Cabe ao Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação, vinculado à Secretária Nacional de Justiça do Ministério da Justiça – DEJUS/SNJ, exercer a classificação indicativa dos programas e obras audiovisuais regulados por esta Portaria.

Parágrafo único. O exercício da classificação indicativa corresponde essencialmente à prática dos seguintes atos processuais:

– Análise das características da obra ou produto audiovisual, podendo ser realizada previamente no âmbito do DEJUS/MJ;

II – Monitoramento do conhecido veiculado;

III – Atribuição de classificação para efeito indicativo;

Art. 5º. Não estarão sujeitas à análise prévia de conteúdo no âmbito do Ministério da Justiça as seguintes obras audiovisuais:

I – Programas jornalísticos ou noticiosos;

II – Programas esportivos;

III – Programas ou propagandas eleitorais;

IV – Propagandas comerciais e publicitárias em geral, incluídas as propagandas vinculadas a programação;

V – Outros programas veiculados ao vivo.

§1º. Os programas veiculados ao vivo, de que trata o inciso V, poderão ser classificados, com base na atividade de monitoramento, constatada a presença reiterada de inadequações.

§2º. A não atribuição de classificação indicativa aos programas de que trata este artigo não isenta o responsável pelos abusos cometidos, cabendo ao DEJUS/SNJ encaminhar seu parecer aos Órgãos competentes.

### **Dos Procedimentos**

**Art. 6º.** O ato de atribuição de classificação indicativa e resultado do processo de classificação realizado pelo DEJUS/SNJ.

**Art. 7º.** Para análise e atribuição de classificação indicativa, o interessado deverá protocolar o requerimento no Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação, da Secretaria Nacional de Justiça, sito na Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ministério da Justiça, Anexo II, Brasília, CEP 70064-900.

§ 1º. Podem requerer a classificação indicativa o titular ou representante legal da obra audiovisual, empresa exibidora ou congêneres.

§ 2º. O requerimento de que trata o caput deste artigo deverá ser instruído com os seguintes documentos, conforme a obra audiovisual:

– ficha técnica de classificação, disponibilizada pelo sítio eletrônico [www.mi.gov.br/classificacao](http://www.mi.gov.br/classificacao);

II – análise do produto audiovisual, na qual se deve demonstrar em que medida a obra submetida a análise de preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais ou informativas e respeita os valores éticos e sociais da pessoa e da família;

III – cópia do pagamento da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE, ou cópia do registro no respectivo Órgão regulador da atividade, quando devido;

§ 3º. Além dos documentos relacionados no parágrafo anterior, deverá ser efetuada a entrega ou exibição da respectiva obra audiovisual para a qual se pretende obter a classificação.

§ 4º. Se a análise do pedido ou da obra audiovisual apresentada para classificação exigir recursos não disponíveis no âmbito do DEJUS/SNJ, deverá o requerente disponibilizá-los.

§ 5º. O requerimento de classificação indicativa para obra audiovisual, anteriormente classificada em matriz diversa deverá ser acompanhado de declaração de inalterabilidade do conhecido para que se possa reproduzir a classificação atribuída na primeira solicitação.

**Art. 8º.** A análise prévia, exclusivamente para atribuição de classificação indicativa, ser realizada e publicada pelo DEJUS/SNJ no Diário Oficial da União em até 20 (vinte) dias úteis, ressalvados os casos de comprovada urgência.

#### **Da autoclassificação pela dispensa de análise prévia**

**Art. 9º.** O titular ou o representante legal da obra audiovisual que apresentar requerimento rigorosamente instruído, especificamente, com descrições fundamentadas sobre o conteúdo e o tema, pode solicitar dispensa da análise prévia realizada pelo DEJUS/SNJ.

§ 1º. O ato emanado, em até 5 (cinco) dias, da Coordenação de Classificação Indicativa – COCIND/DEJUS, que deferir ou indeferir a dispensa da análise prévia será publicado no sítio eletrônico [www.mj.gov.br/classificacao](http://www.mj.gov.br/classificacao).

§ 2º. O ato de atribuição da classificação indicativa emanado pelo Diretor do

DEJUS/SNJ que convalidar ou modificar a decisão prevista no parágrafo anterior será publicado, em até 60 (sessenta) dias, no Diário Oficial da União.

**Art. 10.** A reclassificação de obra, anteriormente classificada por sinopse ou documento assemelhado, fica condicionada a apresentação de compromisso do requerente de adequá-la a categoria de classificação na qual se pretende a reexibição, sem prejuízo dos demais documentos regularmente exigidos.

### **Dos Recursos**

**Art. 11.** Da decisão que indeferir ou deferir de forma diversa o requerimento de classificação, cabe pedido de reconsideração ao Diretor do Departamento de Justice, Classificação, Títulos e Qualificação, que o decidirá no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 1º. O pedido de reconsideração de que trata o caput será instruído com a reapresentação da respectiva obra audiovisual ou, quando for o caso, com o resumo descritivo, podendo apresentar novos fundamentos.

§2º. Mantida a decisão, o Diretor do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação submeterá o pedido ao Secretário Nacional de Justiça, que apreciará o recurso no prazo de 30 (trinta) dias.

### **Da Fiscalização e Da Garantia da Proteção a Criança e ao Adolescente**

**Art. 12.** Todo cidadão interessado este legitimado a averiguar o cumprimento das normas de Classificação Indicativa, podendo encaminhar ao Ministério da Justiça, ao Conselho Tutelar, ao Ministério Público, ao Poder Judiciário e ao Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA representação fundamentada acerca dos programas abrangidos por esta Portaria.

**Art. 13.** Os programas televisivos abrangidos por esta Portaria serão regularmente monitorados pelo DEJUS/SNJ no horário de proteção a Criança e ao adolescente.

Parágrafo Único. Entende-se como horário de proteção a Criança e ao adolescente o período compreendido entre 6 (seis) e 23 (vinte e Três) horas.

**Art. 14.** De ofício ou mediante solicitação fundada de qualquer interessado será instaurado procedimento administrativo de classificação ou de reclassificação.

Parágrafo Único. Constatada qualquer inadequação não condizente com a classificação atribuída, o DEJUS/SNJ comunicar o responsável da instauração de procedimento administrativo para apurá-la, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

**Art. 15.** A obra, classificada por sinopse, assemelhados ou dispensada da análise

prévia, que reincidir na exibição de qualquer inadequação e, assim, configurar, no âmbito do procedimento administrativo instaurado, reiterado descumprimento dos parâmetros de classificação, será reclassificada em caráter cautelar, ouvido sempre o titular ou seu representante legal, até que seja afastado fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação a interesse da Criança e do adolescente.

§ 1º. A reclassificação mencionada no caput poderá ser revogada ou modificada a qualquer tempo.

§ 2º. Determinada ou não a reclassificação, o processo prosseguirá até sua decisão final, sem prejuízo de eventual intervenção do Ministério Público.

## **CAPITULO II**

### **Do Dever de Divulgar e Exibir a Classificação Indicativa**

**Art. 16.** A atividade de Classificação Indicativa exercida pelo Ministério da Justiça e meio legal capaz de garantir a pessoa e a família a possibilidade de receber as informações necessárias para se defender de diversões públicas inadequadas a Criança e ao adolescente, nos termos da Constituição e da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e Adolescente – ECA).

### **Das Categorias de Classificação Indicativa**

**Art. 17.** Com base nos critérios de sexo e violência, as obras audiovisuais destinadas à exibição em programas de televisão são classificadas como:

- especialmente recomendada para Crianças e Adolescentes;
- II – livre;
- III – não recomendada para menores de 10 (dez) anos;
- IV – não recomendada para menores de 12 (doze) anos;
- V – não recomendada para menores de 14 (quatorze) anos;
- VI – não recomendada para menores de 16 (dezesesseis) anos; e
- VII – não recomendada para menores de 18 (dezoito) anos.

### **Da Vinculação entre Categorias de Classificação Indicativa e Faixa Horária**

**Art. 18.** A informação sobre a natureza e o conhecido de obras audiovisuais, suas respectivas faixas etárias e horários, e meramente indicativa aos pais e responsáveis que, no regular exercício do poder familiar, podem decidir sobre o acesso de seus filhos, tutelados ou curatelados a quaisquer programas de televisão classificados.

Parágrafo Único. O exercício do poder familiar pressupõe:

I – o conhecimento prévio da classificação indicativa atribuída aos programas de televisão;

II – a possibilidade de controle eficaz de acesso por meio da existência de dispositivos eletrônicos de bloqueio de recepção de programas ou mediante a contratação expressa de serviços que garantam a interação necessária e a escolha da programação.

**Art. 19.** A vinculação entre categorias de classificação e faixas horárias de exibição rege-se pelo disposto no artigo 2º da Portaria do Ministério da Justiça nº 796, de 8 de setembro de 2000.

Parágrafo Único. A vinculação entre categorias de classificação e faixas horárias de exibição implica na observância dos diferentes fusos-horários vigentes no país.

### **Da Forma de Veiculação da Classificação Indicativa**

**Art. 20.** Sob pena de constituir as infrações previstas nos artigos 76 e 254 da Lei 8.069 de 13 de Julho de 1990, as emissoras, produtoras ou responsáveis devem fornecer e veicular a informação correspondente à classificação indicativa de obras audiovisuais, a serem exibidas, nos seguintes termos:

I – ser fornecida e veiculada textualmente em português com tradução simultânea em Linguagem Brasileira de Sinais – Libras, conforme as normas técnicas brasileiras de acessibilidade em comunicação na televisão (ANEXO I);

II – ser veiculada, durante 5 (cinco) segundos, simultaneamente ao início de cada obra, preferencialmente no rodapé da tela (ANEXO I);

III – ser veiculada na metade do tempo de duração de cada parte do programa, durante 5 (cinco) segundos, numa versão simplificada, correspondente ao símbolo identificador da categoria de classificação (ANEXO II).

**Art. 21.** Os trailers, chamadas e/ou congêneres referentes às obras audiovisuais televisivas não estão sujeitos a classificação independente, devendo veicular a classificação do produto principal em versão simplificada.

Parágrafo Único. Nos casos em que o produto principal ainda não tenha sido classificado, o trailer, chamada ou congêneres deve veicular, na forma prescrita nesta Portaria, a seguinte frase: VERIFIQUE A CLASSIFICACAO INDICATIVA.

## **CAPITULO III**

### **Das Disposições Gerais**

**Art. 22.** A constatação de inadequações ou qualquer outro caso de descumprimento da classificação indicativa pela exibição de obra audiovisual será comunicado ao

Ministério Público e demais Órgãos competentes.

**Art. 23.** A classificação indicativa atribuída à obra audiovisual será informada por Portaria do Ministério da Justiça e publicada no Diário Oficial da União, além de ser veiculada pelo sítio eletrônico [www.mj.gov.br/classificacao](http://www.mj.gov.br/classificacao).

Parágrafo Único. Por intermédio do endereço eletrônico de que trata o caput será dada publicidade aos pedidos de classificação apresentados, ao andamento processual das solicitações de classificação e as demais informações de interesse público relativas ao processo de classificação.

#### **Das Disposições Finais**

**Art. 24.** Esta Portaria entra em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

**Art. 25.** Ficam revogadas as disposições em contrário e a Portaria do Ministério da Justiça n° 796, de 8 de setembro de 2000, exceto o artigo 2°.

**Marcio Thomaz Bastos**

Ministro de Estado da Justiça

Publicado no DOU N° 30, segunda-feira, 12 de fevereiro de 2007

## ANEXO II – Entrevistas

### Canal Futura (Rio de Janeiro)

João Alves dos Reis Junior (45) é conhecido profissionalmente como João Alegria. Nasceu no interior de São Paulo, na cidade de Santo Antônio da Alegria, onde cumpriu o Ensino Fundamental e Médio. Coursou História na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e a seguir ingressou no Mestrado em História da Universidade Federal



### 1. Como são definidas as grades de programação? Quais são os critérios?

No ano de 2009 fui o responsável por liderar e implementar um projeto de mudança da grade de programação do Canal Futura, como o Gerente de Programação, Jornalismo e Engenharia do canal. Aqui no Canal Futura, a gestão da grade de programação cabe a essa gerência que eu ocupo atualmente. A Grade de Programação 2010 do Canal Futura (chamamos assim, pois defendemos que a grade é um produto dinâmico, pode e deve mudar com alguma regularidade, portanto, é esperado que exista uma Grade de Programação 2011, por exemplo, e assim por diante) resultou de um bom trabalho em conjunto, que seguiu uma metodologia própria de análise, que desenvolvemos durante esse processo. Essa metodologia trabalhou com os seguintes dados: (a) dados estatísticos de audiência e comportamento do público frente à TV, referentes aos últimos cinco anos, a partir de pesquisas realizadas pelo Instituto DataFolha para o Canal Futura; (b) *benchmarking* com canais presentes no ambiente de difusão da TV aberta com distribuição nacional, educativos e comerciais; (c) leitura crítica de relatórios da Central de Atendimento ao Telespectador do Canal Futura (sem valor estatístico, mas com muitos detalhes sobre o comportamento de segmentos específicos do público do canal); (d) Interlocução com todas as equipes internas e externas responsáveis pela produção e distribuição dos Conteúdos Futura (equipes internas, produtoras, televisões afiliadas, universidades parceiras do canal, ONGs e outras organizações do terceiro setor que usam o canal); (e) análise de Série Histórica de grades do canal, entre 1997 e 2009. A partir daí, todos os dados, quantitativos e qualitativos, foram reunidos num Relatório Diagnóstico do qual resultou uma proposta de grade para 2010. A lógica dessa metodologia foi equilibrar dados estatísticos com demandas dos diversos segmentos da sociedade com os quais o Futura dialoga, sempre em busca de produzir em permanente interação e diálogo com a audiência cidadã do canal (é assim que chamamos, não chamamos de “público”, porque não pretendemos uma audiência passiva, nosso objetivo é ser um meio de mediação social, antes de tudo, facilitador do diálogo entre diferentes segmentos da sociedade). Além desses critérios, mais técnicos, foram também utilizados critérios conceituais e premissas, que fazem parte dos compromissos que o Canal Futura quer assumir com a sociedade e a agenda brasileira, e que dizem respeito à ética, à cultura brasileira, à educação, à juventude e infância, entre outros.

## 2. Quem são os profissionais responsáveis por montar a grade?

Na criação da grade, como se pôde ver pela resposta à questão anterior, muitas pessoas foram envolvidas. Porém, uma vez a grade estando definida, ela passa a ser realizada diariamente por uma equipe de profissionais específicos contratados para tal. No Canal Futura temos uma Coordenação de Programação, que lidera uma equipe de Analistas de Programação, que executam essa tarefa de “montar a grade”, numa perspectiva mais técnica. Com relação às diferentes estratégias de intervenção na programação, por exemplo uma programação temática, muitos outros setores do Canal Futura são envolvidos. Também são envolvidos outros profissionais na definição dos conteúdos e escolhas, por exemplo, dos filmes adquiridos. A Equipe de Programação está exclusivamente responsável pelas funções técnicas da programação (operacional). Toda vez que a conversa extrapola aspectos técnicos envolve outras áreas e múltiplos profissionais.

## 3. No setor da programação, quais são os profissionais envolvidos e suas funções?

Gerente de Programação, Jornalismo e Engenharia do Canal Futura: responsável pelo desenho estratégico da grade de programação e sua promoção junto ao público em geral. É auxiliado pela Equipe do Núcleo de Programação do Canal Futura.

Coordenador de Programação: coordena a equipe de programação e dialoga com os diferentes setores da casa, respondendo ao Gerente de Programação, Jornalismo e Engenharia. (1 funcionário)

Analista de Planejamento em Programação: responsável por articular a visão de médio prazo da programação, com foco nos meses e semanas, responde ao Coordenador de Programação e ao Gerente de Programação, Jornalismo e Engenharia (1 funcionário)

Analista de Programação: responsável por detalhar a programação diária, programas, intervalos e *breaks*. Responde ao Coordenador de Programação. (4 funcionários)

Operador de Rede de Programação: responsável por acompanhar a exibição da grade de programação diária, fazendo os devidos ajustes (“afinação”), e por fazer interagir os ajustes entre conteúdos nacionais e conteúdos locais, da programação das emissoras afiliadas (o Futura possui 23 TVs Universitárias parceiras, várias delas com transmissão local). (2 funcionários)

**4. O especialista em TV Walter Clark, um dos criadores da grade de programação no Brasil, em 1991 criticou o modelo de grade de programação. Segundo ele, não houve muitas mudanças desde 1966: “Não vejo com bons olhos a televisão que se faz hoje no Brasil... Apertaram-se alguns parafusos na qualidade, surgiu uma ou outra ideia, mas o que foi feito de concreto no sentido da renovação? Absolutamente nada. A grade de programação da Globo, em 1991, é a mesma que deixei em 1977 e que foi criada em 1966... Eu criei a grade de programação para ordenar os programas, facilitar a**

**segmentação dos públicos, auxiliar também a programação publicitária. Isso correspondeu às necessidades de um determinado momento da televisão. Mas hoje a Globo, e mesmo as outras tevês, são escravas da grade. O que era um instrumento de programação transformou-se num monstro que inibe a criatividade e prende os realizadores a enormes compromissos comerciais. Estamos assistindo a uma televisão burocrática, sem emoção, sem tesão”. (CLARK, 1991, p. 416) O que você diria a respeito?**

Respeito a opinião de Walter Clark, como a opinião pessoal de um dos nomes mais presentes na história da televisão no Brasil. Do ponto de vista técnico e profissional, no entanto, considero essa opinião fora de contexto. Já se passaram quase vinte anos desde que ele fez essa declaração e, mesmo para a época, considero a declaração ingênua e orientada por interesses que não ficam claros no texto acima. Tenho um entendimento bastante diferente. Acho que, sem perder de vista o mercado, atividade-fim das emissoras comerciais, as maiores TVs brasileiras têm sido até inovadoras em programação e conteúdo, na sua atuação. Hoje em dia, a televisão que se faz no Brasil é bastante atuante na interação com outras formas de disseminação de conteúdo, internacionalizaram-se, criaram subprodutos, ajustaram suas grades, dialogam com ações presenciais, interativas e outras tantas. Podemos discordar da natureza das iniciativas, mas o sucesso do Big Brother Brasil, projetos temáticos como o Mil Casmurros, o aprimoramento técnico das telenovelas e seu alcance mundial são mais do que suficientes para colocar em dúvida a afirmativa de Walter Clark mencionada nesta questão. A televisão no Brasil e as grades de programação vêm sofrendo alterações permanentemente, basta observar com atenção para perceber. Porém, isso é importante ressaltar, a televisão é e continuará sendo ainda por alguns anos o principal meio de comunicação em atividade no País. Ela está firme e consolidada. Então, é natural que se tenha uma primeira impressão de que as coisas não estão mudando. É preciso olhar com mais cuidado e profundidade para perceber como esse meio é dinâmico.

**5. Como a grade é redistribuída quando há situações de programas ao vivo, gravados e quando há plantões? O que é priorizado? E como administrar a programação com as inserções e comerciais?**

No caso do Canal Futura, não temos inserções comerciais, portanto não vou me referir à última parte da questão. Sobre os outros pontos, a resposta mais simples é que todos os conteúdos programados obedecem, em tempo, ao que estava planejado. Portanto, os ajustes são feitos mais para pequenas durações, que correspondem a um pequeno “estouro” de tempo de programas ao vivo, o que derruba inserções de intervalo (chamadas de programa, interprogramas, etc.). Sobre essa gestão, a noção mais importante é a de fidelização do público. A grade de programação é um compromisso que o canal de televisão firma com sua audiência. Esse compromisso deve ser cumprido para que se sustente esse acordo celebrado entre as partes. Se o canal “promete”: no dia tal, às tantas horas, você verá tal coisa, isso tem que ser cumprido. Se esse “acordo” não é cumprido, o canal perde a confiança do público e a fidelização fica comprometida.

**6. Como se dá a distribuição dos conteúdos e o controle do tempo?**

A grade do Canal Futura é composta a partir de um planejamento que divide o dia

de programação em segmentos de 60 e de 30 minutos. Esses blocos vão sendo preenchidos com programas e as interrupções (intervalos e *breaks*) com peças de curta duração (até 2 minutos) que têm diferentes funções: informar, sinalizar, complementar as informações. A natureza dos conteúdos que ocupam as diferentes faixas de horários corresponde a uma escolha estratégica por localizar os gêneros de conteúdos em determinados horários do dia. Como nosso público situa-se, em sua maior parte, no interior do Brasil, obedecemos a um “relógio biológico” que estabelece uma correspondência com as rotinas mais comuns no dia a dia dos brasileiros do interior: hora de acordar e trabalhar, os intervalos das refeições, hora de descansar etc.

### **7. Existe algum software responsável pela liberação automática dos vídeos?**

Sim. Existem *softwares* que dão automação e muito controle da programação. Esses *softwares* são utilizados para a gestão das informações sobre a programação e também para a própria operacionalização da exibição.

### **8. Qual a importância de se ter uma grade bem projetada para o sucesso de uma rede? O que pesa em termos financeiros?**

Poucas vezes a grade é pensada como deve ser pensada: como um produto que as redes de televisão entregam. Cada programa é um produto específico, mas o arranjo de exibição, ou seja, a ordem dos programas, a evolução de conteúdo, como eles se distribuem na grade, isso também é produto televisivo. Uma grade bem projetada comunica identidade ao público. Pela grade é que você identifica com que canal está se relacionando. Cada programa tem sua importância, mas é a grade que permite à audiência cidadã saber exatamente com quem está se relacionando, quais os compromissos que pode firmar com uma determinada televisão. As famílias que assistem ao Canal Futura, por exemplo, sabem que podem deixar seus filhos em frente à programação do canal, pois seus filhos serão respeitados, resguardados e receberão informações que foram produzidas para eles com cuidado e carinho. O mesmo se pode dizer, dando outro exemplo, da programação de filmes, focada na educação do olhar e não no interesse comercial que move os *blockbusters*. O conjunto da grade é o grande contrato com a audiência. Os profissionais da grade devem ser rigorosos e exigentes no seu trabalho.

### **9. Qual a relação que tem o setor de programação e a grade de uma emissora com os institutos de pesquisa de audiência?**

No caso específico do Canal Futura, o que marca essa relação é uma preocupação menor com o “índice de audiência” e uma preocupação maior com a qualidade do relacionamento que se estabelece com quem assiste o canal. Estamos mais interessados em saber o que pensa o público do que quantas pessoas estão nos assistindo. Mais do que isso, queremos que quem nos assiste opine sobre o que colocamos à disposição na grade do canal e que se manifeste, criticando e sugerindo. Por isso, disponibilizamos várias ferramentas de interatividade para que o público possa sugerir e interferir no editorial dos programas. Essa interatividade pode se dar presencialmente – através dos grupos de discussão permanentes, intitulados “Conversas com a Audiência” – ou através da interatividade a distância – redes sociais, telefonemas, Central de Atendimento –, mas sempre valorizando essa

participação. Portanto, nossa relação com os institutos de pesquisa é muito autônoma e independente.

#### **10. O que mais pesa hoje para se ter uma boa avaliação no Ibope?**

Nunca tivemos uma avaliação de Ibope. Para as emissoras comerciais ela representa, concretamente, o valor pelo qual é vendido o espaço de tela.

#### **11. Você acredita que um modelo de TV via internet pode dar certo? Caso acredite, por favor, justifique. Se não, quais seriam as limitações?**

A viabilidade do compartilhamento ou consumo de conteúdos audiovisuais pela internet não está em discussão, já é uma realidade. O futuro desse segmento é certo e promissor. No entanto, isso não deve ser pensado como TV via internet. É claro, há televisões que fazem a transmissão via IP, mas considero isso uma forma conceitualmente equivocada de pensar esse meio de difusão. A portabilidade do sinal de TV virá através de outros aparelhos, como a recepção via celular. Porém a internet é o espaço da escolha, da construção colaborativa, e isso é fruto de uma nova tecnologia de comunicação, diferente daquela tecnologia de transmissão a distância de imagens e sons, a televisão. Pensar a internet com os limites da radiodifusão é perder a chance de fazer algo melhor e mais ajustado ao meio.

#### **12. Como a grade pode ser redistribuída e repensada com base nas novas tecnologias? Em sua opinião, é preciso fazer uma readaptação do modelo tradicional?**

A grade de programação da televisão está certa para a tecnologia à qual atende. No caso da televisão, as “novas tecnologias” (uso entre aspas porque discordo um pouco do uso corrente da expressão), representam fundamentalmente uma possibilidade de construção colaborativa ou social dos conteúdos. A principal e mais importante questão aqui é a interatividade editorial, que determina o conteúdo antes de ele ser produzido, e não a escolha de grade, ou seja, a ordem de exibição do que já está pronto. O Canal Futura tem primado por desenvolver soluções de diálogo editorial e acreditamos que isso é que é fazer televisão de interesse público, ou “televisão pública”, como muitos preferem.

#### **13. Que mídia você acredita ser revolucionária dentro do que é permitido pela convergência tecnológica?**

Em que sentido o termo mídia – tão genérico e mal empregado no senso comum – está sendo utilizado aqui? Se for como tecnologia, considero que todas as tecnologias comportam possibilidades revolucionárias, dependendo do sentido do seu uso. Se for como suporte, nenhum suporte tem potencial revolucionário. Se for como o sistema dos meios de comunicação em atuação numa determinada sociedade num certo tempo, acho que, no conjunto, geralmente se atua para a conservação e não para a revolução. É do paradoxo da revolução só durar na forma de contra-hegemonia. Toda hegemonia não é revolução, é situação.

**TV Cultura (São Paulo)**



**Anna Valéria Tarbas – Publicitária por formação acadêmica (FMU/FIAM) e radialista por formação profissional, há 25 anos trabalhando em televisão, sendo 20 deles na TV Cultura, e há 7 anos como Gerente de Programação da emissora.**

## **1. Como é constituída a grade atual da TV Cultura?**

Essa nossa grade atual na verdade é um espelho das grades dos últimos anos. Tem algumas variações de horário, mas nada que mude o sentido de exibição. Trabalhamos com alguns blocos predefinidos, parte da madrugada e boa parte da manhã. E também programas educacionais, que começam a ser exibidos da madrugada até as 8 h da manhã, de segunda a sexta. Esse horário no sábado vai até as 10h30 da manhã.

### **Prestação de serviços**

A TV Cultura trabalha com prestação de serviços e educação. Nessa parte da manhã, exibimos todos os cursos e telecursos da Fundação Roberto Marinho, devido a uma parceria com a Fundação há alguns anos. Eles foram todos refeitos durante uns três anos. Houve, inclusive, reconstrução digital de imagem. Eles deram um *upgrade* de conteúdo em várias partes do programa, de construção digital, inclusive. A gente, que já exibia o antigo, passou a exibir o “Novo Telecurso”. Temos também o “Telecurso TEC”, que é o técnico. A TV Cultura produziu para a Fundação Roberto Marinho a primeira e a segunda fase dele. Eles estão entregando a terceira fase para nós. O “Telecurso Profissionalizante”, que acabou de chegar do Rio de Janeiro – uma nova formatação. Reservamos parte da manhã, de segunda a sábado, para isso, que é a expertise da Fundação Roberto Marinho.

Temos programas de cidadania que são “Via Legal”, “Brasil Eleitor”, “Interesse Público” e “STJ Cidadão”, que são todos de Brasília e têm essa linha de prestação de serviço à população. “Via Legal” é totalmente jurídico, o “STJ Cidadão” aborda problemas do dia a dia com relação à cidadania. Temos essa programação, mais o “Repórter Eco”, “Nossa Língua”, “Almanaque Educação”, que são todos nossos. Já o “Campus” é para universitários, apresentamos audiovisuais das faculdades do Brasil, feitos por estudantes de comunicação. Temos também um programa de educação financeira que é da Bolsa de São Paulo. Todos pela manhã. No sábado, temos mais uma outra gama de programas. Esse é o bloco que chamamos de Bloco de Educação e Cidadania. Depois temos um bloco grande, que com o tempo tem oscilado, dependendo do que está sendo pensado, ganha horários, perde horários... até em função da direção da TV. No momento temos um bloco infantil que vai das 8 h da manhã até as 6 h da tarde.

### **Programação infantil**

A TV Cultura tem dez horas de programação infantil para a pré-escola e para crianças um pouco mais velhas, que se repetem de segunda a sábado. Nós temos tradição com “Castelo Rá-Tim-Bum”, “Mundo da Lua” e “Cocoricó”, que foram premiados. O “Cocoricó” continua em produção. Temos o Teatro Rá-Tim-Bum, que é uma produção nova, há só três anos que está sendo feito. Ele é uma adaptação das peças infantis do teatro para a televisão. São programas lindíssimos, todos em HD, com uma qualidade técnica visual lindíssima.

### **Programação jovem**

A gente tem uma faixa de mais ou menos das 18 h até as 21 h para tratar com um público mais jovem. Não é um jovem adolescente, mas um jovem em geral. Primeiro começamos com as séries de *live-action* que são: “Tudo que é Sólido”, “Portal de Intercâmbio”, “Resgate”, “Ninguém Merece” e “Confissões de Adolescente”. São séries mais para adolescentes. O “Programa Novo”, que pretende atingir de 14 até 20 anos de idade, trabalha com bandas e internet. O nome acabou ficando esse mesmo. Teve votação pra quem quisesse mudar e ficou assim. A galera entra, conversa ao vivo, escolhe música, manda vídeo, todo dia ao vivo, uma hora por dia.

Nessa mesma linha a TV Cultura tem o “Nossa Língua”, reprisado de manhã e pensado para um público jovem, que vai fazer vestibular. É reformatado de uma forma diferente daquela do antigo “Nossa Língua Portuguesa”. “Almanaque Educação” também está nessa linha. O “Ecoprático” é um programa de ecologia para o dia a dia: como você transforma a sua casa num ambiente sustentável, economiza água, recicla o lixo. Ao todo são 12 programas do “Ecoprático”. Em “Ética”, que é do Canal Futura, que exibimos neste horário, Renato Janine Ribeiro conversa sobre vários fragmentos da ética com os jovens. O “Animania” trata de tudo que tem de 3D, HD e animação, de segunda a sexta. Sábado temos nessa pegada jovem o “Manos e Minas”, de Rap, depois o “Vitrine”, que trata dos bastidores da televisão e da mídia em geral. É um programa superantigo da TV Cultura, com uma linguagem visual diferente e gostosa. É o nosso “Vídeo Show”. Ao terminar o bloco dos jovens, a gente entra com uma faixa de entretenimento antes do jornalismo. Até pouco tempo atrás estávamos com uma faixa da Discovery, mas o contrato terminou. Documentários de arte, ecologia, história, algo direcionado à família, com característica de entretenimento. Existe uma mobilidade que varia com o período, mas o tema da faixa envolve sempre família, para que não exista problema de horário. Algo que agrada a gregos e troianos.

Em seguida entramos com a faixa de jornalismo: “Jornal da Cultura”, “Metrópoles”, “Roda Viva”, “Cartão Verde” (parte de esporte – ao vivo) e todos os nossos outros programas que já são nossos há muito tempo e estão realinhados com a nossa faixa nobre, que é das 10 h da noite em diante, como por exemplo: “Senhor Brasil”, “Provocações”, “Ensaio”, “Viola Minha Viola”, “Zoom” e “Cine Brasil”, que está no ar há 40 anos. Temos o único horário do cinema nacional em TV aberta ininterrupto do Brasil. Não tem nenhuma outra TV que apresente cinema nacional semanalmente há tanto tempo como a TV Cultura.

Os nossos outros programas são de entretenimento e cultura de forma geral. A grade de domingo está há muitos anos com a mesma formatação. A faixa de cidadania se estende com o “Saúde Brasil”, um programa que trata não somente de

doenças, mas de diagnósticos, tratamentos e prevenção, uma parceria que existe há muitos anos. A missa de Aparecida, que está no ar há 40 anos, “Sr. Brasil”, “Viola Minha Viola” e uma faixa de infanto-juvenil. Em seguida começa a faixa de programas jovens, seguindo a mesma linha família: “Planeta Terra”, “Repórter Eco”, “Ao Ponto” (uma parceria com a TV Futura), documentários, ecologia, literatura. À noite são basicamente três grandes blocos: educação; infanto-juvenil e família, entretenimento e cultura.

## **2. Há quanto tempo a grade está neste formato?**

Neste formato estamos há três anos. Claro que tem mudanças. O programa sofre adequações de horários, a gente faz pesquisa de público, mas o formato linear é o mesmo. Fazemos pesquisas, apesar de as TVs atingirem 15% da população, é um índice significativo, porque há dez anos atrás tínhamos 7 redes de TV aberta: Cultura, Globo, Bandeirantes, Record, Manchete, SBT e Gazeta. Hoje tem a MTV, Rede Vida, Canal 21, várias UHF e toda a gama de cabos. Se não olharmos onde o nosso público está, o que está assistindo, porque deixou de nos ver, para onde foi, perdemos o fio da meada.

## **3. Qual o diferencial da TV Cultura em relação às outras TVs educativas?**

As TVs Educativas têm um nível de produção mais elevado que as outras. Das TVs Educativas do Brasil são poucas as que produzem a quantidade de horas que produzimos. De produção própria, em 2009, temos 2.500 horas. Representa 30% da grade. Exibimos 8.500 horas, fora o restante, em que temos coprodução, produção de terceiros, aquisição internacional e nacional. Mais de 26% de horas inéditas, sendo que 53% dessas horas inéditas foram produção da gente. Esse é um grande diferencial, a produção em linha desses programas.

## **4. Como é trabalhado o nível de qualidade da TV Cultura, o que ele significa para vocês?**

O nível de qualidade é tudo. Tudo o que fazemos é primando pelo máximo de qualidade possível de conteúdo. Sempre tendo o cuidado de como se fala, para quem se fala e de que forma se fala. Na verdade, a TV Cultura nos últimos cinco anos está entre as três primeiras na lembrança do telespectador. O *site* Meio e Mensagem, em pesquisa realizada em 2009, traz a TV Cultura em terceiro lugar. O item que mais pontua isso é o fato de que o público pode assistir com tranquilidade: tem alto nível e qualidade.

## **5. Como a TV Cultura olha para as novas tecnologias, convergência tecnológica e TV digital?**

Uma das grandes diretrizes da gestão atual da TV Cultura é a multiplataforma e a convergência de mídias. O “Roda Viva” passou a ser transmitido muito antes pela internet do que pela TV. Se algumas pessoas forem ver por um lado da questão, são plataformas distintas, públicos distintos, acessos de forma distinta. Mas fomos adequando, adequando, até ficar ao vivo, na internet e na TV. Outra proposta que temos é o Conexão Cultura, que é uma proposta que oferece a oportunidade aos internautas de centros de inclusão digital públicos e privados para acessarem

conteúdos relevantes voltados ao seu crescimento pessoal e profissional. O “Conexão Cultura”<sup>95</sup> disponibiliza aos usuários de *lan houses* e telecentros um aplicativo em forma de barra que é instalado no navegador e fornece conteúdo qualificado, como cursos profissionalizantes, serviços governamentais e apoio escolar.

## **Globo Internacional**

---

<sup>95</sup> Mais informações sobre o projeto podem ser encontradas no *site*: [<http://www.conexaocultura.org.br/>](http://www.conexaocultura.org.br/).



A jornalista Ana Lúcia Gomes integrou a equipe de jornalismo da Rádio Transamérica FM/Rio, chefiou a equipe de produção de programas da Rádio Manchete AM e FM, foi roteirista de *trailers* de diversos longas-metragens brasileiros, como “Menino Maluquinho”, de Helvécio Ratton, “Veja esta Canção”, de Cacá Diegues, “O Monge e a Filha do Carrasco”, de Walter Lima Jr.. Durante dez anos, a partir de 1987, atuou como produtora de chamadas da programação da Rede Globo de Televisão. De 1997 a 2009 atuou no Canal Futura como redatora de chamadas, coordenadora de programação, gerente de programação e de afiliadas e gerência adjunta. Integrou o grupo de implantação do Canal Futura e da Geradora Educativa em sinal aberto, da Fundação Roberto Marinho como responsável pela programação, expansão e TVs afiliadas universitárias do Canal em diversos Estados do Brasil. Atualmente responde pela programação da TV Globo Internacional (Américas, Ásia, África, Europa e Portugal), que abrange 115 países.

### 1. Como são definidas as grades de programação? Quais são os critérios?

Inicialmente é importante deixar claro que estamos falando da TV Globo Internacional (TVGI) e não da Rede Globo Brasil, que tem características muito distintas por ser um canal aberto. A TVGI é um canal por assinatura distribuído em 115 países e é voltado para a comunidade de língua portuguesa no exterior. Os brasileiros, os portugueses e os angolanos são majoritariamente seus assinantes. Esse canal, na verdade, tem 5 grades distintas específicas dos seguintes continentes: Américas, Europa, Ásia, África. Em Portugal essa grade é específica. Tem 4 horas "locais" cobrindo as novelas atuais, pois estas são exibidas pelo canal português SIC. Isso não quer dizer que não passem novelas. Exibimos lá novelas mais antigas. Os critérios de programação da TVGI são voltados a atender os desejos desses assinantes. Eles são trabalhadores – em sua maioria –, não dispõem de muito tempo, mas nas horas vagas querem matar a saudade do Brasil, ter assunto com os familiares que estão aqui (brasileiros), ou ficar por dentro do que acontece no Brasil (angolanos, portugueses etc.), porque gostam da cultura brasileira. Eles se interessam principalmente pelas novelas, noticiário, futebol e programas da faixa nobre noturna. Logicamente, há diferenças locais, como por exemplo, portugueses não se interessam muito pelo futebol como os brasileiros, já os angolanos têm as novelas como interesse principal. Os telejornais também são exibidos ao vivo, mas acabam sendo recebidos em horários diferentes do Brasil por causa do fuso horário de cada país. A TVGI tem pesquisas regulares dentre os assinantes via internet, *call center* e institutos contratados, além de um *site* e *call center* voltados para atender a esses assinantes, que nos pautam com suas críticas e sugestões. A decisão sobre os jogos de futebol exibidos às quartas e domingos também leva em consideração o perfil dos nossos assinantes. Mais jogos do campeonato mineiro nas Américas (por causa do grande contingente de mineiros nos EUA) e do campeonato paulista no Japão, por exemplo. A TVGI basicamente replica a programação da TV Globo nacional; buscamos exibir os programas o mais perto possível da exibição nacional, já que os assinantes conhecem os lançamentos via internet e têm grande curiosidade em assisti-los, além de evitar dar uma "cara velha" ao canal, e sim atualizada. Logicamente, nem todos os programas podem ser exibidos internacionalmente por causa da liberação de direitos, mas são um número pequeno. Essa programação é bem plural, tem musicais, programas de afiliadas da

Rede Globo, programas Globo Sat (Sportv, Multishow e GNT) e Globo News, para dar um leque maior de temas e abordagens para o assinante. Além disso, há um programa regional em cada continente, voltado para aquela comunidade em específico. Esses programas fazem grande sucesso, pois abordam os interesses dos assinantes daquela região, e são produzidos lá fora. São eles: “Planeta Brasil” (USA), “Planeta Brasil-Japão” (Japão), “Cá Estamos” (Portugal) e “Revista África” (Angola).

### **3. Quem são os profissionais responsáveis por montar a grade?**

No caso da Rede Globo, há um grande contingente de profissionais envolvidos, nos departamentos de pesquisa, programação, conteúdo, *marketing* e negócios internacionais. A interação e diálogo entre essas partes resultam na grade.

### **4. No setor da programação, quais são os profissionais envolvidos e suas funções?**

A Central é grande. As divisões são: Planejamento, Grade, Promoções (chamadas), operação de exibição, transmissão, edição e departamento de aquisição de produtos internacionais.

**5. O especialista em TV Walter Clark, um dos criadores da grade de programação no Brasil, em 1991 criticou o modelo de grade de programação. Segundo ele, não houve muitas mudanças desde 1966: “Não vejo com bons olhos a televisão que se faz hoje no Brasil... Apertaram-se alguns parafusos na qualidade, surgiu uma ou outra ideia, mas o que foi feito de concreto no sentido da renovação? Absolutamente nada. A grade de programação da Globo, em 1991, é a mesma que deixei em 1977 e que foi criada em 1966... Eu criei a grade de programação para ordenar os programas, facilitar a segmentação dos públicos, auxiliar também a programação publicitária. Isso correspondeu às necessidades de um determinado momento da televisão. Mas hoje a Globo, e mesmo as outras tevês, são escravas da grade. O que era um instrumento de programação transformou-se num monstro que inibe a criatividade e prende os realizadores a enormes compromissos comerciais. Estamos assistindo a uma televisão burocrática, sem emoção, sem tesão”. (CLARK, 1991, p. 416) O que você diria a respeito?**

Não sei se reflete a realidade de forma completa. Há muitas propostas novas nas televisões por assinatura e pioneirismo técnico e de conteúdo nas TVs abertas. Há, sim, compromissos comerciais, mas a qualidade é um ponto crucial que esses veículos levam em conta para atrair o público. Séries com o aparato técnico e artístico de “Hoje é Dia de Maria” e “Capitu”, e novelas com a magnitude de “Caminho das Índias” são fruto dessa caminhada iniciada com Clark, e mostram a maturidade desse veículo sem cair no ostracismo.

**6. Como a grade é redistribuída quando há situações de programas ao vivo, gravados e quando há plantões? O que é priorizado? E como administrar a programação com as inserções e comerciais?**

Tanto na TVG quanto na TVGI a informação é prioritária. Em caso de vivos e plantões caem os comerciais e são alocados em outros horários. Não há problema em relação a isso, essa política já é conhecida pelo anunciante, inclusive por isso que ele anuncia nessa TV, por conta do seu poder de fogo e qualidade na prestação de serviço.

### **7. Como se dá a distribuição dos conteúdos e controle do tempo?**

Os programas têm em média 25 a 45 minutos e são divididos em blocos de 15 minutos.

### **8. Existe algum software responsável pela liberação automática dos vídeos?**

Existem vários programas no centro de exibição (grades, automação, relatórios, afinação, comerciais etc.); trata-se de um ambiente totalmente informatizado.

### **9. Qual a importância de se ter uma grade bem projetada para o sucesso de uma rede? O que pesa em termos financeiros?**

A grade deve perceber o que interessa ao assinante e o que é descartável, e principalmente alocar esses programas nos horários que o satisfaçam, ou seja, que se ajustem a sua rotina. Sendo isso bem-feito, a assinatura e a audiência virão e garantirão a sustentabilidade do negócio.

### **10. Qual a relação que têm o setor de programação e a grade de uma emissora com os institutos de pesquisa de audiência?**

Relatórios semanais contratados para avaliação da performance dos programas.

### **11. O que mais pesa hoje para se ter uma boa avaliação no Ibope?**

Não entendi. Seria melhor que a pergunta fosse respondida por alguém da área de análise e pesquisa.

### **12. Você acredita que um modelo de TV via internet pode dar certo? Caso acredite, por favor, justifique. Se não, quais seriam as limitações?**

Sim, especialmente junto à população mais jovem, que tem interesse por informações variadas e não quer somente se "prostar" na frente da TV, além disso, esse grupo tem mais familiaridade com a tecnologia. Sobre limitações, acho que a TV via *web* teria que fazer algumas adaptações para "liberar" alguns segmentos importantes, como as donas de casa, que ainda assistem TV como rádio, ou seja, fazem as atividades domésticas e ouvem a TV. Elas não têm tempo nem interesse em atividades individuais em que a família não esteja envolvida coletivamente.

### **13. Como a grade pode ser redistribuída e repensada com base nas novas tecnologias? Em sua opinião, é preciso fazer uma readaptação do modelo tradicional?**

Acredito em TV aliada à *web* oferecendo conteúdos complementares aos programas ou feitos especialmente para outras plataformas, tal como os americanos vêm fazendo com as suas séries.

**14. Que mídia você acredita ser revolucionária dentro do que é permitido pela convergência tecnológica?**

O celular. Em pouco tempo passamos a ter TV, máquina fotográfica, filmadora, internet e ainda falamos pelo telefone num só aparelho.



**Roberto Franco** é graduado em engenharia elétrica com enfoque em eletrônica e telecomunicações pela Universidade Federal da Bahia e Pós-Graduação em *Marketing* e Gestão de Empresas pelas FGV e ESPM. Responsável pelo projeto e implantação de diversas empresas de rádio e televisão no Brasil e participante ativo de audiências públicas para a regulamentação do setor de radiodifusão no Brasil. ele é palestrante frequente em congressos e seminários de discussão sobre este assunto. Foi Presidente da SET – Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão (2002-2008) e Presidente do Fórum do Sistema Brasileiro de TV digital (2005-2008). Atualmente é Diretor do SBT e membro do Conselho Consultivo da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações).

### **1. Como são definidas as grades de programação? Quais são os critérios?**

A grade de programação de uma emissora de TV é baseada no público-alvo que ela pretende atingir. A definição da grade é baseada em pesquisas com o público-alvo e de acordo com o horário de exibição dos programas. Para a definição da grade são utilizados alguns critérios, tais como classe social, idade, sexo, grau de instrução, dentre outros.

### **2. Quem são os profissionais responsáveis por montar a grade?**

O Departamento de Programação é o responsável por elaborar a grade da emissora com o apoio da Diretoria e dos departamentos: Comercial, de Marketing e de Produção.

### **3. No setor da programação, quais são os profissionais envolvidos e suas funções?**

Gerente, supervisor, coordenador e analista de programação, analista de pesquisa e analista de controle de qualidade.

**4. O especialista em TV Walter Clark, um dos criadores da grade de programação no Brasil, em 1991 criticou o modelo de grade de programação. Segundo ele, não houve muitas mudanças desde 1966: “Não vejo com bons olhos a televisão que se faz hoje no Brasil... Apertaram-se alguns parafusos na qualidade, surgiu uma ou outra ideia, mas o que foi feito de concreto no sentido da renovação? Absolutamente nada. A grade de programação da Globo, em 1991, é a mesma que deixei em 1977 e que foi criada em 1966... Eu criei a grade de programação para ordenar os programas, facilitar a segmentação dos públicos, auxiliar também a programação publicitária. Isso correspondeu às necessidades de um determinado momento da televisão. Mas hoje a Globo, e mesmo as outras tevês, são escravas da grade. O que era um instrumento de programação transformou-se num monstro que inibe a criatividade e prende os realizadores a enormes compromissos comerciais. Estamos assistindo a uma televisão burocrática, sem emoção, sem tesão”. (CLARK, 1991, p. 416) O que você diria a respeito?**

Acho que a cultura brasileira está muito condicionada ao formato atual de exibição da programação de televisão, porém a evolução de outras mídias obriga a televisão

a evoluir e em um futuro próximo teremos outros modelos de negócio, tais como: vídeo *on demand*, interatividade, dentre outros.

**5. Como a grade é redistribuída quando há situações de programas ao vivo, gravados e quando há plantões? O que é priorizado? E como administrar a programação com as inserções e comerciais?**

O Departamento de Programação realiza um planejamento, onde cada programa (ao vivo ou gravado) possui um tempo de "arte" e um tempo para exibição dos comerciais e chamadas da programação. As variações do planejamento ocorrem com frequência, devido à estratégia da programação (ex.: em 1 hora de programa, temos 40 minutos de arte e 20 minutos de *break*, algumas emissoras fazem 4 *breaks* de 5 min. e 5 blocos. Outras emissoras podem fazer 2 *breaks* de 10 minutos e 3 blocos). Nos programas ao vivo, o diretor do programa está o tempo todo coordenando o tempo junto com o coordenador de programação, para não ultrapassar o tempo planejado. Os plantões interrompem a programação da emissora por terem prioridade na divulgação de alguma informação relevante.

Neste caso, o coordenador de programação faz um ajuste na programação, cortando algumas chamadas ou diminuindo o tempo do programa (quando este for ao vivo), para que os próximos programas sejam exibidos no horário programado. Todo este processo considera a programação das emissoras concorrentes.

**6. Como se dá a distribuição dos conteúdos e o controle do tempo?**

Existe um sistema controlado pelo coordenador de programação, que simula as possibilidades de alteração de qualquer conteúdo na grade da programação e o seu respectivo resultado (variações de tempo e horário de exibição).

**7. Existe algum *software* responsável pela liberação automática dos vídeos?**

Todo o conteúdo, normalmente, está armazenado em formato digital e temos um sistema de automação para ordenar e organizar a exibição da programação. As alterações são feitas pelo coordenador de programação ou pelo operador de controle-mestre (responsável pela exibição dos programas e comerciais).

**8. Qual a importância de se ter uma grade bem projetada para o sucesso de uma rede? O que pesa em termos financeiros?**

O conteúdo do programa é um fator relevante para o sucesso da emissora, mas a construção e o planejamento da grade de programação são fundamentais para um bom resultado. Este bom resultado significa atingir o público-alvo do programa/emissora, ou seja, não adianta ter um excelente programa infantil veiculado de madrugada. Na maioria das vezes o retorno financeiro está associado ao resultado da audiência do programa, porém em alguns casos o que importa é atingir o público-alvo do anunciante.

**9. Qual a relação que tem o setor de programação e a grade de uma emissora com os institutos de pesquisa de audiência?**

No caso do SBT, no Departamento de Programação existe uma área de Pesquisa e Análise de Audiência, que é responsável por consolidar os resultados da audiência e pesquisar sobre as possíveis evoluções de resultado.

### **10. O que mais pesa hoje para se ter uma boa avaliação no Ibope?**

O conteúdo do programa ainda é o fator principal para se obter o melhor resultado de audiência, porém, com a evolução das estratégias de programação, podem-se obter excelentes resultados.

### **11. Você acredita que um modelo de TV via internet pode dar certo? Caso acredite, por favor, justifique. Se não, quais seriam as limitações?**

Não dá para dizer se vai ter sucesso ou não. Em um primeiro momento, a TV por IP será uma mídia complementar à televisão, devido às limitações de infraestrutura do serviço de internet no Brasil. A cultura do brasileiro ainda é assistir TV sentado no sofá junto com a família e os amigos, nos horários habituais. Para que a TV por IP tenha êxito no Brasil, esta cultura precisa sofrer mudanças, e além disso será necessária uma significativa evolução do serviço da internet. Caso isto ocorra, o modelo negócio e TV por IP pode se tornar a principal mídia de entretenimento e informação.

### **12. Como a grade pode ser redistribuída e repensada com base nas novas tecnologias? Em sua opinião, é preciso fazer uma readaptação do modelo tradicional?**

Com a chegada da TV digital, além da recepção fixa, temos a recepção móvel (1-Seg) e o serviço de interatividade, ou seja, os meios de distribuição foram ampliados significativamente, o que possibilita a criação de novos modelos de negócios e consequentemente novos formatos de grades de programação.

### **13. Que mídia você acredita ser revolucionária dentro do que é permitido pela convergência tecnológica?**

Nos últimos anos tivemos algumas tecnologias que têm sido revolucionárias no mercado de consumo, tais como internet e telefone celular. Apesar de já terem evoluído muito, acredito que a mobilidade e a portabilidade são fatores que ainda deverão direcionar as evoluções nos próximos anos, com a utilização de dispositivos como *laptop*, celular, *iPaD*<sup>96</sup>, dentre outros.

## **TV Aparecida (Aparecida do Norte - SP)**

---

<sup>96</sup> O *iPaD* é um dispositivo em formato *tablet* produzido pela *Apple Inc.* Foi apresentado como um dispositivo situado a meio caminho entre um *notebook* e um *smartphone*. O dispositivo utiliza o mesmo sistema operacional do *iPhone* e é voltado para o público leigo, devido ao tipo de interface oferecido. As especificações técnicas incluem redes sem fio *Wi-Fi* 802.11n e *Bluetooth* 2.1, tela *touch* de 9,7 polegadas, acelerômetro e bússola. Seu peso é de 680 gramas e sua espessura é de 0,5 polegada (1,27 cm). Bateria para 10 horas de vídeo e 1 mês de *standby*. Possui diferentes versões com espaços de 16, 32 e 64 GB. O *iPad* é uma espécie de “*iPhone gigante*”, mas não tem funções de celular, embora possa ser usado para chamadas por meio da internet (com uso de programas VoIP).



Lauro Henrique de Paiva Teixeira é Mestre em Comunicação pelo PPGCom da FAAC/Unesp de Bauru com a pesquisa "TELEVISÃO DIGITAL: Interação e Usabilidade", orientada pela Profa. Dra. Ana Sílvia Médola. Possui graduação em *Design* pela Unesp (2002). Foi coordenador de programação na TV TEM - Bauru e atualmente é Gerente de Programação da TV Aparecida. Tem experiência na área de Design e Comunicação, com ênfase em cibercultura, atuando principalmente nos seguintes temas: comunicação, *design*, interfaces, internet e televisão.

## 1. Como são definidas as grades de programação? Quais são os critérios?

A grade de programação é formada com base no objetivo geral da emissora de televisão. Antes de ter uma grade, a emissora tem uma postura para com o seu público, ela tem um conjunto que a define conforme o seu foco de mercado, o seu nicho, a sua forma de trabalhar. A TV Aparecida é uma emissora de orientação católica e que foi constituída com o objetivo de, além de conteúdo religioso, ter conteúdo educativo, sociocultural e de entretenimento com base em preceitos morais que são comuns e que perpassam o ambiente católico. Então os programas são construídos com base nisso. A grade de programação dá enfoque ao que o público quer ver. Nós queremos atingir um público que esteja dentro desse campo que cercamos. Para isso, pensamos em programas femininos, de música sertaneja e terceira idade. Isso em nosso caso específico, que outras emissoras não têm. Então, quer dizer, primeiro se define o escopo que se quer atingir e depois se começa a pensar de forma mais técnica e objetiva: qual o tamanho dos programas, quantos intervalos haverá, se haverá ou não intervalos, como se dará a passagem de um programa para o outro, como ele vai acontecer, em que horário começa e termina, como o público será orientado, de acordo com o horário do programa, se vai falar na internet e se vai fazer chamadas. Quem assiste televisão assiste a um pedaço de programação e não a um programa. Então temos um programa em si e pequenos pedaços de programas dentro dele. O que vai dar essa constituição são as chamadas promocionais. As emissoras, principalmente as abertas, montam grades de programação com o objetivo de ter consistência, de que os programas fiquem no ar por um longo tempo. Para isso é preciso definir horários específicos a fim de acostumar o público naqueles horários.

## 2. Quem são os profissionais responsáveis por montar a grade?

Os profissionais são distintos, para garantir o pacto que a emissora estabelece com o público. Então há os profissionais que cuidam da qualidade do conteúdo, ou seja, eles têm o contato direto com os produtores que vão estabelecer os critérios gerais que os programas têm de ter para que sejam aptos a estar naquela grade; e os profissionais que, de fato, organizam o programa na grade, que são chamados coordenadores de programação e montam a ordem de tudo o que é exibido nos blocos dos programas, a ordem dos blocos, o que vem depois de uma chamada e qual a ordem dos comerciais dentro dos intervalos. É como se eles estivessem fazendo uma lista de prioridades e distribuindo com o objetivo de fazer com que

cada coisa entre no horário que foi pactuado com o telespectador, evitando fugir da regra.

### **3. No setor da programação, quais são os profissionais envolvidos e suas funções?**

Na TV Aparecida são aproximadamente 20 pessoas que lidam com o setor de programação, diretamente com a grade são quatro. São dois coordenadores de programação, um gerente de programação e um diretor, que definem a grade de forma macro e estabelecem a ordem das coisas, o que pode ou não ser alterado e a que momento. Além de um time que atua junto com a gente, garantindo o que foi definido, que são: os operadores de controle-mestre, que lidam tecnicamente com os programas: apertam o botão para a coisa entrar no ar, controlam uma rede de *switchers* que vão controlar a entrada dos programas ao vivo ou gravados; e uma equipe de criação e videografismo, que vai construir as chamadas de acordo com os horários que nós definimos (gerentes e coordenadores).

### **4. Você acredita na possibilidade da mudança do modelo de grade para os próximos anos?**

O fluxo televisual se dá pelo tempo. Temos 24 horas por dia para organizar o que se tem de melhor para o público. Então, no modelo da radiodifusão há necessidade de uma grade. Enquanto houver radiodifusão haverá grade, que representa a ordem das coisas. Em outros tipos de modelo de conteúdo audiovisual, no *on demand*, por exemplo, aí não se tem uma grade, mas uma prateleira de coisas. A grade é o pacto de rotina com o telespectador. Parte do princípio de que aquilo que se tem a dizer é interessante para o telespectador, que se programou, ou seja, ambos combinaram um encontro naquele momento. Caso surja algo que acredita que vai ser mais interessante para o telespectador do que o que está sendo dito, então a emissora se dispõe a quebrar a rotina para levar ao telespectador o que está acontecendo, isso é um plantão. Isso serve para qualquer coisa. É mais interessante para o seu telespectador e conveniente ao modelo de negócio.

### **5. Como a grade é redistribuída quando há situações de programas ao vivo, gravados e quando há plantões? O que é priorizado? E como administrar a programação com as inserções e comerciais?**

Nós não temos comerciais, não somos uma emissora comercial, mas temos peças nos intervalos que equivalem aos comerciais. Esse controle se dá por uma cadeia de processo conforme os contratos existentes. Em nosso caso, contratos internos. Por exemplo, a emissora se compromete com determinado cliente, que é produtor de um programa, a colocar no ar uma determinada quantidade de chamadas. Aí é preciso administrar todos os intervalos, verificar as oportunidades na grade que melhor se ajustem àquele produto que se quer promover. Isso serve para as chamadas. O critério é muito parecido com comerciais. Uma emissora comercial oferece oportunidade de mercado ao seu cliente. Então, se eu tenho programa feminino na grade eu vou oferecer às pessoas que se interessam por esse tipo de público.

### **6. Como se dá a distribuição dos conteúdos e controle do tempo?**

Normalmente, para lidar com o tempo, a forma mais fácil de se pactuar é fazer múltiplos de 15 segundos. Então são peças de 15, 30, 45 segundos e de um minuto. O padrão é 30 segundos, acredita-se que 30 segundos é tempo suficiente para dizer o que se tem a dizer, mais do que isso tem que ter um bom motivo. E às vezes é melhor ter duas inserções de 30 em horários diferentes do que uma só de um minuto, depende de como se quer impactar o público.

### **7. Existe algum *software* responsável pela liberação automática dos vídeos?**

Sim, vários. São gerenciadores de programação. Normalmente as emissoras usam *softwares* proprietários. A Globo desenvolveu um só para ela, que somente ela usa, e esse *software* está em cadeia com todos os seus setores, com o setor de “opec”, comercial, *marketing* e com o setor de programação, com as afiliadas. Outras emissoras vão ter o mesmo modelo de *software*, mas alguns terceirizados. A Record, por exemplo, é terceirizada, mas funciona do mesmo jeito. Nós utilizamos um *software* terceirizado que é o mesmo do fabricante do nosso exibidor. A gente monta o *playlist* diretamente no *software* de automação *SpotWare Floripa*<sup>97</sup>.

### **8. Qual a relação que tem o setor de programação e a grade de uma emissora com os institutos de pesquisa de audiência?**

Na televisão, assim como uma amizade, o pacto se dá a longo prazo. É necessário estar com aquele conteúdo por um longo tempo para que ele tenha algum significado na sua vida. Quando você liga a televisão, normalmente vai direto para aquele canal que gosta porque teve um antecedente. O que funciona na televisão é o tempo. É preciso fazer bem-feito e ter condições de sustentar aquilo que planejou por um bom tempo. Às vezes um programa é colocado no ar, mas só depois de 3 ou 4 meses é que começa a ser aceito pelo público, ele passa a ser rotina. As pessoas começam a orientar as suas vidas em função daquele horário de assistir o programa, e mais, depois que elas acreditam e gostam é que vão divulgar, falar para outra pessoa. O fator tempo na TV é muito importante, é preciso ter muita paciência com o telespectador, cativá-lo muito bem, e tem que ter persistência também. É preciso ter muita coerência com aquilo que se quer dizer.

### **9. O que mais pesa hoje para se ter uma boa avaliação no Ibope?**

Não realizamos pesquisa com tanta frequência. As pesquisas normais de televisão no Brasil são pesquisas de mercado. Há empresas especializadas em fazer pesquisas para as emissoras com base em audiência, perfil de público. No nosso caso a gente não adota esse tipo de postura. Nós temos um departamento de marketing dentro do Santuário Nacional Nossa Senhora Aparecida que busca compreender o público do santuário, que visita a cidade de Aparecida e consome aquilo que temos competência em dizer. Com base no que quer esse público é que nós montamos a nossa grade de programação.

### **10. Qual a importância de se ter uma grade bem projetada para o sucesso de uma rede? O que pesa em termos financeiros?**

<sup>97</sup> [http://www.floripatec.com.br/spotware\\_DSX\\_sdtv.php](http://www.floripatec.com.br/spotware_DSX_sdtv.php)

Normalmente, não é regra, mas gastar muito dinheiro não é necessariamente fazer bem-feito e nem que o programa será bem-sucedido. Quando se está no mercado, gastar dinheiro é uma forma de mostrar que vai fazer bem-feito e isso facilita o processo de ir ao mercado captar recursos para que aquilo aconteça. No entanto, nem sempre isso acontece, porque você precisa contar com a adesão do público em torno daquela ideia. Para nós vale mais a gente dar atenção ao que o público quer e gastar o dinheiro na medida certa, fazendo aquilo que a gente acredita. Não necessariamente gastando muito dinheiro. Fizemos uma parceria com o Ibope que fez a medição do canal da TV Aparecida na cidade de São Paulo no ano de 2009 e foi muito útil. Nesse período pudemos nos ver como uma emissora como qualquer outra, dentro dos critérios do Ibope, que é focado em televisão aberta, comercial, que tem várias ferramentas que atendem a esse mercado. E esse período foi importante para que enxergássemos como é a televisão nesse contexto comercial, que não é o nosso caso específico. Precisávamos ter esse conhecimento. A gente se surpreendeu, pois vimos que a missa de Aparecida na TV Aparecida é a principal audiência de alguns dos nossos parceiros, mas na TV Aparecida em si nós temos um programa que tem mais audiência que a missa na TV Aparecida. Mas se pegarmos a audiência da missa em si, somando com o que ela tem nos outros canais ela é a maior audiência, pela tradição que tem no Brasil. Como as pessoas têm a oportunidade de ver a missa da TV Aparecida em outros canais, o diferencial da nossa TV não é a missa.

Uma coisa é regra, isso a gente pôde perceber também: para se ter uma boa medição de audiência é necessário ter presença na casa do telespectador. Esse é o primeiro ponto. Ou seja, o seu canal tem que pegar bem na televisão do telespectador. Caso o seu canal esteja chiando e o seu concorrente esteja com a imagem nítida, o telespectador vai ficar no seu concorrente, porque no momento em que ele está com o controle remoto selecionando o que vai assistir, ele está selecionando qualidade. Então, pegar bem é um diferencial de qualidade na casa do telespectador. Cumprida essa etapa é necessário ter o que dizer, ter um bom argumento de conteúdo. Aí entra o diferencial de ter abertura para contratar os talentos adequados, as pessoas que vão saber fazer televisão e saber se comunicar com o seu público para cativá-lo e tê-lo junto à emissora, criar essa rotina. O terceiro elemento, que vai viabilizar a presença e o conteúdo é uma segurança financeira, é algo que sustente o seu negócio. Tem que existir algum modelo de financiamento, um modelo de negócio que sustente aquilo no ar. Então é esse tripé.

**11. Você acredita que um modelo de TV via internet pode dar certo? Caso acredite, por favor, justifique. Se não, quais seriam as limitações?**

A TV dá certo em qualquer lugar. Vamos imaginar o que é televisão. Pela etimologia, “tele” “visão” é ver a distância. Diz respeito ao pacto que se tem com quem está te vendo do outro lado. É como se eu estivesse olhando a distância. A “televisão” funciona em qualquer meio, mas é preciso ter um motivo para fazer com que as pessoas estejam em comunhão com aquilo que está sendo dito. Conteúdo audiovisual é diferente de televisão, pois é o vídeo em si e pode estar disponível na internet, na televisão, e esse, sim, tem sucesso e pode ser visto independentemente da época em que foi produzido. Normalmente os vídeos da internet são de conteúdo frio, que faz sentido se eu vir daqui a uma semana ou daqui a dois meses. Agora, os

conteúdos de televisão que são genuinamente de televisão são aqueles que fazem as pessoas se mobilizarem para ver naquele momento. Um telejornal, por exemplo, só tem graça de ver no momento em que ele está sendo exibido. O meio não é a questão. A questão é como dizer. A televisão pode estar na internet e os vídeos que já existiam nela estão na internet também.

**12. Como a grade pode ser redistribuída e repensada com base nas novas tecnologias? Em sua opinião, é preciso fazer uma readaptação do modelo tradicional?**

A grade sempre vai existir. As tecnologias são adicionais à grade, são novas possibilidades de interação com aquele conteúdo, que extrapola o tempo do audiovisual. Ou seja, eu continuo com a grade da televisão – o conteúdo baseado no tempo –, ou com a prateleira da internet – conteúdo audiovisual baseado no espaço – e ofereço com as novas tecnologias de um ou de outro, TVD ou web 2.0, a possibilidade de interação sobre esses conteúdos. Essa interação é que vai possibilitar experiências significativas e fazer com que as pessoas tenham experiências mais profundas, mais significativas, que possam compartilhar, inclusive. As ferramentas interativas, tanto da TVD, quanto da internet, expandem o relacionamento do telespectador, do usuário, do interagente, com aquela ideia, com aquele conteúdo de televisão. Ele tem oportunidade de buscar mais informação sobre aquilo, de se aprofundar, de convidar pessoas para participar daquele evento audiovisual, de transformar aquele evento e devolver em forma de conteúdo no processo, criar novos vídeos com base na experiência que teve. Ou seja, ele é um ator, um participante do processo.

**13. Que mídia você acredita ser revolucionária dentro do que é permitido pela convergência tecnológica?**

Isso é um perigo. A cada dia a gente tem uma tecnologia que chega prometendo ser a última palavra em tecnologia de comunicação. Eu acho que a única mídia revolucionária que sempre existiu e que vai existir, que perpassa qualquer modelo de convergência e é capaz de se adaptar a qualquer situação e transformar a comunicação em qualquer instância em que ela esteja, tecnológica ou não, é a criatividade humana, a capacidade humana de se adaptar a situações. As tecnologias existem para facilitar a comunicação, que por sua vez existe para facilitar o relacionamento entre pessoas, para fazer com que você pense coletivamente e crie contextos nos quais viva melhor neles. Nós somos seres que queremos nos comunicar uns com os outros, as mídias só são ferramentas para isso, e quando se inventa uma mídia que é mais fácil de usar, é uma forma de favorecer o lado prático de ferramentas para a comunicação. Quando se tem uma mídia que tem possibilidade de falar, se favorece o anseio em se comunicar. Então, independentemente de a televisão ser como é – uma mídia que fala para muitos –, ou de a internet ser como é – uma ferramenta de muitos para muitos –, isso só vai funcionar se as pessoas estiverem querendo utilizá-las. Para querer utilizá-las elas têm de ser úteis, fáceis do ponto de vista da usabilidade, coerentes e convenientes a esse nosso interesse pela comunicação. Do ponto de vista técnico não importa, vamos estar sempre sendo surpreendidos com ferramentas que querem facilitar a nossa vida para a comunicação. Temos aí o iPAd chegando, vendendo um a cada três segundos e todo mundo adorando, porque tem uma usabilidade muito boa,

permite a comunicação de forma mais intuitiva. Logo chegará um aprimoramento, outros e outros. Eu não apontaria o dedo para uma tecnologia específica, mesmo porque a tecnologia nada mais é do que a capacidade humana de criar e contextualizar ferramentas.

#### **14. Qual o potencial de integração da TV com as novas mídias sociais?**

Total. Elas já estão integradas nas redes sociais, sempre estiveram. O que era a fofoca, o bate-papo na janela, em cima do muro? O que é a novela hoje? Você viu o que passou ontem no *Jornal Nacional*? Isso é mídia social. O boca-a-boca é social. O que a gente chama de mídia social hoje nada mais é que a emancipação tecnológica que facilita a disseminação de coisas das quais as pessoas gostam. Eu gostei de uma coisa e falo para que as pessoas fiquem sabendo daquilo e a coisa vai tomando dimensão. Por que a televisão tem facilidade nisso? Porque as pessoas querem falar daquilo que vale a pena ser dito. Por exemplo, eu só vou propagar algo se eu gostei e gosto. Televisão é feita por talentos, e pessoas talentosas têm o que dizer. Se elas têm o que dizer, vão causar repercussão, e se há uma ferramenta propícia para causar repercussão, ela vai precisar tirar proveito de quem tem o que dizer. A televisão sempre vai ter o que dizer.



Fernando Leonardo Matheus é graduado em História e radialista desde 1984. Iniciou a carreira na Rádio MEC, do Rio de Janeiro, como assistente de produção. Transferiu-se para a TVE em 1987 com o cargo de coordenador de programação. Trabalhou na Empresa de Multimeios do Rio de Janeiro (MULTIRIO), no Instituto Embratel, na TV Bandeirantes (RJ) e na TV Universitária. Foi gerente de Produção da TVE (RJ) de março a julho de 1998, quando assumiu a gerência de programação da emissora, até 2007. Posteriormente, foi designado diretor de Programação da TVJB. Desde agosto de 2008 é coordenador de programação e mídias digitais (celular e multicultura) da Univesp TV.

## 1. Qual a diferença entre montar uma grade de programação na TV analógica e na digital?

Hoje em dia a mentalidade ainda é de montar as grades como se faz com grade analógica. Primeiro passo, que é natural e no mundo inteiro aconteceu isso, as emissoras mantinham as suas grades de TV analógica, aquela grade sequencial, aquela grade padrão ou de programas por faixa, que são horizontais, ou de programas semanais, na qual a programação vai crescendo verticalmente até chegar num horário nobre. Hoje as emissoras ainda trabalham com horário nobre, por exemplo, não tem como descartar porque hoje a mentalidade ainda é isso. Se tiver 2% da população com TV digital e com capacidade de gravar sua programação e montar sua própria grade é muito. A grade de TV digital é o espectador ser o dono da sua programação. Eu quero assistir o jornal às 17 h da tarde, ver o jornal às 23 h, meus filhos querem ver o desenho às 20 h. O Brasil optou pela pressão das emissoras de priorizar o Full HD, a qualidade em detrimento de multiprogramação. A TV Cultura, não, ela usa multiprogramação. A tendência é a TV poder fazer tudo por internet. A integração de todas as plataformas é a tendência no mundo inteiro. Outro dia um amigo estava jogando um Play Station 3, que reproduz DVD, música, acessa a internet e ainda joga. Só não tem a televisão, porque é o próprio veículo que ele usa para jogar. A tendência é o controle remoto da televisão jogando, comprando, navegando.

## 2. Você acha que o modelo tradicional de grade de programação funciona?

Não só funciona, como funcionou com a Globo e funciona ainda hoje. A Record, por exemplo, é uma rede nova que está fazendo a mesma coisa e se espelhou exatamente nesse projeto inicial de Walter Clark, de 40 anos atrás, e está funcionando, roubando audiência. Já tirou o segundo lugar do SBT. A Globo era o quê? Faixa de novela. A Globo era infantil, jornal, filme, novela, jornal, novela (época), jornal, novela água-com-açúcar, jornal mais pesado de *hard news* e uma novela (romance), e depois filme... programas. Esse sistema de programação funcionava e funciona aqui no Brasil, todo mundo quer fazer igualzinho. Nos EUA, acho que em dezembro de 2009, foram 32 milhões de acessos de vídeos no Youtube. Ou seja, a audiência infantil de TV diminui e aumentou o acesso a vídeos na internet sob demanda. A internet é que vai gerar essa mudança na TV. Não é a integração das plataformas, mas a internet que vai ser a propulsora da TV digital,

como a gente espera que seja um dia, com essa liberdade de você montar sua programação. Hoje em dia ter um set top box, uma net digital, SkyHD ou Net digital é caríssimo. Pouca gente pode ter isso. A internet, como é mais barata, mais fácil, tem *lan houses*, boa parte da população tem internet em casa. Minha filha, por exemplo, tem toda a série do *Lost*, toda a série de desenhos que ela gosta, que vê na internet, quando não pode baixar, ela assiste na TV, vai lá a hora que ela quiser e assiste. Ou seja, isso vai passar para a TV em breve, mas quando a gente tiver condição de ter aparelhos de TV com qualidade, baratos. Conversor ainda está muito caro. Por enquanto você só assiste à TV, não a manipula, só muda de canal. Você a transporta para o PC, só isso.

### **3. Quais são as prioridades da Univesp na hora de montar a grade?**

Temos educação por TV no Brasil desde o projeto Minerva, Mobral, que era uma ilusão do Roquette-Pinto, do Gilson Amado. O Gilson Amado, quando ele colocou a TV no ar, ele dizia que a grande questão era a educação. Então ele montou a Fundação Roquette-Pinto para dar apoio à educação, já que a TV era um instrumento de veiculação de qualquer ideia para uma grande quantidade de gente. De lá para cá não se mudou quase nada. O Governo Federal tem a TV Escola, um projeto parecido com os do Gilson Amado. É a primeira TV a colocar telepostos espalhados no Brasil inteiro. Com a participação ao vivo de educadores, pensadores da educação para falar com telepostos no Maranhão, em Porto Alegre ou no Amazonas. O que estamos fazendo aqui é aproveitando a oportunidade da TV digital. Se não fosse isso a gente não teria um canal, porque o Estado de São Paulo não tem outro canal para colocar em TV aberta. E essa vinculação tem como projeto o primeiro curso semipresencial de Pedagogia. Há uma equipe de pessoas trabalhando, não nas salas de aula, mas para dar suporte de conteúdos a polos espalhados pelo Estado, que são as salas de aula. Nós seguimos um calendário da Secretaria de Educação para trabalharmos exatamente com o mesmo calendário dos professores. Temos aulas segundas e quintas, às 8 h da noite. Tentamos atingir todo o Estado de São Paulo, interagindo com esses professores.

### **4. Qual a diferença de uma grade de TV Educativa para uma grade de TV Comercial?**

Basicamente o conteúdo. Aqui, por exemplo, a gente tem programas síncronos com o conteúdo das aulas que os alunos estão estudando. A gente trabalha o dia ou semana de acordo com o que os alunos estão tendo nos polos. Quem determina é a Secretaria de Ensino Superior e a diretoria da Univesp TV, que discutem os temas e os conteúdos. O que não é produzido por nós, é comprado no mercado de acordo com o assunto de interesse, que será tocado na semana. Como o calendário é anual, a gente pode fazer um trabalho de longo prazo. A Univesp TV foi ao ar em agosto de 2009 em fase experimental, e por isso a gente não tem medição de audiência. Mas acredito que os institutos vão começar a se preocupar com isso, porque tem muita TV que era UHF e que hoje está sendo vista por conta da TV digital. Está todo mundo trafegando no mesmo sinal. Com um *pendrive* de 100 reais ou um conversor de 400 reais você vai poder assistir à mesma programação. Então eu acho que com a função da Univesp na TV digital daqui para o final do ano vão poder aparecer os primeiros resultados. Eu trabalhei muitos anos na TV Escola, e lá eles fazem essa medição e é muito positivo. Lá tem um programa chamado “Salto

para o Futuro”, que é o precursor da interatividade entre o teleposto e a central, onde você conecta os intelectuais que vão debater sobre o assunto com o pessoal que está no Maranhão, que dificilmente teria acesso a um superespecialista.

### **5. Como é trabalhada a grade da Univesp TV?**

Nós temos o horário da noite, que vai de acordo com o calendário da Secretaria. Trabalhamos com uma grade que começa às 8 h da manhã, com 4 horas de programação. E essa grade vai no *looping*, acaba entre meio-dia e meia, uma hora, aí volta para o primeiro programa e vai até às 11 h da noite. Nós temos interprogramas, campanhas de utilidade pública, chamadas da programação, programas sobre literatura, documentários, programetes que ensinam como sintonizar o canal, para divulgação do nome da Univesp. Bem como noticiário diário para assuntos voltados para a educação, de até 7 minutos, sobre assuntos do dia ou da semana. Quando é um documentário sobre um tema relevante, convidamos um especialista para falar sobre o assunto relativo à programação do dia. Às 20 h temos um programa que é transmitido aos polos, exclusivamente para as aulas. Às segundas e às quintas, os alunos assistem às aulas presencialmente, com o professor. Todo mundo que ligar a TV na Univesp TV vai poder assistir, mas só vale como graduação para quem está no polo, se inscreveu e passou pela seleção do vestibular.

### **6. No setor da programação da Univesp TV, quais são os profissionais envolvidos e suas funções?**

Hoje a Univesp trabalha com poucas pessoas, pois temos apenas 4 horas de programação inédita diariamente. Eu, que preparo e elaboro, junto com a equipe gestora, a grade de programação; um roteirista, que prepara a mídia e a montagem dos blocos para exibição; e 3 operadores de controle-mestre. Um total de 5 pessoas.

### **7. Como a grade de uma TV é redistribuída quando há situações de programas ao vivo, gravados e quando há plantões? O que é priorizado?**

A grade da Univesp não é tão dinâmica, portanto essas situações não foram experimentadas aqui. Isso tudo depende do foco da emissora. Se a atuação for *hardnews*, é provável que a estrutura esteja preparada para eventuais plantões. A programação ao vivo oferece mais riscos, mas é mais barata de produzir e muito mais eficaz, principalmente se tiver a participação externa (*link*, internet ou outro tipo de interatividade). O segredo de uma grade de sucesso é a estabilidade nos horários, planejamento para se criar uma estratégia de divulgação eficiente e bons produtos.

### **8. Como se dá a distribuição dos conteúdos e o controle do tempo?**

Uma grade de programação não se faz sem pesquisa de campo. Normalmente a distribuição dos conteúdos é feita por meio de consulta pública e o controle do tempo é operacional, seguindo regras básicas e boa dose de bom-senso.

### **9. Existe algum *software* responsável pela liberação automática dos vídeos?**

Hoje tudo é *software* em televisão. No Brasil, algumas empresas, como 4S e FLORIPA, atendem à demanda de boa parte das emissoras. Essas empresas desenvolvem exibidores nos quais os conteúdos são digitalizados para um servidor e através de uma *playlist* são exibidos de forma sequencial por várias horas, sem que seja necessária a intervenção humana.

**10. Gostaríamos que relatasse a importância de se ter uma grade bem projetada para o sucesso de uma rede. O que isso pode pesar em termos financeiros?**

Uma grade de sucesso tem estabilidade nos horários, planejamento para se criar uma estratégia de divulgação eficiente e bons produtos. Isso é apenas uma fórmula para se ter sucesso de audiência, mas a autonomia financeira dá-se em dois departamentos: administração e comercial.

**11. O que mais pesa hoje para se ter uma boa avaliação no Ibope?**

Quando a novela das 8 apresenta índice inferior a 55 pontos é um desastre. O CQC, por exemplo, quando atinge 10 pontos é um sucesso. As TVs públicas mal chegam a marcar 2 pontos. Os institutos de pesquisa de audiência são indicadores quantitativos, isso significa que quanto mais gente assistindo minha programação mais fácil vai ser “vender” meus bons e maus produtos para patrocinadores. Mas, em minha opinião, o principal fator de bom índice de audiência é a qualidade do sinal que chega às residências.

**12. Você acredita que um modelo de TV via internet pode dar certo? Caso acredite, por favor, justifique. Se não, quais seriam as limitações?**

Esse modelo, certamente, não é o mesmo modelo de televisão tradicional. A digitalização do sistema de transmissão e recepção vai modificar a forma de se “ver” TV, mas por enquanto não é interessante comercialmente um canal ou rede de TV somente na internet. Um canal que funciona exclusivamente na internet é o Uol TV. Sua programação é de programas ao vivo e *clips* musicais, ou seja, bem barata. A prioridade comercial não é de peças de 30 segundos vendidas para grandes patrocinadores, e sim a mesma metodologia comercial de sítios na internet – venda de *banners*. A medição de audiência (ou acessos) é fator determinante para o faturamento. Ela dá certo, mas jamais vai chegar perto do sucesso comercial de uma TV aberta. Fatura pouco mas gasta muito pouco.

**Professor questiona avanços divulgados pelo Ideb<sup>98</sup>**

Escrito por Deisy Fernanda Feitosa

---

<sup>98</sup> Portal Edutec. Disponível em:

[http://www.edutec.unesp.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=203:educador-questiona-avancos-divulgados-pelo-ideb&catid=1:portal&Itemid=125](http://www.edutec.unesp.br/index.php?option=com_content&view=article&id=203:educador-questiona-avancos-divulgados-pelo-ideb&catid=1:portal&Itemid=125) Acesso em : 12 de agosto de 2010

Seg., 9 de agosto de 2010 13:42

O Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) foi criado em 2005 e é considerado hoje o referencial do Ensino Básico Fundamental e Médio do Brasil. É calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho em avaliações. A intenção é estabelecer metas bienais de qualidade para que o Brasil atinja o patamar educacional da média dos países da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), que são os mais industrializados da economia do mercado. Em julho deste ano, o MEC (Ministério da Educação) divulgou os resultados finais do Ideb 2009, que considerou positivos. O fato tem gerado polêmica, pois educadores questionam a eficácia do índice.

Entrevistamos o professor Juvenal Zanchetta Júnior, licenciado em Letras e doutor em Educação, para avaliar os resultados. Ele atua na **Unesp**, no Departamento de Educação da Faculdade de Ciências e Letras de Assis e no curso semipresencial de Pedagogia no âmbito da Univesp. Na oportunidade, Zanchetta Jr. traçou comparativos entre o Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Alunos)\* e o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), criticou fragmentos da LDB (Lei de Diretrizes e Bases) e defendeu um ensino humanizado, cuja proposta possa ir além de preparar os jovens para o mercado profissional.

### **1. Professor, o senhor consegue observar, de fato, uma melhoria expressiva com os índices do Ideb?**

Não acredito que isso esteja acontecendo, ao menos não desse modo, pois, usando a velha máxima da área econômica, os números, torturados, confessam qualquer coisa. Logo depois da publicação dos índices, especialistas levantaram diversos componentes que escancaram a complexidade do problema. Um deles é tomar como parte do indicador o desempenho em termos de aprovação dos alunos: os cenários educacionais são diferentes de escola para escola, o que dirá de município para município, de estado para estado. Entre os fatores problemáticos, outro, bastante simples, permite vislumbrar a distância entre o Pisa\*, a prova de referência, e os indicadores brasileiros. Na prova de leitura do Pisa, realizada por alunos de 15 anos (idade equivalente ao início do ensino médio, no Brasil), há textos com mais de 110 linhas, enquanto que o Enem, realizado depois do ensino médio, cobra a leitura de textos que não costumam ir além de 30 linhas, como fazem os vestibulares das universidades públicas brasileiras. Por outro lado, esse exercício pode não incidir de imediato na qualidade da escola, mas aperfeiçoa-se o próprio indicador, à medida que os números vão sendo testados e confrontados com propostas locais de avaliação. É preciso chegar a uma equação que permita acompanhar a diversidade do conjunto da educação no país, para orientação das políticas públicas. Mas estamos ainda no estágio do *ranking*, que serve, basicamente, para a mídia e para a propaganda das escolas mais bem situadas, num determinado momento. Um dos municípios mais bem pontuados em edição anterior do Ideb foi Barra do Chapéu. Em 2010, esse município voltou para o limbo. O que aconteceu? O trabalho feito lá perdeu força ou o resultado anterior foi mera coincidência?

**2. O que falta, de fato, para que o Brasil possa atingir uma**

### **educação de excelência?**

A resposta a esta questão depende do ponto de vista que se pretende abordar. Em duas décadas, a educação fundamental foi universalizada e, no ensino médio, o número de alunos mais que dobrou. Os problemas estruturais ficaram, então, mais pronunciados, como o investimento reduzido de recursos por aluno da escola básica e os precários critérios para a formação dos professores. Mas outros problemas são evidentes, como o fato de a educação não fazer parte do horizonte de preocupações maiores da sociedade brasileira. Anos atrás, quando os resultados do Pisa mostraram queda no desempenho de leitura entre os alunos alemães, o tema provocou comoção no país e entrou para a agenda da mídia e da sociedade alemã. Desde o início desta década, os indicadores do Pisa mostram considerável desnível entre os estudantes brasileiros em relação à maioria dos países avaliados, mas o assunto ganhou repercussão apenas na agenda de parte da mídia, e de maneira localizada. Ainda sob outro ângulo, entre os professores brasileiros, a principal função da educação é formar cidadãos críticos. Mas como precisar o que é uma formação nesses moldes? A concepção muda de um professor para o outro. Isso não é apenas consenso entre professores, mas sim um princípio básico da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Por outro lado, a LDB não explicita que o ensino de conhecimentos específicos é prioridade da escola. Tal papel aparecia na LDB de 1961, mas está diluído na lei atual.

### **3. Como fazer para diminuir a disparidade nas regiões brasileiras, no tocante à educação?**

Primeiramente, definir quais são as prioridades da educação nacional, em diversos níveis. Uma delas, essencial, é estabelecer quais as prioridades de conhecimento: a leitura funcional, a leitura mediana, para testes com alguma complexidade, ou a leitura literária, cujo potencial para o desenvolvimento cognitivo e social é muito maior? O domínio raso, básico ou aprofundado de habilidades matemáticas? E daí por diante. As competências e as habilidades propostas para o Enem, por exemplo, são abstratas, questionadas até mesmo por aqueles que, nos anos 1990, ajudaram a consolidá-las no ideário da política nacional para a educação. São necessários critérios avaliativos gerais comuns, mas somados a investimentos maiores na área da educação. Além de discretos (basta lembrar que o custo do aluno universitário ainda é seis vezes maior do que o custo do aluno da escola básica), os recursos destinados à educação são constantemente contingenciados. É preciso ainda observar como são gastos os recursos disponíveis, no âmbito das secretarias estaduais e municipais de educação. O desperdício nessa área é histórico: cada governo que entra, redescobre a roda, abandona o que foi feito e começa novos projetos. A política do livro didático, que consome até hoje enorme fatia de recursos, foi secundarizada já faz algum tempo por alternativas de formação continuada de professores, pontuais e isoladas. Nos dias de hoje, livro didático e mesmo a formação continuada vêm sendo substituídos ou diminuídos, por muitos governos estaduais e municipais, por “sistemas de ensino”, ou seja, ensino apostilado.

### **4. O senhor acredita que o Brasil chegará no nível 6 dos países da OCDE?**

Países como a Finlândia e a Coreia do Sul, sempre entre os primeiros colocados nas avaliações internacionais, contam com características comuns. Duas delas, fartamente divulgadas, são o investimento na qualidade da escola (por meio de aumento de recursos destinados à educação) e da formação dos professores, valorizando-se a profissão de diferentes maneiras, seja por meio de salário, de condições de trabalho ou critérios para seleção. Outra característica, menos comentada, é o traço instrumental. Desde as primeiras séries, prioriza-se o ensino de línguas estrangeiras, sobretudo o inglês, como forma de inserção desses países no mundo globalizado. A situação brasileira está bastante distante desse universo, não porque a educação por aqui não é feita em inglês, mas simplesmente porque a transmissão de conhecimento específico é questão menor no ideário da escola, como já dissemos antes. A LDB aponta essa questão de maneira discreta e os cursos de licenciatura, por exemplo, são tratados como cursos de segunda linha. E, finalmente, as estruturas educacionais daqueles países são muito menores e menos heterogêneas, permitindo o desenvolvimento de política articulada não só de longo prazo, mas também de curto prazo, para atender às mudanças cada vez mais rápidas percebidas na sociedade e no conhecimento científico.

#### **5. Que outras políticas sociais devem ser alinhadas à educação para que seja possível chegar aos resultados esperados?**

A escola e a educação precisam oferecer alternativas para a vida concreta das pessoas. Alternativas culturais, esportivas e educativas devem ser incentivadas como política de Estado e não como ação localizada de um ou outro governo ou organismo. Tais ações devem ser repercutidas pela mídia. Canais de televisão e de rádio são concessões públicas, devendo, portanto, ser tomados como agentes de fomento de iniciativas públicas. Isso não é caridade, é obrigação. Mas as ações têm de acontecer. No entanto, o descaso é histórico. O país nunca teve política concreta para os jovens e nem sequer vontade política para isso. Em termos de escola, os cursos tecnológicos de nível superior, por exemplo, estabelecem uma espécie de ponte entre a escola básica e o mundo do trabalho. O desenvolvimento dessa proposta é recente no país, ao menos na amplitude que se vê nos dias de hoje. Um dos desafios, porém, é fazer com que a escola consiga mostrar essa possibilidade aos jovens concluintes do ensino médio. O desafio imediato da escola e dos agentes públicos, incluída a mídia, é convencer os jovens de que estudar é importante para suas vidas, não apenas para uma carreira profissional, mas também para compreendermos o mundo em que vivemos. Hoje, situação comum é aquela em que os alunos se sentem inibidos de aprender, na sala de aula, pois parte do grupo os ridiculariza (são os chamados *nerds*), por exemplo. Uns não veem sentido no que lhes é mostrado; outros sentem-se envergonhados por achar algum sentido no estudo.

#### **6. Em sua opinião, a pobreza, a violência e a fome do Brasil estão ligadas à falta de acesso a uma educação de qualidade?**

No início desta década, depois do bárbaro assassinato de um casal de adolescentes no município de Embu (SP), por um grupo supostamente liderado por um jovem, pesquisas mostravam que a grande maioria das pessoas era favorável à redução da idade penal. Na mesma época, a Secretaria de Segurança Pública do Estado de

São Paulo divulgou estudo que mostrava que adolescentes eram responsáveis por apenas 1% dos homicídios e por menos de 4% do total de crimes praticados no Estado. Essa história mostra, em parte, o preconceito existente na relação entre juventude e violência. Se essa relação fosse direta e imediata, a situação brasileira seria caótica. Mas isso de maneira nenhuma é assim, ainda que os índices de desocupação entre os jovens, sobretudo nas grandes capitais, seja vergonhoso, ultrapassando fácil a casa dos 50%. Os jovens acabam por ter de construir seu futuro sozinhos, por sua conta e risco. Quanto à questão da fome, a ideia de que a situação econômica do País melhorou acaba por obscurecer outro problema histórico: boa parte dos estudantes faz na escola uma das principais refeições do dia. É possível ter educação de qualidade num cenário como esse? Talvez sim, mas o Plano Decenal de Educação para Todos (1993 a 2003), a Década da Educação (1997 a 2007), o Plano Nacional de Educação (2001 a 2010) e o Plano de Desenvolvimento da Educação, iniciado há pouco e voltado ao universo dos próximos 15 anos, podem ser vistos como cartas de intenção ou como discursos cada vez mais elaborados, cada vez mais mensuráveis, mas seus benefícios seguem parciais, como uma espécie de exercício de malabarismo, ao buscar melhorar a educação sem enfrentar a escandalosa distribuição de renda vista no país.

\* O Pisa é uma avaliação internacional que mede o nível educacional de jovens de 15 anos por meio de provas de Leitura, Matemática e Ciências. O exame é realizado a cada três anos pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

### **Projeto exige nível superior a todos os professores<sup>99</sup>**

---

<sup>99</sup> Portal Edutec. Disponível em [http://www.edutec.unesp.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=147:nivel-superior-agora-e-obrigatorio-na-educacao-basica&catid=1:portal&Itemid=125](http://www.edutec.unesp.br/index.php?option=com_content&view=article&id=147:nivel-superior-agora-e-obrigatorio-na-educacao-basica&catid=1:portal&Itemid=125)

Um projeto de lei aprovado na primeira semana de julho convoca a todos os professores a ter nível superior, inclusive os integrados à rede pública de ensino. A intenção é melhorar a qualidade da educação no Brasil. Os professores da educação básica teriam seis anos para finalizar a formação exigida. A matéria será enviada para análise em plenário e caso seja aprovada, segue para a sanção do presidente. O texto altera a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que não obriga a graduação para esse fim. A relatora do projeto, Fátima Cleide (PT-RO), informou que o Ministério da Educação sugeriu algumas modificações, tais como: exigência de nota mínima no Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) e oferta de bolsa de iniciação à docência para universitários de cursos de licenciatura.

A fim de entender e analisar melhor a proposta, o portal Edutec fez uma entrevista com o professor João Cardoso Palma Filho, expertise em Política Educacional. Ele é graduado em História Natural, Pedagogia e Direito e doutor em Educação. Atualmente, é professor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e membro do Conselho Estadual de Educação. Segundo o professor Palma, além de uma boa formação, outros quesitos devem ser levados em consideração, tais quais: ambiente cultural familiar e valorização da atividade docente por parte da sociedade e da mídia.

Escrito por Deisy Fernanda Feitosa Seg., 19 de julho de 2010 15:51

### **1. De acordo com o cenário educativo brasileiro, aprovar uma lei como essa representa dar um salto de qualidade no ensino?**

Não necessariamente, pois a exigência já existe, conforme estabelece o artigo 62, combinado com o § 4º do artigo 87. Desde o ano de 1987 os professores sem curso superior vêm se habilitando nesse nível de ensino. No Estado de São Paulo, por exemplo, a quase totalidade dos professores em exercício nas séries iniciais do ensino fundamental (1ª a 5ª) já possui a licenciatura em Pedagogia ou do Curso Normal Superior, e nem por isso os resultados das avaliações feitas junto aos estudantes dessas séries têm se mostrado satisfatórios. No meu entender, o projeto apresentado visa apenas dar mais seis anos de prazo para aqueles que ainda não possuem habilitação em nível superior, pois, de acordo com a LDB em vigor, a partir do ano de 2007 já não poderiam mais atuar na educação básica. E essa ainda é uma realidade em muitas regiões do Brasil, principalmente nas cidades mais afastadas dos grandes municípios e também em escolas situadas na zona rural.

### **2. O que determina um ensino-aprendizagem de qualidade?**

São muitos os fatores que contribuem para um ensino-aprendizagem de qualidade na educação básica, dentre eles, obviamente, destaca-se a formação com qualidade dos docentes que irão atuar nesse nível de ensino. Mas, não é apenas a boa formação, também atuam outras variáveis, como: ambiente cultural familiar; valorização da atividade docente por parte da sociedade e da mídia, coisa que não vem acontecendo; o tamanho das escolas e sua localização; corpo docente motivado; presença de direção, que atua também no campo pedagógico e está sempre presente; e por último, mas não menos importante, destaco a necessidade de uma política de valorização salarial do magistério, consubstanciada em um plano

de carreira que de fato estimule os jovens a procurarem os cursos de licenciatura, que atualmente estão se esvaziando.

**3. A oferta do ensino superior seria uma saída governamental para ajudar no cumprimento dessa lei, ou essa teria que ser uma responsabilidade do próprio educador?**

Desde a promulgação da LDB atual (20.12.1996) o Poder Público vem tomando iniciativa para oferecer oportunidades aos docentes que ainda não estão habilitados em nível superior. No Estado de São Paulo, já no início da década atual, o Governo do Estado de São Paulo fez convênios com as universidades públicas para a realização de cursos de licenciatura para os docentes ainda não habilitados legalmente. A **Unesp**, por exemplo, por meio da Pró-Reitoria de Graduação já participou de três iniciativas desse tipo; estou me referindo ao PEC-Formação Universitária, ao Pedagogia Cidadã e ao atual Curso de Pedagogia **Unesp/Univesp**. Se considerarmos também a participação da Universidade de São Paulo, da Unicamp e da PUC de São Paulo, já foram habilitados mais de 20 mil docentes a partir do ano de 2001. Claro que os professores também podem tomar iniciativa por conta própria e se valer de oportunidades que são oferecidas em Instituições de Ensino Superior privadas, valendo-se do ProUni, por exemplo. Também o MEC vem oferecendo em convênio com as Universidades Públicas Estaduais e Municipais e Comunitárias cursos de formação superior, por meio de inscrição do interessado na Plataforma Paulo Freire do Ministério da Educação. Só no Estado de São Paulo e considerando todos os tipos de licenciaturas já há mais de 30 mil inscrições, também para uma segunda licenciatura, projeto do qual a **Unesp** também participa.

**4. O senhor acredita no ensino básico da rede pública? Se não, quais as saídas para um avanço na qualidade? Se sim, o que o motiva?**

Claro que eu acredito, aliás, desde o primeiro dia comecei a lecionar na rede pública (1968). Todo o meu trabalho, que inclui pesquisa, docência e extensão, tem-se voltado para a formação de professores para a escola pública. O que me motiva é o fato de que entendo que educação e saúde são tarefas prioritárias do Poder Público; como já disseram os Pioneiros pela Educação Nova, “a educação é uma função social e deve ser laica, gratuita e obrigatória”. Infelizmente, só agora estamos conseguindo universalizar o ensino fundamental e não toda a educação básica. Falta muito ainda para atingirmos a universalização com qualidade, portanto, muitos são os desafios que a Nação Brasileira tem que enfrentar, e acredito que venceremos.

**5. Exigir o nível superior também implica valorizar mais o ordenado do professor?**

Claro que sim, inclusive para atrair alunos talentosos que estão no ensino médio. Vivemos numa sociedade capitalista e, portanto, todo jovem se interessa em saber quais são os salários iniciais e finais das diferentes atividades profissionais.

**6. Que políticas poderiam ser elaboradas no sentido de incentivar a formação superior do professor?**

Incentivos materiais e não materiais, ou seja, oferecer razoáveis condições de trabalho e plano de carreira que efetivamente valorize a atividade docente (estímulos materiais). E valorização por parte da sociedade e da mídia, que atualmente só destaca artistas de televisão (novelas) e jogadores de futebol (estímulos não materiais).

**7. Ter professores com ensino superior significa atingir uma educação próxima àquela oferecida por países desenvolvidos?**

Não necessariamente. É preciso repensar o processo de seleção de professores para a educação básica e conferir certa estabilidade para o professor na carreira do magistério.

**8. Pode-se notar pelos índices que existe muita disparidade, se a análise for realizada por regiões brasileiras. Qual a melhor saída para formar professores habitantes de lugares mais inacessíveis e pobres do Brasil?**

Do meu ponto de vista, a saída é diminuir as disparidades econômicas e sociais entre as diferentes regiões do Brasil. A concentração da riqueza material na Região Sudeste não contribui para o desenvolvimento econômico e social das outras regiões do País.

**9. Recentemente foram divulgados dados do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) sobre a educação no Brasil, comprovando matematicamente que o Brasil tem conseguido avanços no ensino. Eles são a prova de que o Brasil está atingindo uma educação realmente satisfatória?**

Os avanços são ainda muito tímidos, pois não recuperamos a posição que tínhamos no ano de 1995, de acordo com a avaliação feita pelo Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica). De qualquer forma, conseguiu-se reverter a queda que vinha acontecendo desde esse ano e que começou a se estabilizar por volta do ano de 2005. Considero também que as expectativas de resultado de ensino-aprendizagem apresentadas pelo Ideb são muito baixas. Não é possível esperar até o ano de 2021 para atingirmos o nível dos países mais desenvolvidos.

**10. Como o senhor avalia o texto da LDB? Faria alguma inserção ou alteração?**

Eu considero o capítulo da LDB que trata da formação dos profissionais da educação muito mal escrito, confuso mesmo, e por isso tem gerado muitas interpretações em alguns de seus aspectos. Penso também que avançou muito pouco no capítulo destinado ao ensino superior e também no que diz respeito à utilização de tecnologias de comunicação e informação para a formação dos recursos humanos que a sociedade brasileira necessita. No que diz respeito ao ensino superior, a LDB é bastante conservadora, praticamente manteve a estrutura herdada do regime militar (Lei 5.540/68).

**ANEXO III- MODELO DE QUESTIONÁRIO**

**Questionário A3TV**

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

( ) Solteiro ( ) Casado

Email: \_\_\_\_\_

Telefones \_\_\_\_\_

Função no projeto: \_\_\_\_\_

Nível de formação: \_\_\_\_\_

Cursos de pós-graduação: \_\_\_\_\_

#### 1 - Conectividade

- 56 kbp/s à 256 kbp/s
- 256 kbp/s à 1 mbp/s
- > 1 mbp/s

#### 2 - Qual o nível de importância da ferramenta A3TV, no contexto de convergência tecnológica entre a televisão e a Internet?

- Muito importante
- Intermediário
- Regular
- Nenhum

#### 3 - Qual o grau de inovação da ferramenta frente às novas mídias sociais/digitais existentes?

- Alto
- Intermediário
- Baixo
- Nulo

#### 4 - A ferramenta tem funcionalidades capazes de incentivar o potencial dos usuários produtores de conteúdo?

- Sim, muitas
- Sim, poucas

- Não possui

5 - O que você achou do layout da ferramenta?

- Excelente
- Bom
- Razoável
- Ruim
- Péssimo

6 - Você achou fácil criar um canal através da ferramenta A3TV ?

- Sim, muito fácil
- Sim, mas demorei para compreender
- Não, tive dificuldades
- Achei difícil, e não entendi

7 - Como você avalia a usabilidade do módulo de criação de grade de programação?

- Excelente
- Bom
- Razoável
- Ruim
- Péssimo

8 - Você se interessaria em manter um canal nesta ferramenta?

- Sim, com certeza
- Talvez
- Não tenho interesse

09 - O que você acha dos conteúdos produzidos serem divulgados em tempo real nas principais redes sociais?

- Inovador e Importante
- Não Inovador, mas importante
- Não tem inovação nem é importante

10 - O que você acha do chat integrado com redes sociais como o Twitter?

- Inovador e muito útil
- Pouco inovador mas muito útil
- Não inovador e pouco útil
- Não entendi como funciona

11 - O que você achou da possibilidade de transmissão de fluxo ao vivo?

- Excelente e fácil de usar
- Excelente, contudo, tive dificuldades de usar
- Normal, já vi esta funcionalidade em outras ferramentas
- Não consegui usar

12 - Você usaria este canal para fins de ensino?

- Sim, com certeza
- Sim, mas precisa adequar muita coisa
- Não usaria

13 - Como você classificaria o nível de utilidade dessa plataforma enquanto suporte à educação brasileira?

- Alto
- Médio
- Regular
- Nulo

**ANEXO IV- AUTORIZAÇÃO**

### Autorização

Eu, Deisy Fernanda Feitosa, solteira, RG: 2070081 SSP/PI, residente na Rua Ipanema, 67, Apt 124 A, bairro Mooca, CEP: 03164-200, na cidade de São Paulo-SP, autorizo a disponibilização do meu trabalho de dissertação “**Educação a Distância e TV Digital: O Uso da Plataforma A3TV**” para ser publicado em PDF na Base Digital de Dissertações e Produtos da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Programa de Pós-Graduação em Televisão Digital.

**Bauru, 24 de agosto de 2010**

**Atenciosamente,**

---

**Deisy Fernanda Feitosa**